

Vanderlan Francisco da Silva

COMPONDO VIDAS, TECENDO DESTINOS.
Conflitos, territorialidades e trajetórias individuais na
penitenciária do Serrotão em Campina Grande-Pb.

Campina Grande-PB, junho de 2000.

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Humanidades
Mestrado em Sociologia

COMPONDO VIDAS, TECENDO DESTINOS.
Conflitos, territorialidades e trajetórias individuais
na penitenciária do Serrotão em Campina Grande-Pb.

Vanderlan Francisco da Silva

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Sociologia da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para
obtenção do grau de mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr.

Campina Grande-Pb, junho de 2000.



S586c Silva, Vanderlan Francisco da.
Compondo vidas, tecendo destinos : conflitos, territorialidades e trajetórias individuais na penitenciária do Serrotão em Campina Grande-PB / Vanderlan Francisco da Silva. - Campina Grande : 2000.
125 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 2000.
"Orientação : Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior."
Referências.

1. Sistema Prisional - Conflitos. 2. Penitenciária Serrotão - Campina Grande - PB. 3. Violência Social. 4. Dissertação - Sociologia. I. Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.48:343.81(813.3)(043)

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Humanidades
Mestrado em Sociologia

COMPONDO VIDAS, TECENDO DESTINOS.
Conflitos, territorialidades e trajetórias individuais
na penitenciária do Serrotão em Campina Grande-Pb.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr.
Orientador

Profa. Dra. Simone Maldonado
Examinadora

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Examinadora

Profa. Dra. Neide Miele
Suplente

Campina Grande-PB, junho de 2000.

Para Bebeth, Cristina e Mércia. Três
mulheres singulares e fundamentais à
minha trajetória intelectual e acadêmica.

Agradecimentos:

Embora escrita na primeira pessoa, esta dissertação é o resultado das mais variadas formas de contato e influências que estabeleci com instituições e pessoas durante o curso de mestrado em Sociologia. A todas elas, gostaria de deixar registrado os meus agradecimentos.

À coordenação do Mestrado, nas pessoas de Edgard Malagodi e Deolinda Ramalho, respectivamente coordenador e vice. À secretaria do curso, nas pessoas de Joãozinho (sempre tão generoso e servidor), Verinha e Rinaldo.

Aos professores ministrantes das disciplinas: Ghislaine Duqué, Edgard Malagodi, Deolinda Ramalho, Neide Miele, Durval Muniz, entre outros, pelas indagações, reflexões e sugestões construídas durante os cursos.

Às professoras Marilda Menezes e Simone Maldonado, pelas sugestões e indagações enriquecedoras durante a defesa do projeto de pesquisa.

A Mércia Rejane, pela leitura da primeira versão e pelas sugestões bibliográficas.

Aos colegas da turma de 1997, pelas oportunidades de angústia e solidariedade compartilhadas. Aos amigos Emanuel, Francisco (Chicão) e Pereira, pelo calor e a fraternidade de suas amizades.

Aos amigos Eriosvaldo e Bebeth pelas intercessões junto aos diretores da penitenciária e do Presídio do Monte Santo.

Ao amigo Emanuel e à promotora Maria do Socorro Ribeiro Nóbrega, pelo contato com o juiz, durante o processo que antecedeu a autorização para a realização da pesquisa.

Ao Juiz Ricardo Vital, pelas autorizações para a realização da pesquisa no interior da penitenciária. Aos diretores Herculano e João da Mata, bem como ao tenente Vinícius, pela hospitalidade durante os dias em que realizei a pesquisa empírica. Aos funcionários e agentes da penitenciária, pelas ajudas dispensadas.

A Alencar, Joana, Bebé, Deita, Valda, Maria, Vanderson e Wesley, pelo apoio e a torcida marcante durante a pesquisa e redação do trabalho.

A Lidinha, meu amor, pelo companheirismo e solidariedade desde a elaboração do projeto até a redação da última linha da dissertação.

Aos penitenciários do Serrotão, pela partilha de suas vidas: angústias, sonhos e desejos...

Ao professor Durval Muniz de Albuquerque Jr., pela orientação. Seu olhar afinado e competente me fez visualizar muitos aspectos da realidade para os quais não tinha atentado. Seu exemplo de intelectual ativo e produtivo foi e continua sendo um exemplo a ser seguido.

RESUMO

No presente trabalho procura-se investigar o processo de (re) construção dos referenciais identitários manipulados e/ou elaborados pelos penitenciários do Serrotão em Campina Grande-PB. Durante o período de pesquisa foram entrevistados 27 presos do total de 650 que se encontravam reclusos. Além das entrevistas, procurou-se observar também outros elementos do cotidiano penitenciário que dificilmente poderiam ter sido percebidos se não tivéssemos feito uso da pesquisa etnográfica, com observações empreendidas não só durante os dias “oficiais” para a realização de entrevistas, mas sobretudo através de visitas e conversas informais com os presos, durante os dias em que os esses podiam receber amigos e familiares. As análises realizadas revelam que para além de definições dicotômicas comumente utilizadas pelos internos para si definirem como bons ou maus, existe um conjunto de referenciais de auto definição e de identificação de outros que são combinados e utilizados de acordo com as situações vivenciadas e em consonância com os interesses possíveis em cada acontecimento relacional.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1: Penitenciária do Serrotão. Um mundo à parte de homens à parte?.....	15
1.1. O encontro com os "mortos-vivos".....	22
1.2. A penitenciária do Serrotão: moradas, trabalhos e privilégios.....	31
CAPÍTULO 2: Conflitos, violência e territorialidades	46
2.1. Violência na modernidade e pós-modernidade.....	54
2.2. A violência no Brasil.....	59
2.3. Conflitos e violência no Serrotão.....	61
2.4. Conflitos e territorialidades.....	69
CAPÍTULO 3: Trajetórias Culturais.....	74
3.1. Cair na prisão: expectativas, descobertas e invenções.....	77
3.2. Controle e recuperação.....	90
3.3."Saudades, indiferença, decadência e mau humor".....	108
3.4. Caminhos para o amanhã.....	112
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	119
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

Quais as principais características das sociedades capitalistas nesse final de século? A pergunta, colocada no plural propositadamente, tem a intenção de começar apontando algumas das singularidades de nossa época: pluralidade e instabilidade. Certamente isso não constitui nenhuma novidade no mundo ocidental. Desde o advento da Revolução Francesa, o mundo capitalista tem visto nascimentos, transformações e desaparecimentos de grupos e formas de relações sociais, bem como a emergência, mutações e cristalizações de projetos e práticas institucionais. Contudo, o que parece marcar esse final de século é a velocidade com que tais transformações têm ocorrido.

Nos últimos cinquenta anos, as sociedades ocidentais viram emergir um conjunto vasto de novas formas de comunicação entre os indivíduos e grupos sociais, gerando por conseguinte, novas perspectivas existenciais e relacionais no cenário social, ampliando ainda mais o leque de referenciais já existentes em sociedades marcadamente plurais. A invenção do micro chip e consequentemente o desenvolvimento da informática, fizeram com que, paulatinamente, o mundo ocidental passasse a vivenciar o seu cotidiano como um momento tênue, passageiro, fugaz. Nas últimas décadas, vivemos em um mundo no qual “estar na ordem do dia” não mais significa ser estável, mas o contrário. Uma das marcas principais desse período parece ser, sem dúvida, a instabilidade social e individual, vivenciada como sinal e expressão de racionalidade. Não se trata do desaparecimento de mundos ou perspectivas nas quais a ordenação não esteja presente, significa antes, que muitos dos referenciais ordenadores têm sido mudados em um período de tempo muito menor do que se pôde observar em outros momentos da história do mundo ocidental.

O desenvolvimento dos transportes e comunicações mudaram sensivelmente nossa percepção espacial e temporal. Graças às facilidades de locomoção e contatos reais ou virtuais, para aqueles que dispõem das benesses da sociedade do capital, o mundo parece ter se tornado menor e o tempo mais rápido. Concomitantemente, ele, o tempo, parece mais escasso, exíguo.

Essas modificações colocaram novos desafios não só para as pessoas no seu dia a dia, mas também para os estudiosos das Ciências Sociais e suas reflexões. Como será possível, a partir de então, abordar e definir os grupos sociais a serem estudados? É possível continuar fazendo o uso dos mesmos referenciais teóricos e metodológicos utilizados pelos estudiosos que empreenderam boa parte dos estudos clássicos nas Ciências Sociais, quase sempre realizados em sociedades que ou tinham ou pareciam ter graus razoáveis de estabilidade? Talvez o caminho para a resposta comece pelo reconhecimento de como as populações estudadas por alguns desses clássicos de nossas Ciências Sociais eram abordadas e definidas. Ou melhor, como uma parcela representativa desses autores operava os instrumentais teóricos e metodológicos utilizados para definir tais populações como portadoras de referenciais relativamente estáveis no tempo e no espaço.

Quando um cientista se propõe a estudar uma dada realidade social, ele certamente procura munir-se de instrumentos teóricos e metodológicos que acredita serem os melhores, senão para apreender a realidade como querem alguns que crêem que ela pode ser captada tal como um biólogo consegue entender o funcionamento do organismo de um coelho, mas como um fluxo de relações e possibilidades que podem a cada momento ser configuradas e interpretadas de acordo com os significados socialmente produzidos pelos indivíduos presentes nos mais variados contextos relacionais. Não se trata, nesse caso, simplesmente de constatar e anotar os significados aí produzidos, pois a própria leitura feita pelo pesquisador traz em si, elementos de sua biografia pessoal, bem como dos instrumentos utilizados para

interpretar tais ordenações sociais. O pesquisador que elabora uma interpretação sobre um grupo social acaba criando, até certo ponto, um grupo que toma forma e sentido a partir do seu olhar. Cada um, a seu modo, com os instrumentos de que dispõe, percebe muitos aspectos, omite outros, destaca elementos que acredita serem os mais substanciais, não dá importância a alguns que lhe parecem pouco expressivos.

Em sua principal obra¹, Émile Durkheim nos mostra duas formas de solidariedade sociais que creio, nos ajudará a pensar conceitos tais como o de identidade, seja para interpretar os referenciais em sociedades aparentemente mais estáveis, seja para abordar sociedades com um grau de transformação mais acelerados. Segundo ele, existem sociedades nas quais predomina um tipo de solidariedade denominado de 'mecânica', no qual os indivíduos que compõe os pequenos grupos sociais não dependem diretamente de outros para garantir sua própria sobrevivência cotidiana. Mesmo assim, todos se pensam enquanto participantes de um único grupo social. A congregação se dá para além das necessidades mais imediatas de sobrevivência, graças a um artifício social de coesão. Nesse cenário, as crenças tradicionais emergem como elemento aglutinador de todos os participantes do grupo, gerando um sentimento comum de pertencimento.

No segundo tipo de solidariedade, denominado 'orgânico', os grupos e indivíduos mantêm uma dependência direta dos demais, já que cada um produz apenas parte daquilo que necessita. Nesse caso, a integração entre os membros da sociedade se dá graças ao grau de especialização e de interdependência vivenciado por boa parte de seus integrantes.

A perspectiva funcionalista durkheimiana, direta ou indiretamente, parece ter influenciado muitos estudiosos no campo das Ciências Sociais. Alguns dos principais estudos clássicos sobre identidades culturais buscavam captar a alma do grupo ao qual esses

indivíduos pertenciam, os pontos recorrentes num comportamento tido como padrão; elementos definidores de um determinado modo de ser cultural. As reflexões antropológicas desenvolvidas junto às populações exóticas são exemplos típicos desse tipo de abordagem. E aí pode-se ver um tipo de empreendimento que procura dar conta de sociedades onde aparentemente predominava um tipo de solidariedade mecânica: Os Trobriand, Azande, Nuer. Também nos estudos de sociedades nas quais aparentemente a solidariedade orgânica tinha mais força, a influência do autor das Regras do Método Sociológico se fez notar, tal como nos estudos sobre relações entre operários e patrões, camponeses, grupos de negros, mulheres, gangs, guetos, etc. Em boa parte dos estudos que procuravam ou procuram interpretar as relações sociais tomando por base a perspectiva da solidariedade proposta por Durkheim, elegia-se elementos como território, parentesco, religião, cultura, ocupação profissional, etc., como fundadores/mantenedores de uma identidade grupal, estabelecida, via de regra, em oposição a outros grupos sociais, portadores de sinais diacríticos. Buscava-se os aspectos recorrentes, com o intuito de se perceber a alma de um grupo, a essência social de um povo.

No Brasil, numa obra como *Casa Grande & Senzala*, onde os três principais agentes étnicos surgem com características distintas, Gilberto Freyre procura ver, sobretudo, a unidade gerada pela junção dessas influências.

A perspectiva aberta por Durkheim e por alguns dos principais antropólogos que estudaram sociedades de pequena escala, aponta para um elemento que deve ser sempre considerado por todo aquele que se propõe a realizar pesquisas sociais, qual seja, o de reunir sempre os instrumentos que lhe parecem mais adequados para realizar uma boa interpretação (mesmo sendo o conceito de boa pesquisa relativo) sobre fenômenos sociais, o de que as sociedades, os grupos possuem formas distintas de configurar suas vidas, de dar sentido às

¹ *A Divisão Social do Trabalho*, Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1995.

suas existências. A dinâmica de cada grupo, a noção de tempo e espaço são alguns dos aspectos tecidos e tramados com as cores sociais que cada grupo considera mais apropriados para um dado momento. E faz-se sempre necessário considerar tais eventos nas análises.

Desse modo, os estudos desenvolvidos sobre identidades culturais, que pensavam a identidade enquanto uma realidade gestáltica, capaz de fornecer sentido à existência do grupo e às vidas individuais, mantinham relação com a dinâmica das sociedades, ou pelo menos os autores nos fizeram ver assim. Por outro lado, tais estudos também foram resultados da disponibilidade e utilização de instrumentos teóricos e metodológicos que cada geração de pesquisadores pôde colocar sob seu interesse, bem como das escolhas políticas feitas por cada um.

Em muitos grupos ou sociedades, as mudanças ocorridas e/ou o aperfeiçoamento dos instrumentos de investigação propiciaram novas abordagens que, se não fugiam no todo da concepção que definia identidade enquanto um referencial abrangente e subordinador dos demais sentimentos sociais e individuais, fizeram com que as lentes da investigação sociológica fossem mais aproximadas das realidades abordadas. Onde quase sempre via-se unidade, coerência, passou-se a ver também elementos para os quais antes dava-se pouca atenção, tal como conflitos, desejos discrepantes e marginalizados, multiplicidade de opiniões e de caminhos possíveis a serem seguidos pelos indivíduos e grupos. O estudo realizado por GLUCKMAN² na África do Sul durante a década de trinta, com destaque para as relações conflituosas entre brancos de descendência européia e os negros africanos é um bom exemplo dessa abordagem inovadora.

² Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna IN FELDMAN-BIANCO (Org.) Antropologia das Sociedades Complexas, São Paulo, Global, 1987.

Todavia, se por lado o estudo empreendido por Gluckman representou uma inovação na abordagem de elementos antes pouco considerados, por outro, continua-se preso a uma definição de identidade enquanto uma representação que percebe e descreve indivíduos e grupos a partir de referenciais fixos e totalizadores. Como afirmam GUATARI & ROLNIK (1988:68-9) "*a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável*". Nesse sentido, a noção de identidade faz ver apenas os aspectos gerais, comuns e recorrentes nos indivíduos pertencentes a um determinado grupo social. Mas como perceber então a existência de desejos individuais, das práticas marginais? Defendo a construção de dois caminhos, primeiro, pensar a cultura não como algo fixo ou como uma esfera autônoma (que determinaria constantemente as ações dos indivíduos), mas como uma teia de significados tecida pelos próprios indivíduos, que a cada novo instante podem incluir ou excluir fios. Segundo, pensar o indivíduo não enquanto um ser passivo, uma unidade fechada em si mesma, mas enquanto um pólo aberto às influências das mais distintas ordens sociais, um ser produto e produtor da vida social.

Nesse estudo, pretendo investigar as trajetórias culturais percorridas/construídas pelos penitenciários no interior da penitenciária do Serrotão em Campina Grande-Pb. Concebo trajetórias culturais como uma série de experiências, mutações, transformações e referenciais vivenciados pelos indivíduos.

Para isso, procuro investigar como a partir das relações estabelecidas no interior da penitenciária do Serrotão os indivíduos presos vão transformando, rejeitando e incorporando novas experiências sociais.

Nesse trabalho, uma das primeiras indagações que se produzem é saber até que ponto é possível se tomar os presos enquanto um grupo que pode ser estudado enquanto tal, considerando-se que são oriundos dos mais variados lugares do Brasil e com histórias de vida

as mais distintas. Não seria o caso de tomá-los como seres individuais que não mantêm relações grupais a partir das quais torne-se possível ver aí uma "alma" coletiva?

O conceito de indivíduo com o qual trabalho aqui, decorre de um conjunto de processos que fez surgir a sociedade capitalista e da emergência de um sujeito que passou a ser inventado cotidianamente, ocupando posições e lugares no cenário da sociedade pós Revolução Francesa. Esse sujeito que nasce é o indivíduo, resultado de vários processos das mais variadas ordens: econômicas, sociais, religiosas, filosóficas, culturais, etc. É um ser iluminado pelas luzes da razão, centrado em si mesmo, dotado de consciência e de ação. Senhor de sua própria liberdade e construtor de seu destino. Mas é também um indivíduo que emerge movido por estímulos religiosos de uma divindade cristã calvinista que o impulsiona cada vez mais a construir na terra um pedaço do paraíso desejado, contribuindo assim, para a cristalização de um espírito do capitalismo e de uma ideologia centrada no indivíduo. Indivíduo que pensava (ou pensa), a sua identidade como o centro referencial e organizador de sua existência.

Identidade, como apontam os estudos sociológicos, em especial os elaborados pelos interacionistas simbólicos é fruto das relações que os indivíduos estabelecem entre si, tomando por base os valores sociais a partir dos quais se constroem como seres produtores de significados. Esse processo concomitante de apreensão e produção do mundo é denominado por BERGER & LUCKMANN (1994) de "subjativação" e "objetivação" do mundo. A partir daí, os indivíduos se localizam e se definem em um determinado mundo.

Esses dois conceitos que pensam a identidade como centro do eu e enquanto processo dialético entre o indivíduo e coletividade, bem como o próprio conceito de individualismo, devem ser pensados a partir do axioma sociológico, de que sozinho o indivíduo, não é capaz de se fazer enquanto ser sociocultural, mas apenas quando se relaciona com outros é que

torna-se capaz de tal proeza. Todavia, não se trata de encarar o indivíduo como um ser passivo diante das configurações que a sociedade lhes apresenta, mas de vê-lo como fonte e matriz dessa tênue ordem social que precisa ser reconstruída cotidianamente por cada um no desempenho dos mais variados papéis sociais.

O indivíduo desse final do século XX é produto e produtor de relações sociais nas quais os referenciais são múltiplos e fragmentados, possibilitando a esse, definições múltiplas e fragmentárias de si e de outros. É alguém que segue configurações sociais estabelecidas, mas que também propõe novas alternativas; sugere outros caminhos; rebela-se contra a ordem atual; constrói outras ordens. É um ser que aprendeu e tem aprendido a configurar seus eus e sua ordenações, de modo contextual e cotidiano, em meio às constantes transformações pelas quais passam os mundos e o seu próprio ser. Um ser que vive de contentamentos descontentes.

Nesse sentido, procuro pensar os indivíduos investigados nessa pesquisa, não apenas como seres portadores de um único referencial identitário, mas como portadores/construtores de vários referenciais que, de acordo com as circunstâncias relacionais nas quais esses se encontram envolvidos, alguns desses referenciais podem ser revelados, outros omitidos, manipulados, rejeitados. Frente a esse cenário que se move com as próprias andanças de seus autores/atores, e diante da impossibilidade de encontrar uma essência do penitenciário, a não ser de maneira genérica e dicotômica, tal como podemos pensar na definição presos versus livres, buscarei analisar as trajetórias percorridas pelos internos³ no interior da penitenciária do Serrotão, procurando descobrir os labirintos e mecanismos sociais utilizados por esses seres sociais na construção dos processos incessantes de elaboração de suas trajetórias individuais e grupais, nas quais e a partir das quais eles se pensam e se definem de modo contextual.

³ A palavra interno é utilizada no interior da Penitenciária do Serrotão como uma categoria de classificação para descrever e localizar nas relações que são estabelecidas, o lugar de inferioridade ocupada pelos indivíduos que

Resta-me, portanto, apontar os caminhos escolhidos para realizar tal investigação e as dificuldades encontradas e, revelar, também, as razões pelas quais elegi tal grupo e objeto de estudo como focos principais dessa pesquisa.

O objeto de estudo que cada pesquisador constrói no campo das Ciências Sociais quase sempre tem uma relação direta ou indireta com sua própria vida. Não se trata de deixar-se governar pelas vontades mais esquisitas e esdrúxulas. Antes, é uma questão de abordar cientificamente aquilo que em muitos casos nos inquieta como indivíduos participantes de um mundo social.

Durante a defesa de uma monografia escrita para o curso de Bacharelado em Ciências Sociais, uma das examinadora me argüiu sobre as razões pelas quais tinha optado por entender as visões de liberdade dos presos do Serrotão. A resposta dada parece não ter convencido a examinadora. Eu próprio não sabia muito bem se àquelas eram as questões que realmente tinham me conduzido à tal estudo. Passados alguns anos, tendo elaborado um novo objeto de estudo, dei-me conta que o grupo investigado permanecia o mesmo, e não por uma questão de comodidade, algumas inquietações permaneciam me motivando a dar continuidade aos estudos junto aquele grupo. Por que seria?

As leituras relacionadas à temática e a pesquisa de campo pouco me ajudaram a entender as razões de ordem sentimental para continuar tal investigação. E creio, jamais poderia chegar até elas se esses fossem os únicos caminhos. Mas não eram, felizmente.

Como adolescentes que escrevem em seus diários os fatos marcantes e os eventos mais corriqueiros do seu dia a dia, boa parte dos antropólogos e sociólogos também mantêm esse costume durante o tempo em que realizam trabalho de campo. E foi num desses dias, a noite, enquanto lembrava o dia passado na penitenciária do Serrotão que me dei conta de que algo

cumprem pena de privação da liberdade frente aos funcionários, agentes penitenciários e diretores.

de minha vida pessoal estava ali presente. E assim escrevi no diário, no dia 28.09.1998: “Tendo nascido e me criado em um bairro de baixa renda em Campina Grande, passei toda a infância e adolescência convivendo próximo a indivíduos e grupos sociais que mantinham relações diretas ou indiretas com o mundo da criminalidade, alguns dos quais por vezes eram presos nas ruas do bairro, sumiam por alguns dias ou mesmo por meses, anos, reaparecendo tempos depois. Depois do retorno, muitos desses já não conseguiam manter os mesmos vínculos com os amigos anteriores. Algo havia mudado, tanto neles, quanto nos que ficaram. Alguns desses, tanto dos que partiram quanto dos que permaneceram, tornaram-se religiosos, fugindo temporária ou definitivamente do mundo do crime.

Hoje, alguns anos depois, me dou conta que alguns morreram, outros fugiram para não “cair na cadeia”; um grupo numeroso deles continua no mundo alternativo à ordem burguesa, investindo no comportamento tido como desviante. Existem outros que se converteram em religiosos e se tornaram santos, pessoas que falam do passado como se fossem possuídos pelo diabo naquela época. Há também os que trabalham em empregos fixos ou temporários e fazem pequenos furtos de finais de semana. Têm ainda os que buscaram outras regiões do país, como há também os que foram mortos no próprio bairro, seja por membros dos grupos aos quais pertenciam ou por grupos adversários. Alguns se tornaram “homens de bem”: se casaram, tiveram filhos e estão adequados à ordem estabelecida. Há aqueles que pularam do mundo do crime para o mundo que procura controlar o crime. Não sei se por um desejo de deixar de ser considerado desviante ou se para ter a cobertura da própria farda que ostentam. Como podem ver, são muitos os motivos que me levam a estudar os penitenciários. Pois, se esse continua um mundo distante de minha experiência pessoal, ele foi, pelo menos, um caminho possível para muitos daqueles com os quais convivi durante longos anos de minha vida”.

A história da pesquisa (realizada em duas etapas, durante os meses de setembro e outubro de 1995 e setembro, outubro e novembro de 1998), que serve de base empírica às análises aqui desenvolvidas, começou a ser desenhada bem antes da entrada na penitenciária. Para isso eu dependia de autorização judicial. E esse foi o primeiro obstáculo, e provavelmente, o principal. Na primeira fase, visitei o juiz de execução penal sete vezes, das quais, entre esperas e adiantamentos, consegui contato pessoal com ele três vezes. No primeiro encontro, a solicitação foi negada, pois segundo a autoridade judicial, “havia necessidade de maiores esclarecimentos sobre os reais interesses da pesquisa”. Feitos os esclarecimentos necessários durante o segundo encontro, “a penitenciária não oferecia segurança suficiente para a realização da pesquisa”. A quem se desejava proteger, a mim ou aos internos?

Seja como for, as grades da Penitenciária Regional pareciam definitivamente fechadas para a realização da pesquisa. Surgiu então a idéia de trabalhar com ex-penitenciários. Tarefa imaginada bem mais fácil, haja vista que eles estariam mais acessíveis. Ledo engano. Ai revelou-se a força estigmatizadora que a sociedade impõe àqueles que levam consigo a marca de um dia terem passado por uma prisão na condição de apenado⁴. Depois de várias tentativas de contato com ex-penitenciários e apenas uma entrevista realizada, era impossível continuar. Retomei a idéia de fazer pesquisa no interior da penitenciária. Mas como resolver o “problema” de segurança. Fiz contatos com pessoas que poderiam intermediar o pedido. Um amigo, antropólogo e ex-policiaI intermediou minha conversa com o diretor da Penitenciária do Serrotão, a quem expus a intenção de realizar a pesquisa. Após ouvir-me, prontificou-se a garantir a segurança durante os dias de realização da pesquisa. Uma outra amiga intermediou um encontro com o diretor do Presídio do Monte Santo, a quem expus igualmente o propósito, obtendo a mesma garantia.

Quatro meses haviam se passado desde o primeiro encontro com o juiz. De volta, lhe falei sobre a garantia do diretor da Penitenciária do Serrotão (pela qual tinha optado por só agregar, em princípio, réus já julgados e condenados) e por ter um número maior de internos, o que aumentaria o meu universo de pesquisa. Graças aos “reais interesses e a seriedade da pesquisa” obtive autorização.

Três anos depois da primeira pesquisa, por intermédio de um amigo comum e graças à interseção de uma promotora a autorização foi dada sem que tivesse conversado diretamente com o responsável pela liberação.

Conseguidas as autorizações, pude finalmente realizar a pesquisa. Ao todo, entrevistei 28 informantes, sendo dezesseis na primeira etapa e doze na segunda. Separados por quatro anos, esses dois momentos mantêm vínculos entre si. Mesmo com propósitos distintos, já que num primeiro momento procurei analisar as representações dos presos sobre a liberdade, boa parte dos dados coletados nesse primeiro momento, me serviram como fonte para refletir sobre as trajetórias culturais dos internos do Serrotão. Por outro lado, o fato de já conhecer a penitenciária me ajudou a perceber coisas para às quais não tinha atentado anteriormente. Durante a segunda fase, sem dúvida alguma, bem mais rica do que a primeira, meu olhar estava mais atento e os meus ouvidos mais abertos para àquilo que se passava e se dizia no mundo penitenciário, o que possibilitou que as entrevistas gravadas com os internos e os contatos informais com presos, agentes, diretores e funcionários fossem mais ricos em detalhes sobre as relações vivenciadas pelos internos do que durante a primeira fase. As visitas que passei a fazer a alguns presos também foram algumas das circunstâncias que permitiram a visualização de novas configurações relacionais no interior da penitenciária.

⁴ Expressão equivalente ao termo interno.

Para além da realização do trabalho de campo, procuro analisar as entrevistas fazendo uso de análises de discursos dos informantes, por considerar que através dos discursos os indivíduos expressam e constroem visões de mundo, configuram significados. Que enquanto linguagem, os discursos são formados por aspectos técnicos, formais, mas perpassados por embates subjetivos e sociais.

É isso o que procuro fazer nos capítulos que se seguem. No primeiro capítulo, busco discutir conceitualmente a penitenciária enquanto instituição social. Concomitantemente, desenvolvo uma revisão histórica das várias nuances daquilo que viria a se transformar em um projeto penitenciário. Descrevo a penitenciária geográfica e relacionalmente, mostrando como a divisão geográfica dos presos no espaço penitenciário do Serrotão está diretamente vinculado a elementos da ordem social penitenciária, tal como punição, status, privilégio, etc. Procuro mostrar os contatos feitos com os mais variados atores sociais do universo penitenciário, apontando as facilidades e dificuldades encontradas durante a estadia no campo de pesquisa.

No capítulo dois, abordo a violência e os conflitos presentes no cotidiano penitenciário, discutindo-os conceitualmente, procurando “desvendar” suas características mais recorrentes e aquelas que parecem singulares, relacionadas a dada sociedade ou a determinadas épocas dentro dessas. No mesmo espaço, procuro analisar a influência desses fenômenos na configuração das relações estabelecidas no interior do Serrotão. Discuto a territorialidade enquanto um conjunto de configurações que envolvem tanto aspectos físicos, geográficos, quanto aspectos emocionais e relacionais.

No último capítulo, procuro discutir as trajetórias construídas e/ou percorridas pelos internos do Serrotão, mostrando e discutindo suas expectativas em relação ao mundo penitenciário, descobertas e invenções, suas resistências e adaptações frente às normas

disciplinares. Discuto ainda caminhos e alternativas elaborados pelos internos frente à tensão que o mundo penitenciário constrói, colocando de um lado o mundo interno e do outro o mundo da rua, extra-prisional. Por último, apresento nas conclusões as considerações finais deste trabalho.

CAPÍTULO 1:

PENITENCIÁRIA DO SERROTÃO¹. UM MUNDO À PARTE DE HOMENS À PARTE?

Como definir uma instituição penitenciária? Do ponto de vista jurídico, podemos defini-la como um aparato estatal destinado ao cumprimento de pena de prisão imposta aos condenados pelo Poder Judiciário. Todavia, é menos uma definição jurídica e mais uma conceituação sociológica que nos interessa construir ao longo deste trabalho. Será a penitenciária um lugar ou um não-lugar? Em sua obra "Não-lugares", Marc Augé (1994) define lugar como espaço socialmente produzido, no qual torna-se possível aos grupos e indivíduos definirem suas identidades, relações, bem como sua história social. O lugar seria *"simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa"* (Idem, 1994:51). Se essa tríade serve para definir o lugar, argumenta Augé, o não-lugar será concebido a partir de sua ausência. Assim, um mesmo espaço pode ser um lugar ou um não-lugar, dependendo, obviamente, da posição do sujeito que interage com esse espaço relacional. Como definir então a penitenciária? Será ela um lugar ou um não-lugar? Não resta dúvida, creio, a penitenciária é um lugar tanto para quem nela vive (internos), trabalha (funcionários, agentes, diretores) como para quem deseja estudar as relações que se desenvolvem em seu interior. Todavia, ela pode ser também um não-lugar, para aqueles que pouco ou nenhum contato mantém com seu cotidiano.

¹ Inaugurada durante o ano de 1990 (setembro). Está localizada na zona oeste da cidade de Campina Grande, a cerca de 8km do centro da cidade. Idealizada para atender 240 presos, estava como quase setecentos na época em que essa pesquisa foi realizada.

Observa-se que a posição ocupada pelo indivíduo é fundamental para uma percepção e elaboração do que seja a penitenciária. Mas como explicar então que em uma obra intitulada "Prisão Aberta", na qual EVANGELISTA (1983) analisa o processo de (re) integração de presos na cidade de Londrina (PR), tenha como subtítulo a expressão "volta à sociedade". Estariam os presos fora da sociedade? Ou seria essa uma visão comum a quem se situa além da penitenciária? Todos que estão fora pensam assim? Descrevendo as memórias dos anos passados em uma prisão na Sibéria, Dostoiévski (1956) parece compartilhar de idéias semelhantes e denomina seu livro "Recordações da Casa dos Mortos". Mortos. Por que são mortos?

Falar sobre o mundo penitenciário significa referir-se, por oposição e complementaridade, ao mundo que o concebe e cerca, o universo extra-prisão, ou se preferirmos, a sociedade "mais ampla" (GOFFMAN, 1974:11). Num instigante ensaio sobre o individualismo moderno, DUMONT (1993) lança mão de dois conceitos que parecem apropriados para se pensar a relação penitenciária/sociedade como mundos que se constróem mutuamente. Trabalhando com as idéias de hierarquia e englobamento, o autor conceitua a primeira como um conjunto de posições assumidas pelos elementos sociais de acordo com as situações sociais configuradas. Já o englobamento diz respeito à perspectiva de que todos os elementos presentes na configuração hierárquica deverão ser considerados na análise. Assim, só é possível falar em um mundo que priva alguns indivíduos da liberdade, porque implicitamente nos referimos a um outro mundo no qual a liberdade assume contornos mais amplos e distintos. Desse modo, a penitenciária é concebida aqui, não como um mundo à parte da sociedade "mais ampla", mas como uma parte desta.

Procurar entender a penitenciária do ponto de vista das Ciências Sociais significa se dispor a observá-la como um lugar/fenômeno socialmente produzido, fruto de processos

constante. por outro, ela propõe a permanência em um esquema que rejeita olhar para o presente como um processo incessante de conflitos sociais ocorridos ao longo das gerações e que permanece em movimento. A perspectiva da estabilidade, da ordem, constitui-se enquanto um momento de um processo. Olhar apenas para o estático é como ver uma fotografia, sem acompanhar o movimento e as mutações daqueles que foram fotografados, pois enquanto caminham assumem novas posições, mudam a postura que a fotografia registrou anteriormente. A cada passo dado, novas possibilidades podem ser vislumbradas, construídas; novas relações podem ser criadas, reconfiguradas. O desafio que se coloca a nossa frente é o de abordar a penitenciária enquanto um espaço socialmente produzido, resultado de conflitos e junções de idéias que se colocam como elementos fundantes e mantenedores do modelo existente na atualidade desse final de século.

É nessa perspectiva que a penitenciária se inscreve enquanto projeto e processo. É por essa ótica que pretendemos investigá-la, como resultado de processos históricos que não cessaram e contrariamente, continuam fazendo parte do nosso cotidiano. Enquanto instituição penitenciária é uma construção simbólica, tênue em sua configuração, pois os laços sociais que lhe dão vida estão constantemente sofrendo modificações em suas tramas. A urdidura que a compõe expressa e configura as várias facetas da vida social, com suas mutações e permanências.

Investigar uma instituição por essa ótica, requer nos perguntar sobre o processo que gerou sua elaboração; exige debruçar-se sobre as idéias e práticas sociais que ajudaram não só a formar, mas a cristalizar essa instituição. O nascimento das prisões tais como as conhecemos hoje é fruto de um longo processo de reformas na maneira ocidental de punir aqueles considerados como criminosos.

históricos e sociais, de conjunções e disjunções de idéias e projetos que sob o aparente funcionamento dessa instituição parecem se esconder, como tijolos que encobertos por argamassa e pintura não podem ser vistos tão facilmente, mas mesmo assim dão sustentação às estruturas físicas das edificações.

Nesse capítulo, procuro demonstrar como os caminhos seguidos por cada interno na penitenciária do Serrotão e as relações estabelecidas em seu interior, as posições geográficas e sociais assumidas por cada interno contribuem para a edificação de idéias e práticas que cada preso constrói e vêem construídas sobre si e sobre os demais.

O propósito de cada investigação científica é nos propor caminhos, alternativas, olhares. Durante muitos anos a influência da Escola Sociológica Francesa, e em especial Durkheim nos ajudou a investigar as realidades sociais tomando o presente como momento privilegiado da análise. Durkheim elegeu o presente como único tempo “real”, mesmo o passado e o futuro seriam gestados e recriados nele e a partir dele. O sociólogo francês, pelos próprios objetivos que se colocou, não se preocupou em abordar à lógica do devir. Ele trabalhou com a idéia de que no presente encontrava-se o germe da mudança rumo a um futuro profético. A teoria durkheimiana é até certo ponto uma resposta à teoria da Evolução Social, não que negasse o progresso social, ao contrário, até o defendeu, contudo, Durkheim teve como preocupação central construir uma metodologia e uma teoria que ajudassem a compreender o presente pelo próprio presente.

Seguindo seus passos, poderemos pensar a penitenciária a partir de sua funcionalidade, seu cotidiano cheio de normas e regularidade, tal com fez Goffman, ao definir as prisões como instituições criadas com o intuito de proteger a comunidade de pessoas consideradas socialmente “perigosas”. Mas, se por um lado a análise funcionalista propõe a libertação das forças trazidas pelos ventos futurísticos de mudanças e progresso

Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir* (1987) nos propõe uma leitura sobre tal processo. Sua interpretação localiza-se no tempo e no espaço, portanto, não tem a pretensão de ser uma história das prisões no ocidente, mas uma investigação sobre aquilo que se passou na França durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Mesmo não vendo como possível generalizar a análise foucaultiana para outras realidades, no mesmo período, é preciso também que não desconsideremos as mudanças ocorridas na França desse momento como um mostruário das transformações ocorridas na Europa da época e que, por conseguinte, acabaram por influenciar países de outros continentes, tal como o Brasil. Ao analisar os códigos (e processos) de punição, Foucault visualiza as práticas punitivas durante o início da era clássica, sendo exercidas com o suplício dos corpos dos condenados. Não era incomum muitos dos condenados serem mortos durante essas sessões de sofrimento, ocorridas quase sempre em vias públicas e contando com a presença festiva da população das cidades européias. A supressão da vida não estava distante do cotidiano daquelas populações. Ela era uma presença quase cotidiana, não só graças às punições dos carrascos responsáveis pela execução das penas capitais, mas também como resultado nefasto das pestes que assolavam as cidades, as guerras, etc.

O paulatino desenvolvimento de uma perspectiva humanista, as modificações de pressões econômicas, a elevação no nível de vida e o crescimento demográfico foram algumas das circunstâncias que contribuíram para que as punições passassem por processos de suavização. Essas transformações não se fizeram de uma única vez, nem em conjunto, foram ocorrendo em lugares e momentos diferentes, sem que necessariamente tivessem uma relação direta. Todavia, o Século XIX viu a prática de suplício ser praticamente extinta e viu nascer uma nova forma de punição, assentada sobre prerrogativas distintas daquelas da Idade Média. Fruto de configurações da sociedade que

emergiu sobre a égide do capital, a maneira burguesa de punir surgiu como um conjunto de saberes que congrega em si uma multiplicidade de conhecimentos das mais variadas disciplinas: Arquitetura, Psiquiatria, Economia... É isso que diferencia a penitenciária de outras formas de punição.

A lógica industrial e comercial da sociedade nascente não deixou espaço para os suplícios tão comuns durante o 'Antigo Regime'. Muito mais do que um refinamento espiritual dos homens, o que entrou no jogo das punições a partir de então foi uma nova configuração do poder social. Se as punições com suplícios por vezes ceifavam a vida, a penitenciária passou a punir suprimindo a liberdade, mas não para conduzir à morte, mas à vida. Contudo, ninguém renasce, sem antes ter morrido. É nessa perspectiva que insere-se o projeto penitenciário, isolar o criminoso em um único lugar, vigiá-lo diuturnamente, procurando transformar sua alma em um novo ser, dócil e útil e, como afirma Foucault, (Op. Cit., 1987:31).

“ não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos - de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. Realidade histórica dessa alma, que, diferentemente da alma representada pela teologia cristã, não nasce faltosa e merecedora de castigo, mas nasce antes de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação. Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder”

As prisões foram desde o seu início uma “*detenção legal encarregada de um suplemento corretivo*” (Idem, 1987:209). Todavia, só a partir do século XIX é que elas passaram “*a recobrir ao mesmo tempo a privação da liberdade e a transformação técnica dos indivíduos*” (Ibidem, 1987:209). Não por acaso, o filósofo francês afirma que se tivesse que escolher uma data para fixar o momento em que o sistema carcerário se forma, ele escolheria 22.01.1840, data da inauguração de Metthay, e justifica dizendo que essa instituição concentrava todas as tecnologias coercitivas do comportamento. Ela tinha algo do claustro, da prisão, do código, do regimento. Era um modelo de família, o modelo de oficina, o modelo de escola. Lá, “*os chefes e subchefes não devem ser exatamente nem juizes, nem professores, nem contramestres, nem suboficiais, nem pais, mas um pouco de tudo isso e num modo de intervenção que é específico. São de certo modo técnicos do comportamento: engenheiros da conduta, ortopedistas da individualidade. Tem que fabricar corpos ao mesmo tempo dóceis e úteis*” (Idem Ibidem, 1987:258).

Se as sociedades modernas podem ser caracterizadas, entre outras possibilidades, pelo fato de seu membros poderem exercer suas atividades em lugares distintos, juntamente com outras pessoas e sob diferentes autoridades, pode-se dizer então que as penitenciárias rompem com essa perspectiva (Op. Cit., 1974:17) isolando-os desse convívio mais amplo. Ao isolá-lo, esse poder disciplinar que procura fabricar homens dóceis tem mais possibilidade de efetivar seu projeto. Isolado não só do mundo externo, mas também dos outros internos, já que a pena é individual e individualizante, o preso encontra-se solitário, e essa solidão deverá propiciar o encontro dele consigo mesmo e com o poder que se exerce sobre ele (Op. Cit., 1987:212) durante o tempo em que permanecer nos limites dessa fronteira que pretende separar física e simbolicamente o mundo externo do mundo da prisão.

1.1 O ENCONTRO COM OS “MORTOS-VIVOS”

Mortos são sagrados. São seres com os quais nos relacionamos observando determinadas regras, seja para evitar que as forças metafísicas nos prejudiquem, seja para pedir sua ajudar em nosso benefício. Por que é que tendemos a considerar os presos de nossas sociedades como “mortos”? Será a penitenciária uma casa dos mortos? Por que ela continua a ser pensada cotidianamente enquanto um segmento à parte da sociedade? Analisando a sociedade indígena Bororo e suas relações religiosas, o antropólogo belga-francês, Lévi-Strauss (1996:230) faz uma afirmação que parece interessante para se pensar a relação que mantemos com os presos enquanto “mortos”, diz ele:

“a representação que uma sociedade cria para a relação entre os vivos e os mortos reduz-se a um esforço para esconder, embelezar ou justificar, no plano do pensamento religioso, as relações reais que prevalecem entre os vivos”

O sentido de estar morto/preso relaciona-se de maneira oposta e complementar ao de estar livre, fora da prisão, pois, numa sociedade onde a liberdade é vista como um bem universal, não poder desfrutá-la é estar morto para determinadas relações, pelo tempo imposto para cumprimento da pena. *“A prisão é natural como é natural em nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas”* (Op. Cit., 1987:208).

A medida que a sociedade cria os mortos, ela elabora, por conseguinte, um conjunto de regras a serem seguidas por aqueles que desejem se relacionar com eles, ao mesmo tempo estabelece autoridades capazes de intermediar tais relações. Via de regra, nenhum ser livre chega a um preso sem seguir parte das regras criadas para regular as relações entre

esses dois mundos e não sem antes conversar com as autoridades eleitas como intermediárias entre os membros desses dois universos relacionais.

Não foi diferente no caso dessa pesquisa, nem foi fácil. Ao me propor a entrevistar os presos, me propunha a ouvir suas vozes, suas histórias, seus sonhos e conflitos e isso, creio, representava um paradoxo, pois, ao “matar” o indivíduo preso, a prisão tira-lhe a voz, nega-lhe a possibilidade da fala, do discurso. O preso é um homem tornado mudo e invisível. A sua voz já não mais lhe pertence, ela agora é posse de outros: dos agentes carcerários que dão conta do seu comportamento cotidiano; do advogado que escolhe e fala por seu cliente o “melhor” para ele; dos psicólogos e assistentes sociais, bem como do juiz que por instantes lhe devolve a vida e a voz para que fale, para em seguida, fazê-lo retornar ao lugar dos mortos e mudos. Talvez por isso, as rebeliões penitenciárias sejam tampouco bem vistas em nossa sociedade. Para além dos prejuízos materiais provocados durante essas mobilizações dos presos, a ruptura simbólica, causada pelos presos (mortos) aos vivos é o que mais parece incomodar. As rebeliões marcam, mesmo que provisoriamente, uma ruptura com a ordem penitenciária, é a hora em que os "mortos" falam por si próprios, mostrando o que querem e da maneira que acreditam poderá ser vistos e ouvidos pelos vivos.

Quando entrei na penitenciária do Serrotão pela primeira vez, aquele mundo de “mortos” era para mim até então incompreensivo, se apresentava como um caos frente aos meus olhos. Algumas perguntas se produziam, instigando-me à observação: todos os internos que ali via compunham um único grupo social ou existiriam vários grupos sociais? Quem seriam aqueles homens que via sentados nos bancos de madeira conversando, presos? Por que não estavam em celas? Por que um grande número de indivíduos fica na

parte geograficamente mais baixa da penitenciária, com uma vigilância mais presente, enquanto outros circulam na parte alta da penitenciária?

Se inicialmente não consegui perceber os significados ali produzidos, não foi porque eles não existissem, mas por que não conseguia ainda perceber os fios que se entrelaçavam a cada contexto relacional, dando sentido às relações estabelecidas cotidianamente na penitenciária. Não se tratava de apreender a realidade mas de construir um real²; de reunir elementos significativos daquele contexto que me conduzissem às teias de significados ali produzidos.

Mas como fazer? Por onde começar? Me propus a ser etnógrafo. Tentei sentir o outro, vê-lo o mais próximo possível, sem contudo, alimentar ilusões de que poderia assumir o seu lugar. Embora não tenha me faltado convite, como revela uma conversa com um informante:

- *o Sr é jornalista?*

- não. Sou estudante. Estou fazendo uma pesquisa aqui.

- *Por que não mata um e vem para cá? Ai você vai poder conversar com todo mundo aqui.*

Um convite à observação participante. Não tinha tempo? Não tinha coragem? Preferi outro caminho. Não penso que posso me tornar invisível, ser pura objetividade, tão pouco ensejo ser um porta-estandarte do meu objeto³, antes, acredito tal como Geertz (1979:20) que a prática etnográfica se constitui enquanto um momento no qual

²Para maiores reflexões sobre “realidade” e “real” ver LAPLANTINE & TRINDADE (1997) **O Que é Imaginário**. São Paulo. Brasiliense (col. Primeiros Passos)

³Para um maior aprofundamento sobre observação participante e participação observante ver DURHAN IN A CARDOSO, Ruth (Org.) **A Aventura Antropológica**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

“o que o etnógrafo enfrenta, de fato é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas, ou amarradas umas às outras, e que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas e que ele tem que de alguma forma, primeiro aprender depois apresentar”

e que:

“fazer etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modulado”

A pesquisa, a etnografia é a história de um relacionamento pessoal (ZALUAR, 1986) que se estabelece entre o pesquisador e aqueles que direta ou indiretamente são envolvidos na pesquisa, nesse caso: informantes, burocratas, vigias, guardas, amigos, etc. Relações tecidas com confiança e desconfiança, insinuações, alegrias, tristezas, lembranças, prazeres, desejos, esperança, sonhos, manipulações, ocultações, vigilância, esquecimentos...A história dessa pesquisa começou a ser desenhada bem antes da entrada na instituição penitenciária, como pôde ser observado na introdução deste trabalho.

Após obter autorização judicial para realização das entrevistas e ter podido finalmente entrar na penitenciária como pesquisador, o controle sobre os passos que dei mudou de autoridade, não de perspectiva. O ofício remetido ao diretor pelo juiz na primeira oportunidade falava em “entrevistas com autorização de vossa senhoria” (leia-se diretoria). No segundo momento não havia recomendação direta. Em ambos os casos os diretores nunca se envolveram diretamente com a pesquisa. Contudo, ao que me parece, nunca perderam o rumo dos acontecimentos, pois, sempre me ofereceram o informante inicial, ao cargo de quem ficou a responsabilidade de conseguir outros “voluntários”. Em duas ocasiões, após realizar entrevistas, fui chamado até a sala do diretor e vice,

respectivamente. Imaginei que algo não corria bem. Numa ocasião, a Assistente Social fez o papel de investigadora, indagado-me sobre os rumos da pesquisa; numa outra oportunidade, uma agente com o ofício do juiz nas mãos foi incumbida de tal tarefa.

Esse fato me alertou para uma possível manipulação que havia por parte do meu “auxiliar de pesquisa”, interno e homem de confiança do vice-diretor em selecionar os informantes, já que nessas duas ocasiões os entrevistados haviam sido convidados por mim, sem a interferência do “auxiliar”.

Das entrevistas realizadas, vinte e sete foram realizadas no prédio da administração, sendo dezesseis na sala de reuniões, dez na sala da assessoria especial, uma na sala de atendimento psicológico e a última na enfermaria, um prédio anexo à sede administrativa. Durante as primeiras entrevistas, quase sempre ficava frente a frente com os informantes, por vezes porque o “*doutor tinha que ficar atrás do birô*” e isso me fazia perceber como eu estava sendo classificado. Numa dessas oportunidades o informante Ramiro (44 anos, Condenado por furto, Art. 155, pegou 7.2 anos, tinha cumprido 6,8 anos) revelou quem ele acreditava que eu era: “*...quando eu tiver saindo daqui a primeira coisa que eu tenho que fazer é essa: é sair para dentro da minha casa; cuidar do meu trabalho e me alimentar bem, que na realidade, eu não vou falar da casa, mas a comida da casa é muito cansada. Me desculpe. Me desculpe que o senhor faz parte do grupo aqui. Eu digo faz parte do grupo porque na realidade o senhor é funcionário do Estado. E qualquer pode ser funcionário. Assim, lá da rua. O senhor é um psiquiatra, mas faz parte do presídio.*”

Em todas as oportunidades, procurei manter as portas fechadas, na tentativa de minimizar a vigilância e a influência direta da diretoria e agentes sobre os informantes. É óbvio que ela sempre se fez presente, mesmo que de maneira discreta. Em duas ocasiões entretanto, nas quais eu mesmo propus aos internos a entrevista, as interrupções antes quase

ausentes, se fizeram notar. Num dos casos, encontrei o informante “revoltado”, dizendo que tinha dado um pau num colega preso e que se alguém curtisse com ele, o mataria. Vendo o clima de tensão, imaginei que podia ser favorável à obtenção de dados. Iniciada a entrevista, a primeira impressão se confirmou. Contudo, não tardou para que um interno que trabalha na casa, entrasse na sala e dissesse para o informante deixar aquela entrevista para depois, já que outras pessoas aguardavam para dar entrevista. Depois de mais uma interrupção do mesmo interno, a quem fizemos ouvidos de mercadores em ambas as oportunidades, uma Assistente Social entrou e nos perguntou se sua permanência ali com um outro interno recém chegado e uma senhora atrapalharia. Continuamos a entrevista, mesmo com as presenças exóticas que se mantiveram por cerca de quinze minutos. Durante esse tempo, o informante baixou o tom de voz, antes empolgado, agora falava com cautela. Mesmo separados pelos 3m de comprimento da mesa, as conversas eram totalmente audíveis. Após ficarmos a sós, um outro interno entra e pergunta se a datilografia de um material sobre a mesa atrapalharia. Foi a senha para que acabássemos nossa entrevista. Saindo da sala, recebi um recado de que o vice-diretor desejava me falar, fui até ele, lá chegando, encontrei o diretor e uma agente que me fez uma série de perguntas, entre elas, quem era a pessoa que iria entrevistar a seguir?

Embora tivesse sido apresentado ao próximo informante num intervalo que fiz durante a entrevista anterior, não sabia quem era nem o que representava naquele universo. Mas eles sabiam exatamente. Era alguém com quem eu já tinha aberto a possibilidade do diálogo.

Ao longo de várias entrevistas, pude perceber que indivíduos que tinham as maiores penas apareciam quase sempre nos relatos como líderes de grupos no interior da penitenciária. O encontro com tal informante começou a se desenhar bem antes desse dia,

graças ao oferecimento de uma carona por parte de um membro da Pastoral Carcerária. Ao longo do itinerário, conversamos sobre a vida no interior da penitenciária, sobre o trabalho desenvolvido pela Pastoral Carcerária e, ao nos despedirmos, o cristão me fez uma proposta para ministrar cursos para os internos, me ofereceu ajuda, caso precisasse, poderia procurá-lo ou então a um interno que desenvolvia trabalhos de pastoral. De volta à penitenciária, procurei falar com esse interno. A intermediação do meu caroneiro foi benéfica para a aproximação. Após os cumprimentos, lhe expus os propósitos da pesquisa. Ele se ofereceu para contribuir. Antes que tivéssemos iniciado, me disse que já havia dado entrevista a um estudante de Psicologia, há três ou quatro anos atrás. Na verdade, a mim, estudante de Sociologia. Ao lembrar de tal fato, criou-se uma simpatia. A entrevista transcorreu numa tranquilidade até então inobservada, durante três horas. Paramos, demos um intervalo para o almoço depois de duas horas, ele desceu para almoçar em sua cela, eu comi com alguns funcionários, um professor da UFPB que dá cursos na penitenciária e alguns internos que fazem aí suas refeições. Antes porém, fomos interrompidos por um agente que veio almoçar na sala de reuniões, comumente utilizada para as refeições dos agentes e diretores. Nesse ínterim, o vice-diretor entrou e conversou com o agente. O informante continuou a falar, não mudou de assunto, mas procurou ser genérico em suas afirmações, seus olhos se concentraram em mim como se fosse a única visão possível, quem sabe, desejada naquele momento na sala. Depois do almoço, e antes de retomarmos a entrevista, tomei um café oferecido por um interno e cantineiro da administração que me disse em tom de desabafo o que aquele mundo representava para ele: *“aqui é um local onde o cara deve ouvir muito, ver muito e falar pouco.”* Retomamos a entrevista, finalizamos depois de uma hora. No meio da tarde o meu ajudante indagou-me: já acabou a entrevista com Lek? (46 anos, condenado por co-autoria em homicídio, pegou 12 anos, cumpriu 8,4 anos). Pergunta?

Ironia? Recado? Seja como for, essa entrevista mudou o rumo da pesquisa. Num dos dias em que fui à administração para dizer quem iria entrevistar a seguir, era com este entrevistado que o outro tinha vindo.

Imediatamente após a realização da entrevista com Lek, havia lhe solicitado a indicação de alguns internos com penas altas e que já tivessem cumprido pelo menos dez anos de cadeia. Dias depois, ali estavam os dois, Lek e seu convidado algemado. Ambos perigosos? Para quem? As algemas me davam pistas de que o próximo informante era alguém tido como perigoso internamente, pois só os que são incluídos nessa categoria pela administração da penitenciária é que passam pelos portões do setor de pavilhões e recebem tais pulseiras. Esse candidato a informante era de fato alguém tido como singular. Vários homicídios, mais de 60 anos de pena, líder de pavilhão. Alguém que na definição de um dos internos entrevistados seria um “preso homem” e não um “homem preso”. Categorias que servem para diferenciar aqueles apenados que são considerados como perigosos e que vivem “no” e “do” mundo do crime daqueles que estão presos por uma “eventualidade”, mas que não possuem, via de regra, uma vida marcada por ações criminosas, respectivamente.

Por que durante a realização de vinte e quatro entrevistas, os funcionários ou mesmo os meus “auxiliares” não fizeram quaisquer indagações a respeito dos internos entrevistados até então ou sobre o rumo das entrevistas? Poderia pensar que isso se devia ao fato desse dois terem sido convidados por mim, mas houve outros que foram igualmente convidados por mim. Por que então não observei a mesma vigilância em outros casos? As perguntas e interrupções não parecem ter sido gratuitas. Elas tinham propósitos: controlar aquilo que deveria ser dito ao pesquisador, pois, de algum modo os vigilantes daqueles instantes sabiam que quem fala situa-se num lugar social e a partir dele constrói seu mundo.

“ a instância de subjetividade enunciativa possui duas faces: por um lado, ela constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro, ela o assujeita. Se ela submete o enunciador a suas regras, ela igualmente o legitima, atribuindo-lhe a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar ” (MAINGUENEAU, 1997,23)

As perguntas dos agentes sobre esse informante serviram para revelar que a vigilância se exercia não só sobre os internos, mas também sobre mim, e creio, sobre todos aqueles que por razões as mais variadas lidam com os tutelados do Estado. No caso dessa pesquisa, ela esteve presente desde as tentativas de entrada na penitenciária até os momentos mais comuns dos dias em que a pesquisa foi desenvolvida. Ela foi exercida não só pelos funcionários, mas também pelos internos. Numa das visitas que realizei aos pavilhões e celas num domingo, quando os internos recebiam seus amigos e familiares, enquanto andava com um cicerone apenado, ele observou que naquele momento eu estava sendo a pessoa mais observada pelos internos.

As razões pelas quais muitos deram contribuições diretas variou desde o “interesse em ajudar a universidade” até desabafar com alguém. Para outros, dar entrevista não constituiu problema, pois “*só falaria o possível*”. Para uns, a entrevista foi a oportunidade de travar contato com alguém do mundo externo e quem sabe, tirar algum proveito disso. Muito além dos acontecimentos pitorescos ocorridos, as entrevistas e conversas realizadas foram momentos de partilha que os internos fizeram de suas vidas. Para a pesquisa foram momentos de enunciação de elementos que revelaram aspectos importantes dos indivíduos e grupos que convivem no dia-a-dia da penitenciária.

1.2 A PENITENCIÁRIA DO SERROTÃO: Moradas, trabalhos e privilégios.

A estrutura física da penitenciária do Serrotão tem a imponência de uma instituição social que procura afirmar através de seus muros e portões, a força de seu controle disciplinar. Erguida em uma área da cidade, na qual residem apenas alguns agricultores nas redondezas, a penitenciária se destaca da paisagem, graças à área que ocupa. Os portões de acesso, medem cerca de 3 (três) metros de altura. O primeiro deles, exclusivo para uso de carros que servem à penitenciária, tem cerca de 5 (cinco) metros de largura. O segundo portão, por onde entram os pedestres, mede 1 (um) metro de largura. Passando pelos portões iniciais, conhecidos no interior do Serrotão como portão um, têm-se os alojamentos dos agentes carcerários do lado esquerdo, onde eles mantêm guarda, fazem revistas nos visitantes e operam a central de rádio. Do lado direito, à frente do alojamento dos agentes, situa-se o alojamento dos policiais militares, responsáveis pela vigilância externa do presídio. Caminhando-se cerca de 15 (quinze) metros, em subida, encontra-se o portão dois. Cruzando-se esse portão, é possível visualizar a enfermaria, escola e marcenaria do lado esquerdo, acerca de 50 (cinquenta) metros. Do lado direito, 15 (metros) metros depois, situa-se o almoxarifado. Ao lado desse, encontra-se a sede administrativa, um pouco mais à frente, do lado oposto, a cozinha, conjugada com o muro do portão 3 (três) que dar acesso aos pavilhões. Nesse portão, há sempre dois agentes penitenciários armados e algemas controlando a subida e descida dos pavilhões ao setor administrativo e vice-versa.

O mundo da penitenciária é o mundo dos alojamentos. É para lá que são mandados todos que chegam à penitenciária Regional de Campina Grande na condição de condenados. Localizados na parte inferior da penitenciária e separados de outros setores por portões que são mantidos fechados e vigiados pelos agentes. Não há agentes transitando por

entre os alojamentos no dia a dia; a presença deles é incomum nesse espaço. Quando os agentes se dirigem a esse setor da penitenciária, a exceção dos horários de abertura das celas para o banho de sol às 7:00h e trancamento às 16:00h, é porque algo de extra cotidiano ocorreu ou está para acontecer. O espaço dos alojamentos é por excelência um espaço dos presos. Ao todo, são nove alojamentos. Sendo um especial, um conhecido como mini-máxima, três individuais e quatro coletivos. Cada um dos alojamentos é dividido em pavilhão A e B. Há ainda outros três setores: enfermaria, escola e serraria situados na parte superior da penitenciária e fora da área dos alojamentos onde moram cerca de oitenta internos, dos quais 31 são albergados, passando apenas a noite na penitenciária. A divisão social e geográfica desse espaço expressa até certo grau a própria configuração simbólica de um mundo no qual os homens, suas relações e moradias são concebidas e separadas de maneira hierárquica. Morar na parte superior, mesmo enquanto se recupera de uma cirurgia na enfermaria, significa ser detentor de um status diferenciado e isso apresenta-se no acesso a privilégios em relação a quem reside na parte inferior. Essa significação simbólica expressa-se também no caso do alojamento especial, que mesmo estando localizado na parte inferior, ou seja, dos alojamentos, é entre esses o superior, o mais próximo do portão de entrada desse setor e o mais privilegiado entre os pavilhões.

Nos primeiros dias em que se chega à penitenciária, o preso passa de três a cinco dias numa das celas do alojamento mini-máxima, conhecida como cela de reconhecimento. Segundo as informações colhidas, esse período serve para que os guardas que se revezam nos plantões diários tenham a oportunidade de conhecer os recém chegados. Essa é a razão pela qual se justifica internamente tal vigilância inicial. Goffman (Op. Cit., 1974:26) observa entretanto, que nos primeiros dias os indivíduos recém chegados à instituições tais como as prisões são submetidos a testes de obediência.

Pode-se imaginar que a sensação do novo interno é de fracasso⁴ por ter sido preso e condenado como “transgressor” de uma ordem social, bem como de medo frente a uma realidade nova e desconhecida e sobre a qual circulam, quase sempre, comentários pejorativos.

No mesmo alojamento onde se “conhece” e se “testam” os novos, localizam-se as celas para onde são enviados aqueles que foram punidos internamente por algum ato considerado “indisciplinar”. Quanto mais grave for considerado o ato, mais dura será a pena. Quando é tirado da cela de reconhecimento, o destino do novo interno morador é tão incerto como quando ele veio para a penitenciária. Ele dispõe de pelo menos quatro opções de morada. Quanto mais influência financeira ou social o novo detento tiver, mais bem localizado ele poderá ficar. E ficar bem localizado significa em ordem decrescente: parte superior, alojamentos especial, individual e coletivo. O poder de barganha do novo interno determinará suas possibilidades de conseguir um entre os melhores lugares, conforme declarou o informante Lauro (30 anos, condenado por assalto):

Rapaz, me levaram para individual. Eu já conversei com um rapaz aí. Pronto. Você é um rapaz tranquilo, não foge e tal, eu vou colocar lá na individual. Eu nunca tive. Eu nunca morei em coletivo não, sabe? Como chama, coletivo, todo mundo junto. Eu morei em celas individuais, com dois, três companheiros.

Em cada alojamento há um conjunto de configurações relacionais que tornam cada ambiente singular no universo da penitenciária, tanto entre os próprio internos como nas

⁴ Necessariamente a prisão de um indivíduo não é concebida por este como uma situação de fracasso. Analisando as gangs de Boston, Los Angeles e Nova Iorque durante a década de 80, Jankowski (Op. Cit., 1991) observa que entre os integrantes dessas organizações, o fato de alguém já ter passado por uma prisão se constituiu como um elemento agregador de status no grupo.

relações que esses mantêm com os guardas e com a administração. A média⁵ de pessoas localizadas em cada ambiente, bem como as condições oferecidas são dados reveladores desse universo social. Na especial, a média por cela é pouco maior que um; medindo 8mX4m, distribuídos em dois cômodos e um banheiro/sanitário localizados no primeiro cômodo. O acesso à cela se faz por esse cômodo, os dois internos que ai ficam, separam suas camas com lençóis amarrados no alto da parede, formando o que eles chamam de “cabanas” de tal modo que deixem um espaço de corredor, dando passagem ao banheiro e ao segundo cômodo. Nesse cômodo, considerando-se que não há banheiro, o espaço é maior e não há separação das duas camas por lençóis, há uma estante de alvenaria onde os internos guardam seus pertences, alimentos que cozinham na própria cela, entre outros. Não é incomum encontrar nessa celas internos que tenham ventilador; pequenas geladeiras; som; tv; fogões ou resistências elétricas alocadas em tijolos onde cozinham parte de suas refeições; biblioteca com livros de auto ajuda, revistas de mulheres peladas, bíblias. Os que ocupam esse segundo cômodo parecem fazê-lo graças ao status diferenciado que mantêm, embora ténue, em relação ao moradores do primeiro cômodo. Nessas celas moram quase sempre os que trabalham na penitenciária. O trabalho exercido por cerca de 113 internos é um dos elementos que contribuem para produzir e separar os “homens presos” dos “presos homens”.⁶ Desses total de “trabalhadores”, 7 realizam atividades administrativas, 15

⁵ A distribuição por alojamentos/setores é a seguinte, de acordo do o documento de “conferência diária dos apenados” do dia 02.11.1998 (em anexo). Alojamentos coletivos: 1-A:43, 1-B: em reforma, 2-A:39, 2-B:32, 3-A: 29, 3-B:28, 4-A: 27, 4-B: 30. Total de internos nos alojamentos coletivos: 228. Alojamentos Individuais: 1-A: 39, 1-B: 38, 2-A: 41, 2-B: 39, 3-A: 41, 3-B: 33. Total de internos nos alojamentos individuais: 231. Alojamento especial: lado A: 19, lado B: 19. Total: 38, Mini-máxima, lado A: 40, lado B: 23. Total de internos na mini-máxima: 63. Parte superior, enfermaria: 21, escola: 26, serraria: 02, albergados: 31. Ao todo a parte inferior, dos pavilhões tinha uma população de 560 internos que juntando-se ao 80 da parte superior perfaziam a população carcerária do Serrotão em 640 internos.

⁶ Expressão utilizada pelo informantes Lek. Com tal expressões o penitenciário procura mostrar uma concepção segundo à qual, existiriam penitenciários que viviam ou vivem 'no' e 'do' mundo do crime: os presos homens, ao passo que existiriam outros que estariam preso por uma obra do acaso, ou mesmo como resultado de uma situação singular e incomum em suas vidas, seriam os homens presos.

trabalham na horta, 38 nos serviços gerais, 4 na confecção de pré-moldados, outros 17 na cozinha, 9 na enfermaria, 6 na serraria, 4 na escola, 2 no almoxarifado e 8 que exercem atividades de jardinagem e serviços elétricos, os demais foram alocados em uma categoria definida pelo responsável de conferir diariamente o número de internos como “manutenção de reformas”, incluem-se aí atividades relacionadas à construção civil, tais como pedreiros, servente, entre outros. Durante a realização da segunda etapa dessa pesquisa, o presídio passava por pequenas reformas que previam entre outras coisas, a construção de camas em alvenaria, fato que pude verificar no pavilhão B do alojamento coletivo 1, interditado na época por essa razão.

Segundo a Lei de Execução Penal de 1984, o trabalho exercido pelos internos em regime fechado poderá remir sua pena numa proporção de 3 dias trabalhados para um de pena (Art. 126, §1º). Não há, segundo a perspectiva jurídica, uma definição clara do que vem a ser trabalho, o que se afirma é que ele “deverá ter finalidade educativa e produtiva” (Art. 28) e que na sua atribuição, “deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado” (Art. 32). Na prática o que ocorre é que os trabalhos desenvolvidos pelos internos representam muito mais o atendimento das carências funcionais da penitenciária do que propriamente o exercício de atividades educativas.

Há uma estreita ligação entre trabalhar e ser ocupante das celas especiais ou na parte superior da penitenciária. Um exemplo disso pôde ser observada quando um interno foi deposto de sua condição de “trabalhador”, perdendo por conseguinte seu lugar entre os especiais, passou a morar num dos alojamentos individuais. Os moradores das celas especiais, juntamente com os que se localizam na parte superior da penitenciária, compõe a “elite” do Serrotão.

Os privilégios obtidos pelos “trabalhadores” circunscrevem-se não apenas ao nível da remissão das penas, mas em condições diferenciadas no cotidiano, conforme diz o informante Chicó (28 anos, pegou 8 anos, cumpriu 2, Art. 157) e Valfredo (33 anos, pegou 12 anos, cunmpriu 4 anos, Art. 121):

Chicó: minhas refeições, eu trabalho aqui na parte da manhã , ai deixo a vasilha na cozinha, a gente que ajuda aqui, em geral , na cozinha. A gente que trabalha aqui, geralmente na hora do almoço ainda tá trabalhando até meio dia, né? Então não tem tempo de ir para fila como os outros, né? Então quando a gente desocupa aqui, 11:00h, a gente pega já a marmitinha pronta e vai comer na cela.

VALFREDO: é, aqui no presídio tem o problema de quem trabalha para casa, como eles dizem, é mais favorecido. Mas eu não acho que é favorecido em nada.

Embora negando que os internos que trabalham usufruem de privilégios quando comparado aos que não trabalham, o próprio informante Valfredo, reconhece, paradoxalmente, as distinções:

Ele trabalha e, o favorecimento que ele tem , é a regalia, um pouquinho a mais do que os outros, ele tá fazendo isso, ele tá trabalhando para isso. Se ele tá prestando serviço, ele tem aquela regalia a mais. Agora, quanto a, a sair, de, para receber beneficio, esse é igual aos outros ou pior. V: e no caso dessa regalia, quais são essas regalias? É, quem trabalha na casa ele, ele sobe aqui sem precisar de algemas, e se precisar falar com alguém da direção, já está mais fácil, ele tá aqui em cima. Essas são as regalias, o restante é igual aos outros.

Diferentes a partir dos referenciais de dentro, “iguais” quando portadores da moeda que vem de fora:

São 674 presos, se eu não me engano e tudo nesse mesmo sistema, alguns tem beneficio, basta ter dinheiro, somente. (Valfredo)

Esses privilégios, regalias, aparecem não só nas circunstâncias vivenciadas internamente, mas também nos momentos em que os internos são conduzidos para fora da penitenciária, ou mesmo quando precisam se comunicar com parentes nos dias em que as visitas não ocorrem, como podemos observar nos relatos dos informantes Matias (condenado por homicídio) e Dorivaldo (37 anos, condenado a 47,6 anos em Três processos, Arts. 155, 157 e 12):

Matias: porque eu sou um preso assim, que, de confiança, tem um agente aqui que se chama Feitosa, eu não sei se o Sr. Conhece, eu saio mais ele ai, só assim . eu e ele, nós saímos a (de) pé. Arrodeia, vai lá para o presídio feminino fazer uma hortazinha também, lá sou eu que faço também. Que eu trabalho na horta ai, então, que ele vai comigo, tem uma amizade comigo, graças a Deus. Vou para rua, desalgemado. Alguns agentes ficam, vamos algemar ele, Feitosa diz: esse ai, se ele for embora, eu pago a cadeia dele. O senhor acha que eu vou fazer isso com um agente? Eu não faço. Ai eu digo a ele, oh, se confiar em mim, eu não tenho nada, só tenho a boa vontade, mas quando eu disser uma coisa, podem passar dez anos que é aquilo mesmo.

A fala do Dorivaldo segue a mesma direção apontada por Valfredo, senão, vejamos:

D: porque a, escreve para mim, eu escrevo para lá, ai, faço jeito de telefonar, eu sei o telefone da mãe dela também. Não é direto , né? Mas a gente tem um bom respeito, ele sabe que nós(a gente) somos umas pessoas de merecimento, a gente tem os privilégios e a capacidade de conviver, tirar cadeia melhor, né?

As falas desses dois internos servem para apontar a troca de favores entre presos e agentes, se é que é possível se falar assim de uma relação explicitamente marcada pela hierarquia. Todavia, a concessão de benefícios “ilegais”, tais como sair da prisão sem algemas ou “ligar” para a esposa do interior da prisão são formas de presentear/reforçar o comportamento dos presos que parecem ser mais subservientes, e é também uma maneira de reforçar o controle sobre esses.

Diferentemente do número de pessoas nos alojamentos anteriores, nos alojamentos individuais, o número médio de pessoas por cela sobe para quase três, sendo que cada cela tem 2.5m de largura por 4.0m de comprimento, incluindo-se aí um banheiro. Ao todo são vinte e oito celas por alojamento, quatorze por pavilhão, divididos em dois lados. No horário em que os portões dos pavilhões são fechados, os presos permanecem nos corredores, em frente as suas celas, são eles que controlam as chaves das próprias celas, o que permite até certo ponto, o estabelecimento de um comércio de lugares. Os que possuem meios podem preparar seu próprio café, almoço e ceia na cela. Embora a refeição ofertada pela penitenciária seja muito questionada pelos internos em seus relatos, poucos são os que se alimentam apenas da comida feita nas próprias celas. Mesmo sendo um dever do Estado oferecer tais condições aos seus tutelados, não é de se estranhar que uma parcela que pode procura manter-se sem depender da alimentação oferecida pela instituição e acabem criando alternativas alimentícias às refeições tão “cansadas” na expressão do informante Ramiro, fato esse que acaba se constituindo também, como um dos elementos distintivos entre os internos. A grande maioria se utiliza das refeições servidas pela penitenciária às 7:00h, 11:00h 15:30, respectivamente café da manhã, almoço e jantar, seja como fonte principal de alimentos, seja como fonte complementar.

O mundo penitenciário é um universo no qual as condições materiais dos internos se constituem como um dos elementos extratificadores nas relações cotidianas. Na prisão cada uma vale o que tem, como afirmou um interno.

Nos alojamentos coletivos, contrariamente aos individuais, não há paredes que separem as celas, mas “cabanas” feitas com lençóis amarrados nas paredes e tetos, que servem para demarcar e dividir o espaço de cada interno. Geralmente as cabanas ocupam o espaço de um colchão de solteiro, para os que não tem colchões, resta dormir no chão. O

número de banheiros e sanitários que nos alojamentos individuais é de 28 agora baixa para 12. Nesses alojamentos a média por pavilhão é de 32.5 pessoas, uma pouco abaixo da anterior, pequena vantagem numérica que não encontra semelhança nas condições desfavoráveis de dormida e higiene, fazendo com que esses alojamentos se constituam como um dos menos desejados pelos internos. Os que aí moram são os quem menos bens possuem. Os alojamentos coletivos são chamados pelos internos de outros setores de “favelas”, numa alusão comparativa às condições de improviso e restrições materiais presentes nas favelas das cidades brasileiras.

Na mini-máxima, a mais compulsória das moradas no universo prisional do Serrotão, a média é pouco maior que um. Todavia, a desvantagem revela-se nas privações severas a que são submetidos seus ocupantes. Enquanto os ocupantes dos demais alojamentos podem tomar banho de sol diariamente, das 6:00H às 16:00h, esses só podem fazê-lo duas vezes por semana durante quatro horas, sob vigilância. Para os demais, as visitas ocorrem duas vezes por semana, as quartas e aos domingos, das 8:00h às 16:00h. Já para esses, apenas uma vez durante duas horas. A comunicação com os internos de outros pavilhões que circulam livremente durante o dia é oficialmente proibida, entretanto as grades de 1/2m por 1/2m situadas ao lado das celas permitem a troca de conversas, bilhetes, comidas e objetos que são amarrados por cordas e passados de fora para dentro. Diferentemente dos demais pavilhões, o muro da mini-máxima é composto por dois tijolos até a altura das grades.

O nascimento para as relações sociais no interior da penitenciária inicia-se de maneira intensa a partir do momento em que o interno deixa o “reconhecimento” ou “teste de obediência” com destino a uma nova morada. Com exceção daqueles que vão direto para o alojamento especial, seja porque já tem segundo grau ou alguma profissão que possa ser

de serventia para a administração, ou ainda porque mantém algum vínculo com funcionário ou agente, policiais, etc., os demais precisam se articular se não quiserem ser levados para os piores lugares. Na prática, não há classificação dos internos segundo “seus antecedentes e personalidade” tal como define a lei. A classificação e distribuição dos indivíduos no espaço segue uma outra lógica, conforme assevera o informante Maximiliano (28 anos, condenado por assalto a mão armada).

V: como é que você fez para conseguir uma cela lá no individual?

M: para eu conseguir o individual, eu tou graças a minha família: minha mãe chegou, falou com o juiz, falou para o juiz que eu era estudante, era uma pessoa nova ainda, de bom comportamento, talvez, eu era mau comportamento, eu era um verdadeiro danado, mas precisava de uma chance. Então essa chance foi dada a mim e eu fiquei no individual, como até agora estou trabalhando aqui na mesma chance, entendeu, e estou provando aquilo que é minha, minha competência, né? De ser bom preso, ser bem comportado, de agir com as coisas diante da lei, como é a lei, né?

V: certo, agora quando você saiu, você foi para que cela. Eu quero saber como você conseguiu, você falou com algum agente.

M: com o chefe do pavilhão. Primeiramente foi minha família falou com o diretor. O diretor dá ordem ao chefe do pavilhão e o chefe do pavilhão permitiu, eu fiquei morando lá, né? Ai com o passar do tempo eu consegui vim para especial e trabalhar, que é muito difícil. Eu fiz muita coisa, lutei bastante para conseguir trabalhar aqui e tou conseguindo, né?

O que está em jogo para se conseguir um lugar nesse cenário é um conjunto de relações pessoais, econômicas e comerciais entre outras. Numa das visitas realizadas aos internos num dia de domingo, quando já havia realizado as entrevistas, presenciei o pagamento de R\$ 20,00 feito por um interno ao seu colega de cela pela compra de um lugar na cela. A negociação tinha ocorrido dias antes, naquele momento, o dinheiro selava o acordo feito.

Negócios iguais a esses fazem parte da vida cotidiana da penitenciária do Serrotão, e não é exclusivo dos internos. Um informante disse-me durante uma conversa não gravada, que ainda quando estava no “reconhecimento” foi informado por um interno que encontrava-se numa cela ao lado que se desejasse poderia comprar um lugar aos agentes penitenciários. Ao sair, o interno conseguiu um lugar nos alojamentos individuais por R\$ 50,00. Na penitenciária, como em outros lugares do mundo capitalista, o poder de conseguir diz até certo ponto o que cada um pode ter e ser.

Para quem nunca esteve numa penitenciária do porte da Penitenciária Regional de Campina Grande, é difícil imaginar as múltiplas possibilidades de negócios que são realizados no seu interior. Num lugar onde o dinheiro em moeda é pouco, muitas formas de trocas são desenvolvidas. Tal como é possível se comprar um lugar numa cela, é também possível dá um “agrado” a um agente para que esse lhe consiga um trabalho e por conseguinte melhores condições de morada. Os internos que fazem suas comidas nas celas, compram parte dos mantimentos em pequenas quitandas que são mantidas no interior dos pavilhões por internos comerciantes, pessoas de prestígio nesse mundo relacional. Muitos dos internos que recebem ajuda dos seus familiares trocam parte da alimentação recebida por cigarros ou bebidas que entram ilegalmente no interior do presídio, tal como as drogas⁷. Um dos informantes chegou a afirmar que sustentava suas duas mulheres e filhos graças ao comércio de drogas no interior da prisão.

A principal fonte de renda para a grande maioria é representada pelas famílias e amigos, seja ela em dinheiro ou em produtos alimentícios, roupas, etc. Durante os dias de

⁷ Na edição do dia 07 de fevereiro de 1999, O Diário da Borborema, jornal de circulação estadual na Paraíba trazia uma reportagem sobre o uso e comércio de drogas no Serrotão e no presídio do Monte Santo, inclusive com o preço praticado.

visita, em especial nos primeiros domingos de cada mês, o número de visitantes é especialmente maior do que em outros dias. Nesses dias as filas de visitantes se mantêm das 7:00h até às 13:00h, não só o número de visitantes aumenta, como o número de sacolas e feiras trazidas para os internos. Os bens, alimentos e dinheiro trazidos pelos visitantes fazem a economia penitenciária intensificar seus negócios durante os dias imediatamente anteriores e posteriores aos domingos iniciais de cada mês. São esses meios que ajudam na manutenção dos vícios e no pagamento do “seguro proteção” oferecidos pelos grupos de internos dominantes aos mais frágeis ou na compra de um novo lugar.

Alguns internos que são funcionários públicos recebem o auxílio reclusão no valor de um salário mínimo. Outros, seguindo o espírito do capitalismo emprestam dinheiro aos seus colegas durante a semana para receber quando as visitas vierem. Quase sempre com juro de fazer inveja a qualquer instituição financeira.

Trabalhos não oficiais também são utilizados como fonte para se conseguir algum dinheiro ou mesmo mantimentos, em especial por aqueles que não recebem visitas. Para os que se propõe a realizar atividades tais como limpar celas dos companheiros, lavar roupas, pode ao final da semana faturar R\$ 1,00.

O comércio de confecções, incluindo-se aí colchões é comumente utilizado como fonte de renda. Muitos internos costumam realizar “arrasto”, saindo de alojamento em alojamento procurando vender parte de suas próprias roupas aos internos.

Há ainda os que trabalham oficialmente e procuram tirar alguma vantagem adicional dessa condição, tal como vender verduras da horta para outros colegas ou para os familiares dos internos.

Essa é apenas uma pequena amostra das relações comerciais que se configuram cotidianamente no interior do Serrotão. Para aludir a uma bela expressão de Geertz (Op.

Cit., 1989) sobre o uso do dinheiro nas apostas durante as rinhãs de galo em Bali, diria que as relações de troca, de compra, tal como o dinheiro, não valem por si mesmos, mas por aquilo que são capazes de fazer acontecer. E quanto mais bens, mais dinheiro, mas se pode fazer acontecer, mais se pode procurar ser um vivo entre aqueles que socialmente são concebidos como mortos.

As difíceis condições a que são submetidos os penitenciários refletem-se nas condições de saúde presentes em seu cotidiano. Durante o período de realização desta pesquisa, mais de dez por cento (75) da população carcerária encontrava-se doente, enfermidades que variavam desde dermatites até casos de HIV. O impressionante, contudo, reside não apenas no fato da estrutura penitenciária (higiene, alimentação...) facilitar o surgimento de doenças, mas de não oferecer condições adequadas àquelas pessoas que já se encontram doentes. Dos quarenta doentes com doenças pulmonares, apenas quatorze encontravam-se em tratamento. Mesmo alguns dos que estavam sendo tratados continuavam morando junto com a população, representando uma fonte manifesta de contaminação. Não há qualquer programa de orientação sexual ou distribuição de preservativos. Seis outros internos encontravam-se com doenças venéreas; dez com micoses e três casos comprovados de HIV. Oito internos estavam com sífilis, numa instituição onde as práticas sexuais são comuns entre alguns internos, seja como fonte de prazer, seja como represália para estupradores ou para as “mulherzinhas” de um universo masculino e machista, no qual predomina visões androcêntricas, como observa Bourdieu (1999). O poder, a força física e simbólica, concebidas enquanto atributos que compõe a masculinidade em oposição aos atributos tidos como femininos: sensibilidade, fraqueza, subordinação. Num universo relacional no qual a população carcerária é formada em sua totalidade por presos do sexo masculino, àqueles que são classificados como sensíveis,

fracos, vêm reservados para si, lugares e posições que não estão entre “os mais privilegiados” nesse contexto relacional. A posição de “homem” nesse universo relacional é dúbia, pois, por um lado exige-se evitar situações que possam expressar a possível negação da masculinidade, tal como demonstrar sensibilidade, fraqueza, etc, por outro lado, exige-se a construção e vigilância constante de valores tidos como representativos da masculinidade. Assim, o interno Lek chegou a afirmar que no mundo da penitenciária “ninguém encontra moleza”. Expressando assim, uma percepção segundo à qual, ser homem é ser forte, poderoso, dominador, em contraposição aos que possam ser portadores de características avessas a essas, e portanto, dominados.

A estrutura disponível para os que precisam de atendimento de saúde resume-se a existência de uma enfermaria na qual, quando algum enfermeiro se encontra preso, ele realiza pequenos curativos. Quando não há um interno especializado, o jeito é contar com a ajuda dos que trabalham em tal função, mesmo sem o preparo técnico. Graças à falta de estrutura, casos considerados graves são encaminhados para o Hospital Universitário com a autorização da diretoria.

Existe um serviço odontológico que realiza apenas extrações. Assim, se um interno tiver algum dente que precise apenas de obturação, poderá fazer a opção de extrai-lo de imediato ou terá que contentar-se com suas cáries.

Não constitui um fato aberrante que para aqueles a quem os direitos civis foram suspensos, a assistência à saúde também seja algo ausente. É isso que resta a uma população carente que compõe 95% das prisões brasileiras, os pobres, segundo censo penitenciário de 1995.

Se a doença por vezes conduz à morte, nesse caso, são os “mortos” que procuram a vida em meio às doenças.

Para além de um bricoleur, que às vezes parece caracterizar as etnografias, procurei mostrar nesse capítulo, alguns dos caminhos a partir dos quais os internos vão compondo suas trajetórias e construindo diferenças individuais e grupais no interior do Serrotão. É possível se pensar, em princípio e de modo genérico, os internos do Serrotão como estando divididos entre “presos homens” e “homens presos”, tal como é possível se pensar os presos em relação aos não presos, tomando por base o conceito de identidade.

As configurações relacionais inventadas e reinventadas na penitenciária do Serrotão não parecem ser tão facilmente visualizadas em tais lógicas dicotômicas. Não é esse o caminho que procuro seguir preferencialmente para fazer as interpretações aqui presentes, embora me utilize de tal conceito. Defendo que as trajetórias construídas pelos internos não são inscritas apenas seguindo uma lógica polar. Há um conjunto de elementos referenciais presente nas visões e práticas dos internos que não parecem se encaixar tão facilmente em uma perspectiva que procure separar de um lado os “homens presos” e os “presos homens”. O mundo da penitenciária é feito de coerências e incoerências; composto por junções e conflitos. É um mundo aparentemente rígido, graças à sua hierarquia, mas que precisa ser reafirmado, reconstruído a cada novo instante. É um mundo relacional em constante construção. O próprio fluxo de pessoas que por aí passam, com suas histórias e trajetórias distintas, apontam para ações e reações diferentes frente à instituição e suas normas.

Talvez seja hora de lembrar e homenagear Durkheim, que nos ajudou a entender que na Sociologia dois e dois são sempre mais do que quatro. Por isso, faz-se necessário nos aproximarmos ainda mais de um mundo com tantos números, conflitos e possibilidades. É o que faremos no capítulo que segue.

CAPÍTULO 2:

Conflitos, Violência e Territorialidades

“Nenhuma sociedade é perfeita. Por natureza, todas comportam uma impureza incompatível com as normas que proclamam, e que se traduz de modo concreto numa certa dose de injustiça, de insensibilidade, de crueldade...descobre-se então que nenhuma sociedade é fundamentalmente boa; mas nenhuma é inteiramente má”

Lévi-Stauss in Tristes Trópicos, 1996, pg. 365

Se pudéssemos fazer uma investida para saber quais as visões que a população elabora sobre os penitenciários, iríamos ver, certamente, que dentre as interpretações possíveis, a idéia de que eles são pessoas violentas surgiria de modo recorrente. Essa provável visão é alimentada cotidianamente por um conjunto de notícias tendenciosas veiculadas pela imprensa conhecida como policial, ou policialesca. As reportagens produzidas por esses noticiários têm um papel específico a cumprir, como bem observa Foucault (Op. Cit. 1987), elas procuram mostrar à população que os criminosos são pessoas socialmente desagregadas, distantes das relações com amigos, familiares, trabalho. Não por acaso, os termos desempregado, desocupado, maníaco, selvagem, indivíduo, elemento e sujeito, são comumente utilizados para mostrar o perigo que possivelmente essas pessoas representam para a sociedade do capital. Talvez seja desnecessário trazer aqui uma série de exemplos para comprovar tal assertiva, contudo, o noticiário e os comentários feitos pelo apresentador Ratinho, na época no SBT com o programa Ratinho Livre, servem como uma amostra da visão dessa modalidade de programa que curiosamente tem visto os seus índices

de audiências crescerem. Era o dia 19.08.1998, o país inteiro discutia o assalto sofrido pelo artista Gérson Brenner, e o programa do SBT fez desse assunto o seu principal chamariz de telespectadores nessa noite. No desenrolar da discussão, o apresentador defende a pena de morte para os autores do assalto, até aí, tudo bem, numa sociedade que tem procurado encontrar o caminho do debate democrático, todas as visões devem ter seu espaço assegurado. Todavia, os detalhes de como a possível morte dos assaltantes deveria ocorrer é que chama atenção. Segundo o defensor da proposta, o Estado não poderia gastar/desperdiçar balas com vagabundos, eles deveriam ser executados como um botijão de gás caindo sobre suas cabeças. A que nível chegamos no debate sobre violência no Brasil?

O papel desempenhado pela imprensa não é o único fator que contribui para a constituição de tal visão por parte da população, há outras questões presentes nesse cenário, a confiança ou desconfiança de segmentos da população em relação aos órgãos públicos responsáveis pela segurança. Acredita-se que se alguém está preso é porque não se é tão santo quanto se poderia pensar, ou será que as constantes mortes de penitenciários nas prisões sensibilizam a população no mesmo grau que a morte/assassinato de pessoas de outros segmentos sociais? Por outro lado, quando os órgãos de segurança são morosos ou incompetentes para administrar a violência, a população por vezes torna-se simpática de visões tais como a do apresentador citado, isso quando não resolve ela mesma colocar mãos à obra, realizando linchamentos.

O debate sobre a violência não pode ser retido em uma discussão pouco problematizadora, tão comum entre boa parte dos jornalistas que tem como exclusivo medidor de sucesso seus índices de audiência ou vendagem; tampouco pode ficar refém de sentimentos de revolta de quem quer que seja. Ele exige antes que nos indaguemos sobre o

que é violência? por que ela ocorre? Poderíamos ainda nos perguntar de que modo ela se configura nos mais variados contextos socioculturais, ampliando nosso leque de reflexão. Uma primeira reflexão aponta para uma resposta provisória (e todas são) para essa última questão, pois, nesse caso, indagar sobre a universalidade do fenômeno da violência é supor que ela existe em todos os agrupamentos humanos. É de se supor, ainda, que ela é um fenômeno histórico e socialmente produzido, configurado de acordo com o conjunto de elementos disponíveis e acionados pelos grupos sociais em cada instante de sua história; é defender uma perspectiva de que a violência só pode ser configurada, construída a nível das regras, das sanções sociais. Em outras palavras, a violência é uma expressão da força, do poder social, que procura, simbólica ou fisicamente, assegurar o domínio de uns sobre outros. Como observa (MAFFESOLI, 1981:28), *“o que permite estabelecer uma passagem entre o desejo de submissão e a ordem estrita do poder é a preponderância do princípio de autoridade”*. Ainda segundo o antropólogo francês, a violência pode ser expressa de dois modos distintos e com funções diferenciadas: simbolicamente ela assegura a coesão e o consenso entre os grupos e indivíduos em sociedades e quando expressa fisicamente, ela aponta para a imperfeição ou mesmo a impossibilidade da simbolização.

Violentar, portanto, significa fazer uso de um poder social para afirmar ou reafirmar uma ordem social predominante. Ao afirmar que o homem é o lobo de seu próximo, sempre disposto a guerrear a todo instante para garantir seus bens, HOBBS (1988) pressupõe um estado natural, pré-social, justificando desse modo a necessidade do Estado político para assegurar a convivência pacífica entre os homens. Contrariamente ao que pensaram Hobbes e ROUSSEAU (1987) a sociedade não passa a existir para garantir a paz ou a guerra, nem tão pouco os homens são naturalmente bons ou maus. A sociedade humana é que cria a paz e a guerra, o bem e o mau. Ainda segundo Maffesoli (op. Cit., 1981:17), não existe um mau

poder, tampouco um bom poder, existe um *“misto complexo, no qual se imbricam estreitamente a destruição e a vida, a retração e a expansão, o poder e aquilo que o ultrapassa, misto que determina e institui a tessitura social”*. Desse modo, a idéia de um Estado (leia-se nesse caso, poder) pré-social situa-se a nível especulativo, no qual a violência enquanto criação humana não poderia estar presente.

Nas últimas décadas, temos visto um aumento considerável nos índices de violência nas sociedades ocidentais, resultado de um maior nível de informação e conscientização por parte das populações dessas sociedades. Não que as pessoas, a medida que estão mais informadas, tendem a recorrer mais à formas de violência física, e é sobretudo dela que passamos a tratar daqui em diante, não significa também que os índices de violência das gerações anteriores fossem surpreendentemente menores do que das gerações atuais, sobre isso não há dados confiáveis. O que se observa é que a sociedade contemporânea se tornou menos tolerante no trato com algumas formas de violência, daí terem aumentado os índices de denúncias públicas de tais expressões de poder.

Em parte, essa maior conscientização e reflexão sobre o fenômeno da violência expressa-se no interesse crescente entre muitos estudiosos que têm procurado refletir sobre esse fenômeno. VISCARDI (1999) e RIELLA (1999), por exemplo, classificam os estudos até então desenvolvidos em duas tendências, uma que procura privilegiar a integração, o consenso, o controle social dos atores. Nessa ótica, os conflitos e violências são vistos como fenômenos anormais e passageiros, sendo enquadrados dentro da perspectiva da ordem socialmente estabelecida e, mesmo que essa ordem venha a sofrer mudanças graças a presença de novos elementos, o caminho comum a ser definido no futuro ruma sempre para uma ordenação das forças sociais. A preocupação central consiste em privilegiar as regularidades da vida em sociedade. Os conflitos e violências são observados como

estranhos e/ou patológicos. Para ilustrar, Riella (Idem, 1999), menciona três teorias que podem ser inseridas nessa tendência: A teoria do controle, postulando a idéia de que a violência ocorreria como fruto de uma inadequada socialização dos indivíduos à ordem. A teoria do desvio social defendendo a ótica de que a violência resulta do desvio de alguns indivíduos em relação ao sistema de valores culturais determinantes em uma sociedade, criando assim, “subculturas”. No terceiro exemplo, a teoria da Tensão Social defende que a violência resulta de um conjunto de ações ilegítimas utilizado pelos indivíduos para obter aquilo que a sociedade lhes prometeu.

É possível se reconhecer nessas teorias a tradição durkeimiana e sua preocupação com a regularidade da vida em sociedade. Essa também era a preocupação central de Robert Merton ao elaborar sua teoria da Tensão Social. Podemos ainda visualizar a influência da perspectiva funcionalista na medida em que as teorias da “integração”, como denomina Riella, procuram projetar no indivíduo as razões pelas quais a violência assume seus contornos. Ela, a violência é definida como uma ação de caráter individual, que encontra nos anseios do indivíduo a mola propulsora para projetar-se a nível social. É como se, em princípio, a sociedade estivesse livre dos conflitos, bem como da possibilidade de violência.

Traçar críticas à teoria durkeimiana e aos funcionalistas não significa negar a importância desses autores no cenário sociológico. Durkheim tinha como preocupação dar à Sociologia um caráter autônomo, ao lhe conferir um objeto de estudo próprio, o fato social. Já os teóricos da integração, em especial os americanos, elaboraram suas teorias em momentos nos quais os EUA viviam períodos históricos de forte integração. Isso nos ajuda a entender os contextos epistemológicos e sociais dessas teorias, embora não facilitem nossa tarefa de compreender o fenômeno da violência enquanto configuração sociocultural,

e não apenas como fenômeno individual. Não somos defensores do reducionismo que acredita que todos os possíveis autores sobre quem recai esse rótulo de funcionalista sejam necessariamente autores que vêem a violência enquanto um fenômeno de caráter individual. Num interessante e inovador trabalho sobre as relações entre negros e brancos na África do Sul, realizado durante a década de trinta, Max Gluckman aponta a conflitualidade como um dos elementos que fazem parte daquela ordem relacional estabelecida entre esse dois grupos, juntamente com as relações de solidariedade/manutenção que são estabelecidas. O interessante da pesquisa de Gluckman é que ele analisa a cultura enquanto um processo, em constante transformação, e não como algo estático no tempo e no espaço. Ao conceber as diferenças de interesses e os conflitos como algo que se situa no emaranhado das relações sociais, Gluckman acaba por apontar os conflitos como algo presente e constante na vida social, e a violência como uma possibilidade a ser acionada, não apenas por motivos individuais, mas, principalmente, por razões coletivas.

Esse autor poderá, portanto, ser situado na segunda tendência mencionada por Viscardi e Riella, a dos autores que privilegiam as relações de conflitos, relações processuais, relações de dominação e exploração. Essa classificação que procura unir perspectivas tão discrepantes quanto as de Marx, Mauss, Gluckman, entre outros, é até certo ponto tênue, todavia, essa fina ligadura pode conduzir nossa reflexão. VELHO (1996), tomando por base a idéia de reciprocidade de Marcel Mauss, argumenta que a diferença é a base constitutiva da vida social e é, ao mesmo tempo, fonte permanente de conflito/tensão entre indivíduos e grupos sociais. O que torna a vida social possível, são as trocas que ocorrem tendo por base as diferenças entre os atores individuais e coletivos. A reciprocidade, diz ele, não é fruto do acaso, mas de um conjunto de negociações, impasses e conflitos realizados cotidianamente. A falta de reciprocidade pode, por sua vez, gerar a

violência, pois esta apresenta-se como uma possibilidade sempre presente nas relações sociais, seja nos momentos de reprodução social, de mudança ou de ruptura. Uma amostra dessa ausência de reciprocidade e presença da violência pode ser vista no filme PAPUA - Nova Guiné. Entre os nativos dessa região, as crianças do sexo masculino são iniciadas à fase adulta, o que equivale a poder ser guerreiro e proteger as mulheres, entre os 4 e 14 anos. Numa das cerimônias, os iniciados devem assistir a uma batalha fictícia entre os guerreiros de seu grupo e os de um grupo vizinho, convidados para a guerra de demonstração. O convite e a aceitação representam os elos dessa corrente de reciprocidade mantida pelos grupos. Todavia, quando o grupo convidado recusa o convite, aí tem-se início uma guerra real. A ausência de reciprocidade, seja entre os habitantes de Papua, seja entre nós, pode conduzir à ações violentas entre grupos ou entre indivíduos, pois o uso ou a possibilidade de uso da violência tem haver com o poder de grupos ou indivíduos sobre outros.

Um outro exemplo de conflitos e violência como fazendo parte da vida social nos é dado por Geertz (Op. Cit. 1989), em seu estudo sobre as rinhas de galo em Bali (Indonésia). Lá, as lutas são quase sempre apostadas por pessoas que vêm das vizinhanças onde se realiza a competição. Geertz observa que os apostadores são em sua grande maioria familiares ou amigos dos donos dos galos nos quais apostaram, mesmo que o galo mais íntimo não seja necessariamente o melhor. O que interessa ao investigador das Ciências Sociais, nesse caso e, em especial ao estudo sobre a violência, não são as brigas de galo em si, mas aquilo que elas representam, a expressão e controle dos conflitos entre os homens através da briga de galos. Daí, cada grupo apostar preferencialmente no galo do amigo, em detrimento do galo de pessoas relacionalmente mais distanciados no dia a dia. Quanto mais

próximas as relações, maiores as necessidade de interação e reciprocidade entre os atores em cena.

Se a violência pode ser pensada a partir da expressão do poder entre os indivíduos e grupos, faz-se necessário que atentemos para as particularidades históricas e sociais a partir das quais as relações podem ser estabelecidas. Os conflitos e violências que predominava no período Média tinham características distintas daquelas que vemos hoje na sociedade contemporânea. Autores como Foucault (Op. Cit. 1987), Elias (Op. Cit. 1994) e Martucelli (Op. Cit. 1999) assinalam as singularidades desses fenômenos, em especial nos três últimos séculos da Idade Média. A ausência de um Estado capaz de intermediar os conflitos entre os mais variados segmentos sociais e a fraca presença de poderes disciplinares faziam com que a violência fosse muita vezes utilizada como maneira de resolver questões pendentes entre as partes. Martuccelli observa que nas sociedades tradicionais (e tanto a Idade Média quanto as primeiras décadas do capitalismo podem ser pensadas a partir dessa definição) predomina a força, a energia, o trabalho. Não por acaso, as punições para os delinqüentes impostas pelo poder do Estado Monárquico eram atroz, violentas, levando por vezes a ceifar a vida dos criminosos.

Esse período de conflitos e transformações das mais variadas ordens contribui para a reconfiguração das formas e valores sociais, modificando, por conseguinte, os conflitos, violências, administração dos conflitos e punições.

2.1 VIOLÊNCIA NA MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE.

A sociedade capitalista nascente descortinou uma pluralidade de mudanças e deslocamentos ocorridos desde a Idade Média. Essas mudanças não cessaram com o advento da sociedade do capital, tampouco provocaram, em alguns casos, mudanças bruscas em relação aquilo que já podia ser visualizado durante as últimas décadas do período Feudal. O que estava em jogo nesse cenário de mudanças eram forças sociais que se digladiavam em torno de vários projetos, dos quais queremos visualizar dois. Um reivindicando uma postura pretensamente mais humanista, mas “evoluída” em relação ao projeto de mundo no qual predominava a visão teocêntrica. Esse “processo civilizador” (Op. Cit. 1994) a nível dos costumes, dos saberes e práticas escolares, e por que não, a nível das transformações políticas e econômicas, com o advento do Estado Moderno e da Revolução Industrial ergueu um novo cenário, um “admirável mundo novo” (HUXLEY, 1997). A nível de conflitos, violência e criminalidade os saberes e práticas também não se mantiveram os mesmos.

Se durante o período anterior a morte era um elemento comum na vida das populações, fosse graças às epidemias ou às constantes guerras e conflitos, a vida e a força de trabalho agora se constituíam como elementos importantes para fazer funcionar a engrenagem da sociedade capitalista. Os projetos e práticas punitivas passaram por deslocamentos e transformações que levaram à novas formas de punição, procurando-se humanizar mais o tratamento dado aos criminosos. Entre outras coisas, a necessidade de mão de obra não podia dispensar a força de trabalho desses indivíduos, mas também não poderia aproveitá-la bem se ela se mantivesse com o espírito “rebelde”, com suas almas revoltas e incontidas. Era preciso controlá-las, discipliná-las de acordo com a nova ordem

estabelecida. Mas como fazer? Por onde começar? Era preciso tirar e controlar nessas pessoas o que havia de mais importante na nova ordem social, aquilo através do qual a vida agora era contabilizada, medida; aquilo que o capitalismo faz crer seja o mais precioso: o tempo e a liberdade. Essa privação de tempo e liberdade produzidas pela prisão não era definitiva, ela tinha como objetivo fazer com que o indivíduo sentisse sua falta e aí, se rendesse aos saberes e poderes que visam transformá-lo em um novo ser, subserviente, disciplinado, controlado pelas forças disciplinares da sociedade. É claro que a nível de pena de reclusão não há nenhuma novidade até aí. Contudo, como observa Foucault (Op. Cit., 1987) o fato novo consiste em como a vida do preso será administrada a partir de então, controlada diuturnamente pelos guardas, assistentes sociais, psiquiatras, diretores, juizes, arquitetos, entre outros. Esses novos profissionais e seus saberes científicos tinham como objetivo transformar o íntimo daqueles considerados criminosos para depois devolvê-los à sociedade.

Essa visão sobre a violência e os criminosos presente na modernidade parece ser excessivamente negativa, mas ela não é única. Se o capitalismo tem seus defensores, ele tem também seus adversários. E a ótica que interpreta a violência enquanto fenômeno positivo encontra em Marx um dos seus primeiros expoentes na modernidade. Ao defender que os conflitos entre as classes, bem como o desenvolvimento das forças produtivas apontavam para novas e melhores possibilidades de vida, o autor de O Capital acaba por inspirar uma nova possibilidade de interpretação nos estudos sobre a violência.

Para Martuccelli (Op. Cit., 1999) a sociedade moderna contrariamente a sociedade tradicional é marcada pelo aumento e predominância do nível de informações, fazendo com que a violência seja mais ou menos tolerada de acordo com o grau de racionalização que ela parece expressar. Ele lança como exemplo a guerra do Golfo e a chacina do Carandirú em

São Paulo, no ano de 1992, afirmando que a primeira foi bem mais aceita pela opinião pública do que a segunda porque o uso da violência foi exercido graças às informações modernas, tais como as recebidas por satélite, enquanto a truculência policial no Carandirú foi bem mais física. O autor observa ainda que a modernidade assistiu um enfraquecimento no uso da violência física, idéia aliás, que não encontra consonância na perspectiva de Dahrendorf, que baseando-se no aumento dos crimes denunciados e registrados nas últimas três décadas desse século, em especial na Europa, defende que a violência teria crescido em decorrência de uma erosão da lei e da ordem nos últimos anos. Ao resenhar o livro “A Lei e a Ordem” de Dahrendorf, ADORNO (1998) contesta a afirmação do sociólogo alemão. Segundo Adorno, o aumento da criminalidade nas últimas décadas é algo bastante controvertido, pois nos últimos anos os policiais e peritos desenvolveram novas formas de investigação, possibilitando assim desvendar muito mais crimes do que anteriormente. Por outro lado, violências contra a mulher, por exemplo, que antes não eram denunciadas, hoje encontram bem menos tolerância do que nas décadas anteriores, o que não significa que ela não tenha existido, e sim feito parte das cifras desconhecidas da violência/criminalidade. Adorno contesta ainda a visão de que a criminalidade teria aumentado graças a uma diminuição das penas e afirma que não se constata uma tendência para a suavização dos sistemas de sanção. Segundo ele o que se apresenta na fala dos cidadãos comuns e das autoridades é o propósito “*de punir mais, com maior eficiência e maior exemplaridade*” (Idem, 1998:33)

As interpretações de uma parcela significativa dos autores que estudam processos de conflitualidade e violência na atualidade parecem reafirmar a perspectiva de Mauss de que a troca (comunicação simbólica) se constitui enquanto um elemento fundamental para a vida em sociedade e que a sua ausência conforme observou Velho, pode levar os grupos e

indivíduos ao uso da violência, como frisa o autor quando refere-se à violência nos caso do Brasil.

“A ausência de um sistema de reciprocidade, minimamente eficaz, se expressa em uma desigualdade associada e produtora de violência. A impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores largamente publicizados, através da mídia e da cultura de massas em geral, acirra a tensão e o ódio sociais” (pg, 19)

É importante observar que não é a desigualdade por si só que gera a violência, mas uma ausência de comunicação entre os segmentos sociais, em especial entre ricos e pobres. Conforme observa Martuccelli, o mundo contemporâneo está dividido em dois grandes grupos de indivíduos, de um lado encontram-se os dominadores com suas redes imateriais, controlando simbolicamente o mundo “real”, físico, da energia, que não é o seu mundo cotidiano. Na outra face encontram-se os dominados, que vivem no mundo real, material. Entretanto, não conseguem dar um significado real às suas existências, haja vista que seu mundo real é controlado pelo mundo irreal, imaterial. Embora a visão do autor nos pareça dicotômica e até certo ponto reducionista, ela nos ajuda a refletir sobre os níveis e as diferenças de usos da violências por parte dos mais variados grupos ou classes sociais no Brasil. De um lado as difíceis condições de vida de uma parcela significativa da população representa um convite ao mundo da criminalidade, mesmo com reais possibilidades dos riscos presentes nesse universo, tal como ser morto muito jovem ou passar parte da vida nas cadeias, mesmo assim, em muitas situações os benefícios parecem compensar os riscos. Os indivíduos se negam a ter uma vida longa, pobre e sofrida como muito daqueles que compõe as gerações anteriores de familiares e amigos dos criminosos e buscam uma vida intensa, com dinheiro, armas e mulheres, mesmo correndo-se o risco de se ter uma vida

breve. De outro lado, uma crise nos valores da modernidade, estimula jovens pobres e das classes médias a uma violência que soa como um grito mudo frente a uma sociedade na qual a individualização é uma crescente e onde os valores comunitários são cada vez menos importantes. Para citar uma vez mais Martuccelli e Velho, respectivamente, nesse mundo o indivíduo sente cotidianamente “sua desvalorização pessoal” e sem poder receber uma contra oferta nessa relação que lhe disseram seria recíproca, fosse em uma sociedade com valores tradicionais baseados nas relações pessoais, seja numa sociedade democrática cidadã, fica-se no pior dos mundos, sem lenço para poder enxugar as lágrimas de sua existência e sem documentos para poder sentir-se cidadão em potencial. Frente a isso, alguns resolvem construir mundos alternativos com suas próprias armas ou então queimando índios e mendigos.

Juntamente com a idéia de que a ausência de reciprocidade entre os grupos e indivíduos tem sido uma das causas geradoras de violências, os estudiosos parecem concordar em um segundo ponto, que as aceleradas transformações pelas quais tem passado a sociedade ocidental nessas últimas décadas, seja com a perda de valores comunitários em detrimento de uma ideologia cada vez mais individualista, seja com uma crise do projeto de racionalidade, ou com o esgotamento dos modelos tradicionais de dominação, surgem como elementos catalisadores de conflitos e violências nos cenários das sociedades ocidentais. Para além dos avanços e benefícios trazidos pelas constantes inovações tecnológicas, temos tido cada vez mais consciência de quão frágil é a vida e dos perigos e riscos que nos cercam cotidianamente.

2.2 A VIOLÊNCIA NO BRASIL

Muito mais do que discutir cifras numéricas da violência no Brasil nesses últimos anos, procuro analisar as razões e as particularidades da violência em nosso país. Há uma vinculação estreita entre as causas da violência em outros países e no nosso. Tanto a ausência de interação entre os grupos sociais como uma crise nos referenciais contemporâneos têm sido elementos que contribuem para o aumento da violência no Brasil. Ou como explicar que um número cada vez maior de pessoas façam parte do chamado crime organizado? Como negar que jovens de classes médias, quase sempre atendidos em suas condições materiais básicas, têm cada vez mais realizado atos de violência, seja nos shopping, atirando em seus colegas de status social, seja nos rachas de automóveis nos centros e periferias das cidades. Talvez pudéssemos fazer as leituras que propõe os filmes “Desejo de Matar” e “Seven”. Seria uma explicação possível, reducionistas ao nosso modo de ver, pois num caso, procura-se mostrar a violência como fruto de pessoas “desajustadas” socialmente. No segundo caso, de Seven, a violência aparece como resultado de um indivíduo com uma mente diabólica, doentia. Em ambas as leituras, as causas da violências são apontadas como tendo perfis subjetivos, apenas. Mas não só as causas são elencadas, também as possíveis formas de superação ou controle da violência. No primeiro caso se propõe que os “desviantes” sejam eliminados, mortos. No segundo, a proposta é que o autor dos seis pecados capitais seja internado para tratamento psiquiátrico.

Não precisamos ir longe para vermos que interpretações desse tipo fazem parte dos noticiários jornalísticos e que influenciam boa parte da população brasileira. A incapacidade muitas vezes demonstrada pelo Estado brasileiro em gerir os conflitos sociais existentes faz com que atitudes “inconseqüentes” de violência física sejam tomadas pela

população, tal como as chacinas, naquilo que MACÉ (1999) denomina de tentativa de auto regulamentação da sociedade brasileira em administrar seu próprios conflitos, haja vista a ineficiência do Estado.

Em fevereiro desse ano 2000, a Fundação Getúlio Vargas divulgou uma pesquisa em que revela que no ano de 1999, a população brasileira gastou vinte e três bilhões com segurança privada, um bilhão a mais do que o que o Estado brasileiro investiu no mesmo período em segurança pública.

A impunidade existente na sociedade brasileira para privilegiar os segmentos mais privilegiados, a morosidade da justiça e a possibilidade quase infinita de recursos jurídicos para aqueles que podem bancá-los, são alguns dos elementos que acirram a revolta e os atos de violência de parcela dos segmentos menos privilegiados. Não por acaso, noventa e cinco por cento dos presos brasileiros são apontados pelo Censo Penitenciário de 1995 como sendo pobres. Será mera coincidência? Não cometeriam também os ricos crimes? E por que não são condenados na mesma proporção? O filósofo francês Foucault observa que todas as sociedades têm indivíduos com comportamentos divergentes, criminosos e que, dependendo de sua origem social, uns vão para os lugares mais privilegiados socialmente, enquanto outros vão para lugares menos desejados, tal como as penitenciária.

Autores como Elias (Op. Cit. 1994), WEBER (1982), GIDDENS (1996) e Velho (Op. Cit. 1996) são unânimes em reconhecer o papel do Estado na administração e resolução dos conflitos sociais. O que se observa é que o debilitamento do Estado brasileiro têm feito com que na prática, outros grupos procurem assumir tarefas destinadas aos aparelhos estatais, tal como o uso da força física. Frente a essa diversidade de interesses e conflitos entre os grupos sociais no Brasil e ao constante aumento da violência, a sociedade civil tem cada dia mais procurado refletir sobre tal temática, seja de modo

espontâneo ou através de análises mais elaboradas. Como bem observa Velho, a sociedade civil pode construir um projeto de cidadania, mas só o Estado tem as condições simbólicas e materiais para conduzi-lo.

2.3 CONFLITOS E VIOLÊNCIA NO SERROTÃO

Poucos minutos antes de começar a escrever esse trecho sobre a violência na penitenciária do Serrotão, ouvia os comentários de um apresentador sobre a dança de um jovem rebelado no telhado da unidade da Febem em Tatuapé, São Paulo, que tinha ao seu lado um outro jovem rebelado mantendo um refém com um estilete na garganta. O apresentador classificava como absurdo a dança do jovem rebelado. A declaração me fez lembrar de Graciliano Ramos (1998:215) quando ele diz:

“ o indivíduo livre não entende a nossa vida além das grades, as oscilações do caráter e da inteligência, desespero sem causa aparente, a covardia substituídas por atos de covardia doida. Somos animais desequilibrados, fizeram-nos assim, deram-nos almas incompatíveis. Sentimos em demasia e o pensamento já não existe: funciona e pára. Querem reduzir-nos a máquinas. Máquinas perras e sem azeite. Avançamos, recuamos, nem sabemos para onde nos levam ”

Para entender os significados dos conflitos no interior da penitenciária temos antes de interpretar, nos perguntar sobre suas expressões e significados. Será mesmo a violência um fenômeno universal, endêmico, presente em todas as prisões/ penitenciárias como defende COELHO (1987)? Nenhuma instituição social está livre da possibilidade de violência entre seus integrantes. Se a violência está presente nas prisões, é porque antes de

tudo ela constitui uma dimensão importante nas relações entre os homens, em especial quando seus desejos e propostas não encontram elementos mínimos a partir dos quais os grupos e/ou indivíduos possam estabelecer uma convivência baseada na reciprocidade. Pode-se pensar ainda que a compulsoriedade com que são mantidos os presos em suas celas ou alojamentos serviria como estímulo à violência. Mas em que lugar os homens se mantêm apenas como resultado de sua vontade individual? Essa indagação parece nos conduzir a uma ótica excessivamente relativista, contudo, ela nos ajuda a pensar por analogia que assim como a desigualdade por si só não é geradora de violência, a compulsoriedade pode ser pensada como um dos elementos da vida na penitenciária que quando associado a outros contribui para o uso da violência.

Falar sobre violência é falar sobre algo que institui as formas de poder entre os grupos sociais e as maneiras como esse poder deve expressar-se, seja um poder estatal, que reivindica para si o “monopólio da força física” (Op. Cit. 1994), seja sobre outras formas de poder configurados sob a égide do poder estatal.

Não é fácil se colher informações sobre violência numa penitenciária quando os principais dados para a pesquisa são fornecidos pelos presos. Tal como quando falavam do pretérito de suas vidas, os discursos em que tratam dos conflitos e violência são escorregadios, por vezes pouco esclarecedores, as pessoas que eventualmente estiveram envolvidas em eventos dessas ordens são identificadas quase sempre com pronomes indefinidos. É claro que há implicações de ordem política para os informantes quando forneciam dados para a pesquisa, já que não poderiam ter certeza sobre o paradeiro das entrevistas ali realizadas. Mas havia outros elementos envolvidos que dificultavam a obtenção de relatos sobre violência no interior da penitenciária, pois *“na cadeia, certos temas queimam a língua de quem fala e os ouvidos de quem escuta”* (VARELLA,

1999:97). Esse silêncio aparente sobre determinados temas parece amparar-se sobre aquilo que o médico denomina de mandamento supremo da marginalidade: o crime é silêncio. Como então ter acesso às informações sobre conflitualidades no interior da penitenciária do Serrotão? Os jornais poderiam servir, mas eles procuram noticiar, preferencialmente, aquilo que atrai os leitores, tal como mortes ou rebeliões na penitenciária. Embora tais informações possam ter sua serventia, interessava-me conhecer os corredores cotidianos do mundo dos pavilhões, onde vive a grande maioria dos internos, onde ocorrem os conflitos, as negociações, acordos, estupros, facadas, mortes, pisas, choques elétricos, etc. As informações dos presos falavam dessas possibilidades vagamente, um ou outro interno com quem pude conversar depois da entrevista com o gravador desligado me disse como fazia para cobrar o descumprimento de um acordo estabelecido ou como punir um “rato de cela”, nome dado àqueles que roubam ou furtam outros internos. As informações sobre pagamento de pedágio, compras de celas, drogas... ajudavam a entender um pouco mais o universo solidário e conflituoso do cotidiano no Serrotão. Mas faltava algo mais, quem sabe poder estar de algum modo o mais próximo possível entre as vozes “silenciosas” e as práticas “invisíveis” dos conflitos e violência no Serrotão. A realização das visitas feitas a alguns presos abriu novas possibilidades de leitura daquele universo. A partir de então pude entrar nos pavilhões individuais, coletivos e especial. Não entrei oficialmente como pesquisador, não tinha autorização judicial para tal; lá estive como visitante comum, sem privilégios, tendo que aguardar na fila e ser revistado pelos guardas penitenciários. Aliás, em momento algum me identifiquei ou fui identificado como pesquisador (pelo menos que tenha ficado sabendo). As visitas tiveram um caráter de solidariedade a alguns internos informantes com quem pude manter relações depois de realizadas as entrevistas. Contudo, é inegável que o interesse pelo mundo penitenciário tornavam os meus olhos e ouvidos bem

abertos para aquilo que passava-se durante as visitas e que foram muito úteis à interpretação daquele universo.

Como já frisei na introdução desse trabalho, a observação dos lugares de morada não se detiveram apenas aos pavilhões localizados na parte inferior da penitenciária, também aos locais de dormida situados na parte de cima da administração durante os dias em que as entrevistas foram realizadas. Essa ampliação na possibilidade de pesquisa permitiu um melhor vislumbramento dos conflitos e violências. Conflitos que começam com a chegada do interno à penitenciária, tendo que se localizar frente a um mundo novo, de codificações e configurações inicialmente desconhecida e frente às quais alguns preferem resistir inicialmente, seja porque não entendem bem esse novo universo, preferindo não pisar em falso, não dar uma de vacilão, seja como uma negativa pela representação pouco positiva que comumente se faz das prisões. As posições assumidas nesse momento por cada novo interno que chega ao Serrotão varia de acordo com um conjunto de experiências anteriores de cada um e com as possíveis relações que ele mantém com pessoas daquele universo. Bandeco, personagem de Estação Carandirú diz que nada é tão gratificante quanto *“chegar numa cadeia e os companheiros te tratarem com todo o respeito é a coisa mais bonita na vida de um ladrão”* (Op. Cit. 1999:209). Cadeeiros¹ ou preso pela primeira vez, frente a esse mundo “novo” é preciso (re) negociar com os que aí já vivem um lugar. Lugar que é não só físico, geográfico, mas sobretudo relacional. Um lugar é *“...uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”* (CERTEAU, 1994:201). O lugar localiza e separa os elementos presentes nas teias de relações sociais. Ele, diferentemente do espaço, ordena os elementos em categorias

¹ Expressão utilizada no mundo penitenciário para referir-se aos penitenciários que já foram presos várias vezes.

distintas. Ordenação que implica, por sua vez, no estabelecimento de relações entre indivíduos e grupos, cada um procurando, a seu modo, construir suas trajetórias, histórias, relações e identidades. Os lugares, embora estáveis, são ordenações provisórias, conjuntos de combinações de elementos que se cruzam e se agregam por determinados períodos de tempo. Os lugares são construídos a partir da coerência; os discursos que os edificam dão ênfase às junções entre os elementos que os compõem. Aquele que fala, fala sempre de um lugar, renunciado, no instante em que fala, aos lugares ocupados por outros.

Na penitenciária do Serrotão, habitar um lugar, significa renunciar outros, renunciar certos níveis de solidariedade com outros grupos e indivíduos (Op. Cit., 1974:45). Os ex-policiais presos, por exemplo, quase sempre evitam contatos com os criminosos que não usavam farda anteriormente; os evangélicos procuram assegurar lugares junto aos seus colegas de fé. Essas configurações relacionais são tênues, obviamente. A própria estrutura de distribuição dos internos nos pavilhões e celas contribui para a multiplicidade relacional, uma vez que não se segue uma distribuição espacial de acordo com as condenações de cada interno.

A conflitualidade presente no mundo penitenciário pode ser pensada a partir de vários níveis. Um, o das relações que são estabelecidas pelo poder do Estado, através de seus representantes, diretores, guardas, funcionários burocráticos, assistentes sociais, advogados e os internos. Jogos conflituosos que colocam de um lado aqueles que reivindicam para si o poder e saber disciplinares da instituição, frente a uns que encontram-se embaixo de vigilância constante. Todavia, a combinação de vários elementos presentes nesse universo relacional faz com que o jogo de poderes encontre outras situações além dessas duas descritas. O poder de barganha dos presos e dos representantes do Estado variam proporcionalmente de acordo com a posição que cada um ocupa nos seus

respectivos grupos. Um preso que já cumpriu vários anos de prisão e que consegue juntar vários companheiros em torno de suas idéias e práticas tem um poder de barganha frente aos representantes da ordem estatal distinto do preso de pouco status frente aos seus próprios colegas de prisão. Quando presos e funcionários estabelecem negociações, em especial aquelas ilegais, um conjunto de elementos relacionais (de poder, capital simbólico etc) entram na cena e imaginar que aqueles que deveriam defender a ordem sempre levam vantagem na hora dos acordos e trocas, é não considerar a lógica das negociações presente nessas relações, onde cada um procura receber do outro aquilo que considera mais importante para si. Por outro lado, acordos dessa ordem sempre podem ser manipulados por indivíduos de ambos os lados para prejudicar o sócio em momentos posteriores.

A subserviência de muitos internos frente às ordens dos guardas e funcionários é algo que massageia o ego dos funcionários públicos dessa instituição, tão mal remunerados e tendo que enfrentar difíceis condições de trabalho. A subserviência de muito presos gera nos funcionários um misto de superioridade em relação aos internos e menosprezo pelo que pensam e dizem.

Durante algumas refeições que realizei junto com agentes e alguns presos na sala de reuniões da administração, improvisada durante alguns meses do ano de 1998 como refeitório, escutei dos funcionários que “preso era preso”. Isso servia para reafirmar a posição hierárquica na qual eles se encontravam ali, mesmo partilhando dos alimentos em uma mesma mesa, a maneira como se portavam demonstrava que a opinião de uns têm validade, e outros não podem ver nem ouvir, tampouco falar diante daqueles que acreditam ter a luz do saber e da disciplina. Esses esperam que os “reeducandos” aprendam a fazer tudo isso a partir de novas perspectivas disciplinares. Jamais constatei durante o tempo em que realizei as duas etapas da pesquisa um agente ou funcionário agradecer a um interno

por algo que ele tivesse feito. A lógica que parece prevalecer em muito dos casos é a das desigualdade e subordinação relacional. Mesmo que se possa pensar que agradecimentos e elogios reforçam o comportamento do ator em questão como defendem os behavioristas, num universo onde parte das pessoas não podem manifestar abertamente seus desejos e sentimentos, também não podem ser provocadas para sentir orgulho de sua condição ou afazeres, como o sentido por um preso com os olhos cheios de lágrimas ao me dizer que a ficha numérica que fica com os visitantes em substituição ao documento retido na portaria tinha sido confeccionada por ele.

Se podemos pensar os presos como relacionamente subordinados, não dá para universalizar essa interpretação para todos os acontecimentos ocorridos entre presos e funcionários. Existem penitenciários e situações que fazem com que alguns internos se tornem amigos e inimigos da ordem penitenciária, amados e odiados pelos dirigentes, mal vistos e tolerados, perigosos e necessários. As situações e os presos não são necessariamente os mesmos, nem os eventos singulares e esporádicos, como quando ocorre uma rebelião, em que a situação de euforia pode levar um preso de pouca expressão entre os seus colegas à liderança do movimento. A combinação de elementos de ordem individual e coletiva configuram essas possibilidades de acordo com o que se pretende construir em cada momento. Nas primeiras visitas que realizei aos pavilhões fui apresentado a dois líderes de pavilhão, figuras respeitadas entre os presos, são quase sempre eles que resolvem os problemas ocorridos entre os internos de cada pavilhão, evitando que cheguem problemas até a diretoria. São também eles que determinam as punições para aqueles que descumprem as regras do pavilhão, estabelecida pelo próprios internos.

Os códigos de convivência estabelecidos pelos internos representam um perigo e uma necessidade para o cotidiano do Serrotão, caso contrário, os funcionários preencheriam seu dia a dia tentando resolver conflitos entre os presos. Esse acordo de cumplicidade entre internos e administração possibilita situações que propiciam o surgimento de figuras como a do “laranja”, quando um interno assume a responsabilidade por um crime cometido no interior da penitenciária. Um dos internos informantes que trabalha como auxiliar da administração declarou que um dos líderes tinha dois homicídios no interior da penitenciária, que todos sabiam, mas que os “laranjas” tinham assumido em seu lugar. Esse acordo é momentaneamente suspenso quando um dos envolvidos denuncia à diretoria atos de violência por parte dos internos, questionando sua legitimidade. Num dos meses do ano de 1999, um preso envolvido em conflitos no interior dos pavilhões denunciou as agressões físicas sofridas. Dois líderes de pavilhão foram responsabilizados e igualmente agredidos pela polícia de choque. Na visita que fiz poucos dias depois, não pude vê-los, pois estavam sob cuidados médicos na enfermaria e no Hospital Universitário de Campina Grande. O delator, como reza o código dos internos, teve que “pedir seguro”, proteção à diretoria, sendo imediatamente transferido do setor dos pavilhões para as celas no setor administrativo.

O mundo prisional não se reduz a um mundo de otários e malandros, em que os primeiros estariam condenados a ser engrupidos pelos mais espertos, como acreditava Gaúcho, companheiro de prisão do escritor Graciliano Ramos (Op. Cit. 1998:92). Na prisão, cada um tem que cuidar de si próprio, tem que traçar seu próprio destino, defender sua própria vida com os instrumentos que a cada evento estão disponíveis, como deixa claro Lek:

“ A cidade tem suas violências, tem tudo, mas aqui nós moramos mesmo na violência, como eu te falei. não é assim mesmo? agora é uma violência que não explode entre nós mesmos porque é perigo. Por mais pacato que o homem seja, aqui dentro do presídio ele é perigosos para o próprio colega dele, porque a agressão quando é, é uma agressão forte, porque é o meio, né? é o tipo de coisas, é, se nós estamos num cinema, lá pode haver uma agressão, mas lá no cinema, ali há diversão, aqui geralmente não há diversão, né? aqui não há ocupação. aqui há opressão...aqui eu vejo o seguinte. Se for para dá um cigarro, se dá, se for para se dá um pão, se dá uma comida, se dá. Agora sendo que não se deve bobear, porque, às vezes, é preciso que se haja com, seja duro e quando a gente age duro a gente não encontra a moleza também, então evita-se o confronto, por mais pacato que você seja, você dentro de um confronto aqui dentro dessa prisão ou em qualquer outra, isso ai eu afirmo porque eu já passei...

A violência nesse cenário surge como uma das formas possíveis para reafirmar e controlar os conflitos entre os internos. Ela não é gratuita, por vezes, tal como ocorre entre as gangs estudadas por Jankowski (1991) ela é uma forma de punir os internos pela falta de reciprocidade naquilo que havia sido estabelecido.

2.4 CONFLITOS E TERRITORIALIDADES

O mundo penitenciário é um lugar de múltiplas possibilidades relacionais, de múltiplos territórios a serem percorridos e construídos pelos indivíduos e grupos que ai habitam. Entendemos, tal como PERLONGHER (1996) e ALBUQUERQUE JR. (1998) que o território não é apenas um referencial geográfico, “...já que, na medida em que opera como fator determinante no comportamento dos habitantes, impõe, ou tende a propor, de acordo com as condições de sociabilidade territorial, perfis definidamente psicossociais”

(Op. Cit. 1996, 50). Os caminhos a serem seguidos pelos presos que chegam à penitenciária são visivelmente imprevisíveis, eles dependem de acordos, de sorte, de benefício, de acidentes de percurso, de resultados, de conflitos. Durante seu trajeto cada interno participa de um número significativo de sociabilidades presentes no interior da prisão, não como participante ativo de cada um dos grupos e práticas, mas como um caminhante diário que procura conhecer os fios que são entramados em cada nova configuração relacional, alguém que não se reduz à condição de bandido ou mocinho, que não procura ser otário para não ser engrupido pelos malandros, mas que também não é só malandro, para não ser alvo fixo dos otários. Num certo sentido, o preso procura ser tudo isso sem se deixar aprisionar por uma única e definitiva possibilidade. É um processo de negociação construído a cada novo instante, de acordo com as situações em que se encontram. É isso que faz com que os que trabalham na casa procurem interagir com outros internos através de jogos, conversas, troca de bens e serviços, procurando desse modo evitar o rótulo de cagüetas atribuído por parte dos internos. ao mesmo tempo que se esforçam para demonstrar à direção que não são iguais aos demais presos.

A pluralidade desse universo parece por vezes reduzir-se a jogos de pares dicotômicos, tais como trabalhadores e ociosos, preso homem e homem preso. Essa visão dicotômica pode ser percebida na fala do informante Augustinho (30 anos, condenado por latrocínio):

“porque existe dois caminhos no presídio. Quando você chega aqui, tem que procurar seguir um dos dois. Tanto tem o caminho para seguir, retornar à sociedade, com dignidade, como o caminho para se prejudicar cada vez mais. Que aqui dentro existe droga, existe, certo? Então, em todo presídio você sabe que tem droga. Então se for se entregar ao léu mesmo, fazer isso e venha, ele vai se enterrar na cadeia, porque eu conheço aqui apenas que chega com uma cadeia de três anos e hoje tem 18 anos, 20 para tirar. E a

cadeia dele era três anos. Ai começa a se envolver com certos tipos de pessoas que não tem futuro e acaba se prejudicando cada vez mais. Agora, quem chega aqui e procura trabalhar, procura o caminho certo, ele vence na cadeia, mesmo que a cadeia dele seja alta, ele um dia vai sair, né? Volta para o seio da família”

Essas possibilidades e divisões relacionais circunscrevem-se também a nível geográfico, deixando e reafirmando sua marcas nos espaços físicos da penitenciária, como podemos perceber na fala do informante Maximiniano

“existem duas leis, a lei lá de baixo e a lei aqui de cima. A lei daqui de cima é a lei da polícia, e se a justiça, que não existe justiça, e embaixo é a justiça do bandido. Como que diz assim, a pisa do vagabundo é pior do que a pisa da polícia, né verdade? Isso é a verdade. Quer dizer, acredito que a, ai embaixo, embaixo que eu digo é, é onde tá a favela, os bandidos mais perigosos, que perigoso não é, ele é o mais pobre, né? Eu diria que ele era perigoso se talvez ele fosse rico, mas não é, é pobre. Né? Então são duas leis, a lei lá de baixo é a lei do silêncio, aquilo que você tem que ver tudo e não viu nada; não pode fazer o jogo daqui de cima, porque até na forma da, da pessoa humana é contra, não tem nada haver ter, ver um colega fazendo uma coisa e sair dizendo. Não me pertence, era para eu ver e ficar calado. Não tem para que tá enfernizando, cabuetando, dizendo, né? Pronto, quer dizer, se eu, dessas duas leis fosse dividir, se eu ficar fazendo o jogo dos dois quem se prejudica sou eu, até o ponto de morrer, porque cadeia se chama linha de morte. Aqui é o último lugar da vida. Depois daqui só vem a morte mesmo.”

Assim, o mundo de cima, da administração é pensado como o território da ordem legal, da lei da justiça, da polícia. O mundo de baixo é o mundo dos pavilhões, da lei dos bandidos como nos diz Maximiniano, onde os acertos noturnos encontram companhia no silêncio dos internos durante o dia; é o mundo no qual se localizam os presos mais pobres e os mais perigosos; a favela da penitenciária. É um mundo pensado em oposição ao mundo superior. Assim como a penitenciária é pensada em oposição ao mundo da liberdade.

Olhando a penitenciária de longe e do alto, a visão possível é turva e genérica, quando adentramos no dia a dia do Serrotão através de seus corredores, alojamentos e pavilhões, podemos perceber as territorialidade e diferenças presentes nesse universo relacional. De perto, o mundo de cima não é único, mas heterogêneo, perpassado por hierarquias entre diretores, policiais, funcionários e agentes, mas sobretudo entre os internos a hierarquia não parece ser tão fixa quanto se possa imaginar, há os lugares mais desejados para se trabalhar, morar e fazer refeições na parte superior, tal como enfermaria, serralaria, escola. Mas esses elementos por si só não explicam a posição assumida por cada um dos presos, elas se juntam a tantos outros elementos, tal como o tempo de prisão, tempo de trabalho, capacidade de se sobressair mais do que outros em determinadas atividades, de se articular com um leque maior de pessoas. No mundo de baixo não é diferente, ele não é apenas o mundo dos alojamentos e dos pobres, é também o território de boa parte dos presos que trabalham, dos ex-policiais presos, do alojamento especial, no qual moram não só os presos “trabalhadores” mas também outros que não exercem qualquer atividade reconhecida como tal pela diretoria, é o mundo onde a lei dos bandidos está mais presente, como deixa claro a conversa do interno Valfredo com seu filho que lhe visitava e reproduzida durante a pesquisa pelo informante:

“foi num dia de visita, houve um crime lá, ele estava lá, entendeu. É , uma briga com um tarado, um chamado tarado que estava ai, e houve problema de droga, ai o boi veio foi e sangrou o tarado lá embaixo, ele tava lá embaixo, ele viu, ele estava lá na hora ele viu , ai eu disse a ele, sabe o que é isso? Isso foi acerto de droga aqui dentro, por causa de um cigarro de maconha que o outro ficou de pagar e não pagou e começou essa briga ai. É nego matando o outro, e ele viu lá. Ai pronto, é isso que ele sempre fica cismado, né? Disse que negócio com droga ele não quer.

Se o mundo dos pavilhões é o mundo, lugar onde a “lei dos bandidos” tem mais força, é também um dos espaços onde as marcas da ordem mais podem ser visualizadas através de grades, policiais nas guaritas, correntes, filas durante as refeições. O mundo de baixo congrega os alojamentos individuais e coletivos, tem em seu espaço a mini-máxima e as celas de reconhecimento, as pregações religiosas, a venda de drogas, os conflitos, a solidão e a solidariedade, a fome e o alimento, a morte e a vida. É um mundo de territórios de solidariedade e violência, de otarices e malandragens, nos quais as circunstâncias relacionais determinam a cada instante a postura a ser assumida. É um mundo de heterogeneidades relativamente fixas e fluídas, tal como o é o próprio mundo da penitenciária campinense, no qual os internos compõe suas trajetórias, histórias, relações e onde se pensam entre outras coisas, como presos. É isso o que veremos a seguir, de maneira mais detida.

CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIAS CULTURAIS

“ Havia lá assassinos ocasionais e matadores de profissão, malandros e capitães de bandidos. Havia gatunos, batedores de carteiras, vagabundos, cavaleiros de indústria e vigaristas. Havia também alguns deles que nos deixavam perplexos: por que estariam ali? Contudo cada um tinha a sua história, história tão perturbada e confusa quanto o amanhecer após uma noite de bebedeira”

Dostoiévski IN Recordações da Casa dos Mortos

Quando um indivíduo entra na penitenciária na condição de preso, traz consigo marcas de uma estereotipia social, sinais que o recolocam no seio das relações sociais como alguém “perigoso” para a ordem social. O isolamento nesse novo cenário, por um determinado período de tempo serve como uma punição pelo ato cometido e como uma oportunidade de “reeducação”.

Por princípio jurídico, ninguém pode ser considerado oficialmente criminoso se antes não tiver sido julgado e sentenciado pela instância judiciária. *“Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”* (Constituição Brasileira. Art. 5º. Inciso: XXXVIII - letra d). Os debates jurídicos sobre a aplicabilidade das penas judiciais parecem esbarrar no argumento de mesma ordem: ninguém pode ser punido sem antes ser julgado. O réu representa apenas um acusado, sobre quem reside suspeitas, mas sobre quem não é possível, desde que mantido sob tal condição, impor qualquer pena de ordem jurídica, a excessão da prisão de caráter preventivo.

Embora não se possa punir alguém por ser apenas um suspeito, e afirme-se que julga-se e pune-se o indivíduo pelo ato cometido, isso não implica que elementos de outra ordem estejam ausentes do cenário jurídico durante o julgamento, antes, são elementos de

várias ordens: policial, econômica, status e hierarquia social, racial, religiosa, entre outros, que ajudam a compor e direcionar o olhar e as práticas judiciárias. O que está em jogo durante as sessões de julgamento são muito mais do que os atos que produziram réus, é o controle da sociedade sobre os indivíduos que encontram-se nesse cenário. Martuccelli (Op. Cit., 1999:165-7) observa que quanto mais privilegiada a posição do indivíduo na sociedade, mais ele é controlado por laços de relações simbólicas e, inversamente, quanto mais baixo na escala, menos valorizado pessoal e socialmente, mais anônimo, menos controlado pelas teias de relações e, paradoxalmente, mais essa força pode ser exercida sobre ele.

Não é preciso estender a discussão para perceber que “os de baixo” são muito mais punidos por seus atos do que os privilegiados. O Censo Penitenciário de 1995 aponta que 95% da população carcerária no Brasil é pobre. Coincidência ou expressão de controle de segmentos sociais sobre outros? É parte desse segmento menos privilegiado da população que adentra os portões da penitenciária do Serrotão algemada e cabisbaixa; é sobre ela que se exerce um “poder-saber” penitenciário, visando transformar seus tutelados em seres úteis, passivos e obedientes.

Quais são os caminhos percorridos para tal transformação? O que procura se modificar nos indivíduos? Que mecanismos disciplinares são usados no cotidiano para “controlar”, “reeducar”, “transformar” os condenados pela justiça? Tornar-se-á possível perceber as marcas do projeto penitenciário sobre os internos? A configuração proposta pela instituição prisional procura apagar, negar as marcas do passado de cada interno para inscrever novas marcas ou sobrepõe nova configuração às experiências de cada preso?

Numa primeira abordagem pensa-se as várias “faces” de um indivíduo: pai, mãe, filhos, trabalhador, torcedor do Vasco, amante, estudante, professor, intelectual, entre tantas

outras alternativas. tomando-se por base uma dessas faces como referencial subordinador das demais. Assim, analisa-se o comportamento de um torcedor num estádio, por exemplo, considerando-se essa condição como primordial. As demais atividades realizadas encontram-se momentaneamente subordinadas a tal singularidade. Os grupos são pensados como unidades coletivas portadoras de sinais diacríticos, a partir dos quais os indivíduos se auto denominam e são denominados por outros (BARTH, 1998) e as identidades individuais são definidas como “ *um processo pelo qual o homem se integra e se separa de uma coletividade de referência simultaneamente*” (MIRANDA, 1996).

É seguindo esse caminho que TORRAZZA (1993) afirma que quando um indivíduo entra na penitenciária perde sua identidade anterior, considerando-se que ele encontra-se afastado do seu marco referencial anterior e está submerso em um novo universo social. É nesse sentido também que analisando o processo de aprendizado e a trajetória dos presos em penitenciárias do Rio de Janeiro, Coelho (Op. Cit., 1987:63) assevera que ao fim desses processos o preso terá “perdido sua identidade anterior”

Diferentemente dos autores supra citados, Goffman (Op. Cit., 1974:23) acredita que as Instituições Totais não substituem algo anteriormente formado nos indivíduos, procurando exercer sobre esses uma “vitória cultural”. Elas, diz ele, “*procuram e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força no controle de homens*” (Idem, 1974:24). Nesse caso, não se trata de negar a experiência pretérita de cada interno, mas de considerá-la como fator que o trouxe até a penitenciária.

As trajetórias anteriores de cada novo interno são consideradas não só do ponto de vista jurídico ao definir sua pena, alocação dos internos segundo seus crimes e graus de

periculosidade, (prescrição que fica apenas no papel) mas também no bojo da relações estabelecidas no cotidiano penitenciário.

Até certo ponto, a história de cada um cria para si e para os demais expectativas e propõe formas possíveis de relações a serem estabelecidas com cada interno que chega para cumprir sua sentença. O fato de ser mantido preso não faz de ninguém um ser sem relações ou referenciais externos, ao contrário, a manutenção dessas relações, mesmo que em número reduzido ou o seu rompimento, faz com que cada preso possa continuar sua existência de modo singular, traçando sua própria história, seja com os fios que ele próprio pôde escolher, seja com aqueles que se impuseram à sua trama existencial.

3.1 CAIR NA PRISÃO: EXPECTATIVAS, DESCOBERTAS E INVENÇÕES

Para muitos dos que vivem fora de uma prisão, aquele ambiente parece distante; um outro mundo sobre o qual tem-se eventualmente algumas notícias através dos telejornais, ou de outros meios de comunicação. É um mundo pensado como negação do mundo da liberdade. É essa lógica de pensamento que dá sentido e existência ao mundo penitenciário. Na medida que não é desejado, ele só pode ser compulsório, imposto a alguns que habitam o mundo externo. Muitos dos que hoje cumprem pena também imaginavam aquele mundo como improvável para eles, mas não apenas por ser um mundo distante e compulsório, mas por sentirem-se ao lado e, por vezes, acima dos que habitam o mundo externo à prisão, como nos demonstra o informante Augustinho:

A: Eu nunca pensei ir parar um dia na cadeia...existe pessoas que, como eu, na polícia, pensam que porque estão na polícia estão livre, nunca vem para uma cadeia, né? E quando ele se sente numa prisão, vendo a realidade, sabendo o que está passando, a família sabendo o que ele fez. Ai ele vai pesar muito na consciência

Se o cair na cadeia era imaginado como uma possibilidade pouco provável, ao cair, o preso vê-se não só condenado enquanto criminoso, mas como alguém que frustrou expectativas familiares:

V: Como é que foi a reação de sua família quando soube que você...?

DORIVALDO: eles ficaram chocados, né? Porque tinha coisa que, da família ninguém nunca passou por esse tipo de vexame, né? Então eu acho que para uma mãe ou um pai que ver um filho numa situação dessa que se encontra aqui, é muito triste, doloroso, né? Sabe daqueles que nunca sofreram, nunca viu seu filho sofrer, nunca viu sua família sofrer. Acho que pesa muito, né? Um pai vim numa cadeia, ver um filho, se encontrar no sistema que a gente se encontra, né? Acho que, que quando ele vai embora, sofre do mesmo jeito que a gente sofre aqui dentro. porque.....sil.....eu. Não sei não, viu?

Por vezes a decepção familiar produz, num primeiro momento, ausência de solidariedade ao parente preso, gerando frustração e revolta no interno que não tem apoio dos parentes para atender suas necessidades básicas (que nunca são supridas pelo sistema penitenciário), bem como às necessidades que dão sustentação psicológica para suportar o “peso” da cadeia. Como podemos observar na fala de Maximiliano:

...eu tenho uma família, tenho mãe, tenho pai, tenho 10, 9 irmãos, 9, tudo já cresceram, já, né? Por conta disso que aconteceu se afastaram mais de mim, se afasta mesmo, porque eles tem a reputação deles, não querem ter um irmão ladrão, isso é que me faz revoltar mais ainda. Em sair daqui e saber. Que eu não tenho emprego quando eu sair daqui; quando eu sair daqui eu não sei o que eu devo fazer. O que é que eu devo fazer quando eu sair daqui? Na minha cabeça só é me vingar de quem me maltratou aqui, que eu precisei e não me serviu, né? Então, sobre a pergunta que você fez, qual foi?

V: é sobre o maltrato.

M: a maltratação é também, justamente da família, abandonar a pessoa aqui. Porque a gente aqui precisa consumir as coisas. Precisamos de sabonete, de pasta, de tudo. E o principal é droga, a maconha, nós precisamos dela, entendeu? Porque imagine você tá num lugar sóbrio, todo tempo sóbrio, ali e assistindo tudo aquilo, não há condição da gente aguentar, você tem que está com a cabeça altamente é, é, desnorçada que é para ver aquilo, que é para quando passar a lombra, aí já aconteceu, né? Quer dizer, no presídio se faltar a maconha vira tudo, acaba com tudo, todo mundo fica subindo em parede, a gente endoidece em todo lugar, certo. Tem que ter droga, tem que ter tudo. E a gente precisa, né? Para adquirir tem que ter dinheiro, aí a família às vezes sabe que a gente é drogado, aí, usa dessa forma, não dar dinheiro para não comprar, aí é pior a situação, fica mais agitado, certo. Porque eu preciso dela, tenho que ir roubar para adquirir dinheiro. Tem que roubar. Enquanto eu estava na rua era assim, minha mãe não queria que eu usasse droga, meu pai, ninguém, chegou a me expulsar de casa. Chegaram a me expulsar de casa, e eu, o que foi que eu fiz? Vontade de usar droga, ia roubar. Roubava o que aparecia. Se aparecesse R\$ 5.000,00 eu digo, para matar eu vou matar, ia roubar. Oxe, por dinheiro eu fazia tudo que você pensasse com a intenção em drogas, né? Essa cadeia para mim foi pior. Não foi boa não. Acredito que eu estou pior do que o que eu era antes, porque aqui tem tudo que você quer, tem droga, tem faca, tem tudinho. O que falta é dinheiro, somente. Se eu tivesse uma pessoa que me desse dinheiro todo mês para sustentar meu vício, eu vivia dormindo, calado, bem tranquilo, não tinha problema nenhum comigo.

No instante em que o apoio familiar mostra-se importante para suportar a vida na penitenciária, ele revela-se como um fio de conexão entre os de fora e o da prisão, tornando uma vida “um pouco livre” e outras “um pouco presas”:

M: minha visita chega eu peço logo para ir embora.

V: quem lhe visita?

M: minha mãe e minha irmã.

V: você pede logo para ir embora por quê?

M: peço, porque eu fico conversando, aí chega com uma história da rua, dar saudade, eu não aguento, eu não suporto tá mais perto do crime, do nego(?), eu fico achando que estou incomodando, porque na verdade eu não estou preso não, quem tá preso é minha família, que tá vindo toda semana aqui direto, né? Tem que se preocupar para arrumar um dinheirinho para comprar um negócio para

trazer para mim. Eu fumo cigarro e tem que comprar cigarro e, aí fica aquela prisão, né, pior do que a minha. Porque se o juiz soubesse, não prendia ninguém aqui não.

Família, fonte de apoio material, financeiro e psicológico; grupo que sofre junto as tristezas e comemora as alegrias do mundo prisional; grupo que torna as dores e as alegrias maiores e mais intensas.

V: você já chegou a ter conflitos físicos com o pessoal da segurança aqui?

M: não, da parte da segurança no presídio não.

V: e com outros internos?

M: já, com interno já tive conflito. Porque parece até que é um teste. É um teste que fazem com a gente, sabe? Quando a gente chega no presídio eles tentam, é, ter uma batalha corporal que é para ver se a gente é resistente, é fraco ou se é otário ou se é malandro. Entendeu? Quer dizer, tem que ter esses conflitos e é o que mais dói no coração da gente. E no meu caso eu sou fraco, eu nunca fiz alterofilismo. Sou fraquinho, magrinho, eu apanho muito, apanhei, né? Quer dizer, nunca fui de apanhar e aqui a gente sofre muito, sabe? E eu não cometi nenhum crime para poder vim para aqui, né?

V: e o que é que doi no coração?

M: eu lembro que eu tenho minha mãe e se ela visse eu apanhando, ela preferia apanhar no meu lugar, né? Tanto que gosta de mim ainda e eu tou aqui apanhando, né?

O mundo da penitenciária para aquele que chega é um mundo a ser conhecido, descoberto, penetrado, inventado. É um mundo assustador para os que entram pela primeira vez; um mundo sem muitos mistérios mas com muitas possibilidades para os que já passaram por ali algumas vezes.

A condição de primário, bem como o crime cometido faz com que os companheiros mais antigos procurem conhecê-lo, testa-lo como nos informou Maximiliano, identificá-lo, traçar o seu perfil, tarefa realizada tanto pelos internos quanto pela direção da penitenciária.

A vida anterior, incluindo-se as atividades profissionais não são descartadas, mas aproveitadas como elementos que ajudam a direção e os internos a traçar um quadro referencial do recém chegado. Em alguns casos o uso da força física pode ser uma das formas utilizadas por parte dos presos mais antigos para “testar” o novo companheiro:

Para os que podem ser definidos como defensores da casa, da ordem, a expectativa na entrada é de sofrimento, não por sua condição de preso que o coloca como igual aos demais, mas por aquilo que o distingue de uma parcela deles.

AUGUSTINHO: Para mim foi o mundo que caiu na cabeça e até hoje é horrível, né? Porque na penitenciária, principalmente no dia que eu fui transferido de lá para cá, me pegaram de surpresa, eu estava esperando a visita da minha esposa e me trouxeram para Campina. Eu chorei bastante, né? Porque esperando uma visita e de repente ser transferido para uma penitenciária onde tem 600 homens, 650, ex-pm, a gente fica passando muita coisa pela cabeça: chegar lá vou apanhar, vão fazer isso, porque preso não gosta do, mesmo sendo preso, principalmente ex-pm. E sendo ex-pm, quando eu cheguei, eu senti muito medo quando eu cheguei aqui no Serrotão. Veio eu e um companheiro. Chegou aqui eu tive muito medo, porque eu só pensava nisso, pelo fato de ser ex-pm. Ai, com o passar do tempo eu procurei outros policiais que estavam aqui preso. Procurei amizade com eles, e daí passei a trabalhar na pastoral carcerária como professor e fui procurando o caminho certo, né, que até hoje, graças a Deus eu tenho procurado voltar à sociedade com dignidade.

Augustinho aponta não apenas seu medo inicial, mas como a partir de uma característica anterior ele procurou se inserir no mundo relacional da penitenciária. Situação idêntica a vivenciada pelo informante Valfredo, também ex-pm que descobriu que os “marginais”, os “bandidos” representam apenas uma pequena parte em torno de 20% a 30%. Embora Valfredo não se refira explicitamente a existência de outros grupos, ele dá a entender que os demais são representados por “gente de bem”, “homem preso”, como disse o informante Lek .

Olhando de fora, a prisão é sempre um lugar dos marginais, lugar onde encontram-se os condenados, os transgressores de uma dada ordem social. Lugar que paradoxalmente procura unificar os divergentes. É um “não-mundo” se pensado em oposição ao mundo que o cerca. Um mundo construído para “purificar” os criminosos. Visão compartilhada por muitos dos que habitam na parte interna das muralhas do Serrotão:

CHICÓ: ... eu já estou aqui há 2 anos e 2 meses, minha filha veio me visitar aqui só duas vezes. Tá entendendo, mas se comunica muito por carta comigo e tudo, mas eu não quero porque é o seguinte: isso aqui não é vida de gente, não é lugar de gente, certo. Aqui é um negócio chato. Eu acho que para um homem já é ruim, imagine para uma mulher. Então eu num, quanto menos contato ela tiver com esse mundo aqui para mim é um lucro.

Se por um lado o mundo da penitenciária tem como propósito “purificar” seus moradores, por outro ele pode representar uma fonte de contaminação para os parentes que se encontram fora. A penitenciária é concebida e vivenciada não só como um mundo produtor de “purificação” e “sujeiras”, mas com um não-mundo; o mundo do nada, como afirma o informante Robson (33 anos, condenado por tráfico de drogas, estar preso a 1,1 ano):

ROBSON: Eu falei para Dr. Ricardo essa semana que o vício não me levou a nada, ele disse - levou, levou aonde você tá hoje. Eu disse, realmente, agora só que onde eu estou é o nada que eu vivo, me levou ao nada, porque onde eu estou é o nada mesmo, é. Isso é um depósito de seres humanos...

Os sentidos do mundo prisional não podem ser encontrados apenas nele próprio, mas na relação que mantém com outros mundos. A sensação de ausência sentida por Robson traz, implicitamente, referências ao mundo extra-prisional, no qual, as dimensões espaciais e temporais são amplamente distintas do mundo atualmente habitado pelo informante.

Assim, a comparação entre esses dois mundo, distintos e complementares, faz com que aquilo que aparece como limitado em um, seja como algo abundante no outro. Se no mundo da penitenciária, a liberdade de escolhas e possibilidades é menor do que no mundo de fora, essa percepção parece se inverter quando utiliza-se o tempo como referencial comparativo, pois o tempo se passa de modo distinto nesses dois universos. No primeiro, o mundo da prisão, a ausência de atividades regulares e planejadas para os internos faz com que o tempo seja percebido em um ritmo lento, quando comparado à sociedade mais ampla, em especial nesses últimos anos, onde o aumento do número de informações fez e faz com que veja-se o tempo sempre como exíguo para poder acompanhar as constantes inovações.

A ociosidade constante da grande maioria dos internos e a constância de um tempo que passa sem acontecimentos inovadores em seu cotidiano, faz com que alguns internos, tal como o informante Lek, pensem a penitenciária com um depósito de seres humanos, inferno de gente. Mundo que estorna/debita créditos de cidadania; que gera ociosidade:

A medida que a penitenciária é um mundo que procura exercer sobre os tutelados uma força controladora, gerando nesses uma sensação de impotência frente a força institucional, ela vê, concomitantemente, os indivíduos assumirem atitudes que não são meramente passivas diante das tentativas de controle. A maneira como cada interno se coloca nesse mundo e aí estabelece relações expressa suas interpretações e práticas cotidianas. Interpretações e relações que podem ser mantidas em linhas gerais ou reconfiguradas de acordo com o novo cenário e relações.

O mundo penitenciário não pode ser conceitualmente reduzido a um mundo marginal. Ele tem luz própria, ligada a tantas outras fontes de energia social que não podem ser desconsideradas na análise, mas vistas em relações com um mundo produtor de

significados socialmente elaborados e que aí, especificamente, assumem contornos singulares.

Antes de serem “marginais” os habitantes do Serrotão são homens, fonte e matriz da vida social. A maneira como concebem suas próprias vidas e relações no interior da instituição carcerária varia desde influências de circunstâncias sociais externas ou do próprio ambiente.

O informante Santoro (condenado a 21,6 anos), condenado por latrocínio e convertido à Assembléia de Deus no interior da penitenciária acredita que muitos do que estão presos persistirão no mundo da criminalidade:

SANTORO: V: porque é que você acha que algumas pessoas vão continuar entregues ao mundo do crime para sempre?

S: é porque devido a uma grande experiência que eu tive já como policial e aqui dentro do presídio muitos que fazem as mesmas coisas que alguns fazem lá embaixo e, logo, logo voltarem para cá; às vezes morrem lá fora. Então pelos frutos se conhece a árvore, né? A bíblia diz que é assim, se você plantar uma árvore que só deu espinhos, ela só vai dá espinhos. Então se você ver aí, cometendo tal coisa mesmo preso, o homem não mudou, mesmo preso o homem não mudou, continua com aquele instinto de violência, instinto de roubar, instinto de matar e fazer aquilo, então ele deu uma prova que não mudou, né?

Se pelos frutos se pode conhecer a árvore, pelo solo institucional talvez seja possível conjecturar o alimento de cada árvore e por conseguinte, deduzir/projetar os frutos, as ações produzidas. Lek, condenado como co-autor em homicídio nos aponta alguns elementos:

LEK: aqui é um meio de marginalização... a prisão, da maneira como ela é hoje, a , a falta de ocupação. Ai vêm os assuntos, vêm os assuntos só de matar, estupro, de roubo, de assalto, disso, daquilo outro e a experiência vai se pegando por aí. Então se a pessoa é

maliciosa, ela praticamente sai dessa faculdade formada. A formatura de tristeza como chamo num livro que eu estou escrevendo. Formatura da tristeza que não seja aproveitável ao homem, e sim que o homem vá para lá.....essas coisas que se aprendem por aqui, graças à convivência e às conversas. Por exemplo, essa conversa que eu estou tendo com você aqui, já inclui as conversas lá de baixo, mas já é uma pessoa com assunto, com uma certa diferença, não há uma agressão; é uma espécie de experiência que você quer pegar, então é um assunto diferente. é o mesmo assunto, né? agora os assuntos tornam-se diferentes porque não são assuntos de violência, tá se falando da violência e o que existe mesmo é isso, nesse meio onde hoje eu vivo, infelizmente. mas eu pretendo sair daqui e (O informante começa a chorar) e dá conta de minha família e estar no meu lar. Espero não ser perseguido. Seria muito bom que a sociedade também compreendesse. essa coisa que a sociedade tem: presidiário. há falta de confiança.

Revelando uma visão estigmatizadora da sociedade em relação aos penitenciários,

Lek aponta também uma perspectiva dicotômica presente nas relações entre os próprios internos:

Realmente existem os marginais, não vou te negar. Existem pessoas altamente marginais, que não querem nada com a vida mesmo e isso aqui torna-se hotel para certas pessoas, né? passam uns dias, vão e voltam, né? sentença pequena, aí, isso aí são os verdadeiros marginais. agora tem muitas pessoas aqui nesse meio que não são marginais, vieram parar aqui, porque foi um ato de, sei lá, o destino. Talvez seja o destino ou a falta de pensar, né? e às vezes a gente, muitos daí não puderam correr da situação e estão aqui. e têm muitos que estão pagando inocente. Sendo que essa palavra inocência, no caso, eu não posso usá-la, porque não é aceitável, eu sou um preso, se eu disser que sou inocente, a justiça nem a sociedade dão crédito merecedor, né? isso fica descartável para nós que estamos presos, né verdade?

E prossegue,

Os caras dizem que o presídio é lugar para homem. É mentira. Presídio, se o homem bem souber, ele não pisa nele. Aqui existem duas qualidades de preso: existe o preso homem e o homem que está preso.

V- Qual é a diferença?

L- o preso homem é aquele que nasceu homem e está preso. O homem preso é aquele que é homem, cumpridor dos seus deveres, que praticou um ato, mas sem que ele seja um marginal, mas está preso aqui. É o homem de responsabilidade. Qualquer homem pode vim preso. Agora existe um homem que quando vem preso e quando chega aqui ele se comporta como verdadeiro homem, não se envolve com encrenca, com isso, com aquilo, mas ele está pronto para qualquer situação na hombridade dele. Cumprir com o dever com a família, não botar a família para a marginalização, certo? Porque aqui existem pessoas assim, que apoiar a família não vai, certo? Eu não sei se você está entendendo

V- tou.

L- A história é essa. Existem essa duas qualidades de preso. É o homem preso e o preso homem. O homem preso é aquele da responsa.

Desejando tomar conta de sua família, o informante procura revelar sua face de “homem preso”, responsável, cumpridor dos seus deveres, construindo e idealizando para si e para o pesquisador o mundo prisional e sua própria história de vida, contudo, ao referir-se ao pretérito, ele mostra-se com outras características:

L- a minha caída na penitenciária foi muito perseguição, devido às minhas coisas que eu fazia, a uma má vontade. Eu era, sou desse tipo de homem assim, que era, não, eu nasci assim, eu sou desse tipo de homem; hoje eu sou mais pensado, mas antes eu era o seguinte, para mim tanto fazia quanto não, não tinha esse não, sabe Vanderlan. Eu era um homem que se viesse um trem assim, carregado de pólvora e um doido fumando em cima, fazendo assim, olhe, eu não tinha medo, eu ia com o doido, não me precavia, então eu, essa família minha _____, ai tudo isso contribuiu para essa situação que eu estou. Ah! Lek estava no meio,? Entretanto, nada eu tinha haver nesse crime, nada. Ele fez, fez perto de onde eu estava. Me colocaram aqui.

Um outro informante, Cássio (30 anos, pegou mais de 50 anos em 4 processos por homicídios), ao descrever uma hipotética cena de um crime, a seguir, revela o início da trajetória que conduz um indivíduo até o mundo penitenciário, sendo assim mais realista do que o autor do discurso anterior, na medida em que concebe o destino não como fruto do acaso ou a prisão como resultado de uma perseguição injusta.

Você me pega, pê, pô, pô, me dá um tiro na cabeça e me mata. Você sabe qual foi o problema? Você sabe qual foi o caminho que me fez? Aliás, qual foi a mola propulsora, né? Que me fez trilhar aquele caminho?

O próprio informante aponta as razões, a mola propulsora para seguir o caminho da marginalidade:

...a fome, a nudez, a miséria. Isso aí, né?...a minha infância foi, ah! Eu tive muitas coisas, eu estudava, eu tinha que atocalhar gado. Muitas vezes não tinha o que comer em casa, eu tinha que ir ali na feirinha da rodoviária, roubar, quebrar coco (risadas) ia por ali, quebrava coco, roubava, comia com aquela fichinha de garrafa. E a infância foi, com pai alcoólatra, minha mãe dona de casa, é altamente estérica, grita mais, é estérica. É estérica mesmo, por demais. Tomando banho ali no caqueado, na prainha.

Eu fui para o Rio por causa das dificuldades...(aos 10 anos)... fui com minha tia, fui morar com ela. Ela trabalhava lá numa sessão. Ela era encarregada da Petrobrás, ganhava bem. E, engraçado, quando ela disse, é Cássio, ela me chamavavocê vai para o Rio. Lá você tem feijão com arroz. Rapaz, você não sabe como isso me deixou contente.

V: você não tinha isso?

C: porque eu não tinha isso todos os dias. Eu comia arroz aos domingos; carne só via aos domingos. O famoso galetão de domingo. Essas coisas, aí eu fui e cresci, me envolvi com algumas pessoas, fugi de casa. Fugiu de casa de novo, aí me envolvi com algumas pessoas lá...morreram alguns e eu voltei para cá, numa bela tarde de domingo, 1 hora da tarde.

V: mas tava bela mesmo(risadas)

c: cheguei aqui numa bela tarde de domingo. Rapaz, quando eu cheguei ali em Queimadas, vejo aquele negócio bem paupérrimo. A diferença de você viver assim, numa cidade grande. É a mesma coisa de você está lá em Nova Iorque e alguém lhe chamar lá na Rosu Mística (ele ri) ei, rapaz, deu aquele choque. Que eu peguei um táxi, cheguei, o pessoal fez uma festa. Mas se eu tivesse limpeza no Rio, na época eu teria voltado para lá na mesma hora que eu cheguei. Eu teria voltado, comprado a passagem e esperado o horário do ônibus e teria ido embora. Mas não dava para voltar para lá.

O informante Cássio aponta o sistema governamental como o culpado pela situação do país, e se diz esperançoso de que os filhos tenham um futuro melhor do que o dele. Ele deseja que os filhos estejam nas páginas dos jornais, mas não na que ele ocupou, a policial e sim na social. As expectativas e impressões dos internos ao caírem na prisão fazem com esses tenham que fazer descoberta, escolhas e rejeições.

Em um mundo transpassado por uma lógica dicotômica, há aqueles que preferem se colocar na tênue fissura que une e separa as duas partes, as duas leis, tal como Dorivaldo, condenado por latrocínio e militante católico no interior da penitenciária, que idealiza e escolhe seu lugar nesse mundo:

...tem uns quinze dias que eu sai de lá, volto ao pavilhão está do mesmo jeito. Todo mundo tranqüilo, todo mundo respeitando todo mundo, não tem bagunça, é um, tudo educado, apesar de que o meu estudo foi muito pouco, mas o que eu aprendi da mente, da minha cabeça, através do pensamento de cada um, eu boto aquilo na minha mente e eu graças a Deus eu aprendi o que é bom e o que é ruim. Então eu procurando ensinar o que é bom para mim é melhor, que o que é ruim a gente não pode esquecer, a gente vai deixando de distância, jogando para fora, porque o que é ruim não presta, só quer botar a pessoa em mais ruindade ainda, então a gente tem que procurar a melhora da gente da melhor forma possível, portanto que prejudique ninguém, e não desmoralize ninguém, tá entendendo. Ai o que é pior(?) é assim mesmo, hoje é um bom dia, amanhã já é outro, a gente não sabe o dia de amanhã não é? Só Deus é quem sabe. Ai através da.....in.....vai pegando experiência, cada um, tá entendendo? Né?

Os exemplos aqui descritos por quase todos os informantes, em especial, Dorivaldo e Lek servem para nos mostrar a flexibilidade dos referenciais identitários assumidos e manipulados no cotidiano penitenciário. Dorivaldo projeta a existência de um convívio sob os moldes de uma educação integradora de todos os internos, geradora de paz e harmonia. Já Lek, por sua vez, procura deixar claro a distinção entre “homem preso” e “preso homem”, como duas categorias opostas, complementares apenas por sua oposição.

Dá-se a entender a partir dos discursos, que quem fala assume um lugar que parece definitivo, demonstrando o locus e as possibilidades relacionais estabelecidas e vivenciadas por cada um dos atores falantes. É assim que Lek afirma que para os marginais cadeia “torna-se hotel”. Para os “homens presos” cadeia “é o lugar do medo” que pesa sobre as costas de apenado.

As situações apontadas e vivenciadas por Dorivaldo e Lek servem para demonstrar como a realidade estudada é muito mais plural do que possa parecer, e como os referenciais identitários são menos estáveis do que procuram fixar os seus atores através de discursos. Ao mesmo tempo que Dorivaldo idealiza o mundo da prisão, procura assumir um lugar específico. Já Lek, distingue os bons homens dos maus, acaba por afirmar que ele próprio tem um pouco de cada um. Como defini-lo, então?

O caminho não é buscar aí uma essência no ser, como determinando suas ações sempre por uma mesma lógica, mas de reconhecer um conjunto infinito de possibilidades, inclusive com a presença de elementos que mantêm incoerência entre si e que acabam por entrar na configuração das relações estabelecidas, de acordo com o contexto situacional e territorial (Op. Cit., 1987).

O interno que vendeu um lugar na cela por R\$ 20,00 foi o mesmo que havia dito que não fazia esse tipo de comércio, bem como qualquer outro, pois as pessoas que ali estavam eram muito pobres e não deviam ser exploradas. Não é que agora ele tenha mudado ou que algum preso rico tenha ido para o Serrotão. Numa outra situação de visita, um interno que anteriormente tinha se declarado contra as drogas, agora se dizia agoniado por não ter um baseado para fazer a cabeça. O que mudou? A relação, o contexto territorial nos quais as coisas foram ditas e feitas. Um dos territórios, o das entrevistas, era o espaço da administração, do controle institucional; o outro, o das celas e pavilhões era o território

onde o entrevistador era agora, “amigo”, convidado e não convidante, sem um gravador que pudesse inibir declarações mais desaperebidas.

Se ainda é possível pensar as posições que os indivíduos assumem nesse mundo de maneiras dicotômicas, tal como fez Lek, faz-se necessário, igualmente, não perder de vista a posição e os interesses do informante enquanto fala. Ao mostrar o mundo penitenciário como dividido entre homem preso e preso homem, certamente Lek aponta para categorias a partir das quais os internos se pensam e se relacionam, mas, como toda categoria de classificação, também essas são relativas, nesse caso, não só à penitenciária como um todo, mas aos próprios micro-universos que ai são estabelecidos. Portanto, tal interpretação é relativa, contextual, territorial, mutável; construída a cada novo instante, de acordo com os elementos disponíveis e manipulados discursivamente.

3.2 CONTROLE E RECUPERAÇÃO

Erguida a partir de multiplicidade relacionais, a penitenciária caracteriza-se como espaço social no qual os internos que ali cumprem pena podem fazer suas opções de vida. É lógico que o espaço circunscrito dos muros e a vigilância cotidiana dos guardas e funcionários impõe limites a tais possibilidades. Ai, todavia, emerge o poder de criação humana, capaz de inventar e reinventar a vida social nos mais variados contextos. Conforme observa Varella (1999:95): *“São tantas as situações que se apresentam na cadeia que uma vida é pouco para conhecê-las”*.

No dia a dia, os caminhos percorridos nesse mundo são os mais variados e não dá para dizer, apenas, que todos levam ou expressam o desejo de sair daquele mundo. Embora boa parte dos internos abordados afirme que sonha com a liberdade do mundo externo, uma parcela deles, em especial os que foram condenados a vários anos de reclusão e já cumpriram dez, quinze, vinte anos, vive o cotidiano sem enfatizar preocupações com o dia em que vão sair pelos portões rumo à liberdade.

Ao observar que alguns vivem ali como se estivessem num hotel, Lek chama atenção não só para o fato de que estão mais inseridos no mundo do crime, ao mesmo tempo seu discurso revela que mais do que se sentirem em casa, eles fazem daí sua casa. Em pelo menos duas das entrevistas realizadas e durante uma visita feita a um interno em sua cela, todos condenados a mais de cinquenta anos e já tendo cumprido mais de dez, a idéia de liberdade sequer foi mencionada por eles, não que eles não considerem tal possibilidade na vida deles, contudo, pude perceber o quanto estavam bem mais adaptados nesse mundo. Todos se mantinham financeiramente com os ganhos decorrentes de atividades desenvolvidas na própria penitenciária, seja através de ajuda trazida pelos membros de uma agremiação religiosa, em um dos casos, fosse pelo comércio de drogas e seguro nos dois outros casos.

Quando chega à penitenciária, nos primeiros dias após o reconhecimento e depois de ter conseguido uma cela num dos pavilhões, o interno quase sempre leva a vida a lamentar-se por ter caído ali; procura dar-se uma justificativa para tal situação. Não por acaso, boa parte dos internos que nos deram informações e que estavam ali a poucos dias, ou mesmo semanas lamentavam-se e se diziam vítimas de armadilhas. É obvio que provavelmente desejem construir uma visão de inocente para o pesquisador. Contudo, isso

expressa uma resistência inicial e que muitas vezes se estende durante um longo tempo de permanência nesse mundo.

Essa resistência pode ser visualizada na ausência ou escassez de temas diretamente relacionados à cena do crime pelo qual foram condenados. Em sua grande maioria eles preferem não falar sobre a cena do crime, mesmo quando provocados para relatar tal situação, fazem-se de desapercebidos ou falam muito rapidamente, mudando de assunto, criando uma clima pouco convidativo à repetição da pergunta. Num certo sentido, falam muito mais pelo que não dizem do que pelo que afirmam sobre o crime, pois, os desvios de tais assuntos não parecem ser obra do acaso, mas ausências elaboradas, construídas com o intuito de não revelar trajetórias indesejáveis, comprometedoras. A nebulosidade dos discursos por vezes parecem apontar para idealizações do mundo prisional ou mesmo da vida do interno antes de encontrar-se preso. O fato de falarem pouco ou genericamente sobre as situações vivenciadas no interior da penitenciária ou da vida pretérita surge como estratégias discursivas utilizadas, possivelmente para fugir de uma visão estigmatizadora da condição de preso ou marginal. Não por acaso, vários internos atribuem a sua “queda”, (termo que representativo da idéia de acidente) ao acaso do destino. Embora em muitos casos, circunstâncias adversas e momentâneas possam ter contribuído para a “queda” na prisão, na grande maioria dos casos, pode-se supor ou mesmo verificar que circunstâncias semelhantes aquelas do crime pelo qual foram punidos faziam parte do universo de vida dos entrevistados. O que não significa que tais atos, desconhecidos, por vezes, do poder oficial, devam servir para condenações, seja de que níveis forem, contudo, sociologicamente nos ajuda a entender, que o cair na prisão não representa um acidente aleatório, nas trajetórias de vidas de boa parte dos internos, mas uma possibilidade real no mundo anteriormente habitado por muitos deles.

Mesmo resistindo ao mundo novo, o interno começa a inserir-se nas relações com outros internos, ainda que negando-se a participar de alguns níveis de sociabilidade com determinados indivíduos e grupos. No início, a cela na qual vai se instalar e a maneira como a conseguiu representam elementos importantes nesse cenário. Pois, como vimos, os pavilhões e as celas ali situadas são distribuídos de modo hierárquico, seja pelos internos ou agentes carcerários. A ocupação de uma cela expressa uma posição hierárquica conquistada pelos mais variados meios. Ocupar inicialmente ou mudar de lugar nesse universo significa mover-se socialmente rumo a um status diferenciado no interior das relações. Como bem observa Goffmann (Op. Cit., 1974:52). "*Os internos são mudados, não o sistema*"

Os lugares conquistados ou perdidos nas lutas que se desenrolam, seja entre os próprios presos ou entre esses e a administração, representam troféus conquistados durante as negociações ou conflitos.

Para muitos dos recém chegados que não podem comprar um lugar ou mesmo contar com o apoio de um companheiro já preso, a vida cotidiana tende a tornar-se uma espécie de carreira que inicia-se nas piores localizações rumo às melhores condições de vida, e, aí, os acordos são possíveis com os agentes que podem conseguir uma morada numa cela melhor como uma vaga para trabalhar, abrindo caminho para o interno ser visto como alguém diferenciado pela administração e, por conseguinte, ser mudado de cela como prêmio pelo comportamento.

Há outros que seguem caminhos mais distanciados do poder oficial e preferem os acordos com os companheiros internos, quase sempre com os líderes de pavilhão, ou alguém que detenha algum tipo de poder, como por exemplo, emprestar dinheiro ou vender drogas. Esses, entre outros, são os donos do pedaço, através deles é possível se comprar um lugar em uma das celas ou resolver questões pendentes com outros internos. De um modo

ou de outro. ao fazer acordos, o interno proponente não só recebe algo, mas cria para si o compromisso com o sócio. O pagamento deve ser feito, preferencialmente, de acordo com o que foi estabelecido, no dia e hora estabelecidos. Quando isso não ocorre, aquele que emprestou ou vendeu algo acaba encontrando e propondo outra forma de pagamento, incluído aí, os juros necessários ao prazo estipulado. Em alguns casos, o pagamento pode ser feito através de dinheiro ou mesmo assumindo-se a responsabilidade por atos cometidos por outros, tornando-se o que se chama na gíria criminal, laranja. O inocente que se faz culpado. Essa, entre outras medidas, fazem com que o interno que contrai alguma forma de empréstimo ou serviço não sofra punições mais drásticas.

Não por acaso, os internos mais próximos da administração são vistos pelos internos dos pavilhões como pouco confiáveis, pois em muitos casos trazem à administração notícias sobre os acontecimentos dessa ordem.

Tanto para os internos mais privilegiados, que podem adquirir uma cela com amigos ou através de compra a agentes e internos, quanto para os mais necessitados, o que está em jogo são os caminhos que poderão ser percorridos durante o tempo em que permanecer preso. Aos mais recuperados, mais confiáveis aos olhos da administração, cabem quase sempre os melhores lugares (cela especial, morada na parte superior, alojamentos individuais...); àqueles que não parecem tão confiáveis, sobram os alojamentos com as piores condições estruturais. Porém, as relações estabelecidas entre os internos e entre esses e os agentes, faz com que definições tais como mais confiáveis, sejam relativas às próprias relações que se estabelecem. Em um dos casos que pude ter acesso durante uma conversa informal, um interno “protegido” de um dos diretores afirmava que as relações de estranheza que mantinha com outro diretor fazia com que esse, na ausência daquele, procurasse criar obstáculos à sua trajetória.

Embora boa parte dos indivíduos entrevistados procure descrever a penitenciária como composta de bons e maus criminosos, tal como mais confiáveis, menos confiáveis, essas não são posições fixas, que os indivíduos assumem e se conformam com elas em definitivo, mas relativas e contextuais. A conquista, manutenção ou rejeição dessas possibilidades variam de acordo com os jogos de interesses envolvidos em cada disputa.

Numa instituição que tem como propósito punir e “recuperar” seus tutelados, os caminhos a serem percorridos e construídos por cada interno no interior da instituição mantém uma relação direta com a perspectiva de vida de cada um. Na luta que se estabelece entre a instituição e os internos, aqueles que desejam mostrar-se como alguém que está em recuperação procuram mostrar aos funcionários que deixam cair sobre si o poder controlador das normas institucionais, o mando dos agentes e funcionários, pois, “preso é preso”, como nos disse um funcionário do Serrotão. O propósito da prisão não é outro, senão procurar controlar os indivíduos, seja submetendo-os à prisão, ou os acompanhando pelo mundo afora, colocando nesses a marca de ex-penitenciários. Assim, recuperar, significa poder exercer um controle capaz de tornar obediente e útil alguém outrora diferente. Todavia, essa situação muitas vezes possibilita aos presos vender favores aqueles que não trabalham, tal como conseguir uma audiência com assistentes sociais, diretor, etc.

Os caminhos percorridos pelos internos e a dose de vigilância a ser exercida pelos agentes e funcionários são determinados pelo grau de controle que se deseja estabelecer sobre os internos. Nesse universo, os reincidentes são sempre mal vistos, pois se negaram a seguir e a obedecer as recomendações e o controle oficiais para não transgredir as normas sociais. Visão essa compartilhada também por quem cumpre pena, senão, vejamos o que diz Malthus (28 anos, arts. 157 e 306) sobre Cássio:

...tem uma pessoa aqui que todo mundo o teme, que é o Cássio, não sei se você já ouviu falar. Mas é uma pessoa que tem tido um bom relacionamento comigo, inclusive tá tomando o curso, tá terminando o curso de computação. Eu, no início, comecei a perceber, fulano, faça isso assim, assim; escreva o texto, ele só escrevia coisas que realmente são meio satânica, sabe? E na época ele gostava de lê muitas coisas satânicas também; aquele livro de Alan Kardec e tal, e inclusive já matou gente aqui dentro, certo, mas que não foi posto no isolado, certo, puseram outra pessoa tida como laranja, cobaia. Ele não foi processado nem nada. Já matou dois aqui dentro. Ai dizem para o pessoal que ele é uma pessoa muito perigosa; normalmente ele é, mas não tanto quanto o enumeram. Logo no início, ou seja, há uns 8 meses que ele tá tomando esse curso, eu percebi que ele não queria mais escrever um texto, eu, escreva o texto, depois você vá colando figura e tal, assim. Você já fez curso de computação, né? Ai eu pedi para ele fazer um texto. Oh! Faça dois parágrafos e tal. Ai eu via que ele escrevia umas coisas tristes, sabe. Eu digo, Cássio, o nome dele é Cássio. Eu digo, Cássio, eu, veja se você segura esse texto ai, porque se chegar alguém ai vai ver. Não, é porque eu não sei escrever isso, tal. Ai eu disse, mas escreva alguma coisa bonita que. Ai eu comecei a pegar esses panfletos evangélicos, né? Escreva isso aqui. Rapaz! Não, mas isso ai eu vou dá o curso, você vai salvar no computador, vai vim alguém, vai ver e tal, vai me prejudicar, inclusive a gente pode até ficar sem esse curso. Certo, eu vou tentar. Ai eu passava lá, olhava, ele estava escrevendo coisa ruim de novo: safado, cabueta, não sei o quê? Que fez isso, tem que matar o safado. Só essas conversas assim que realmente não tinha fundamento.

Ao identificar um colega como “perigoso”, Maltus acredita que é preciso que o sistema fosse mais atento para ser mais eficaz naquilo que se propõe a realizar. E, após ter conseguido um lugar nas celas especiais e um cargo para trabalhar na burocracia do presídio, graças ao conhecimento que mantinha com um dos diretores na época em que veio para o presídio e em troca de dinheiro ofertado, ele afirma que para quem vive na parte de baixo, a dos pavilhões, a recuperação é muito difícil, pois lá “o demônio vive solto”. “...se realmente eu não tivesse tido o apoio de quem eu tive desde que dei entrada aqui, meu pensamento no dia de hoje não era igual ao que eu penso hoje.”

O apoio para os internos que vivem no setor dos pavilhões, a grande maioria, circulando ociosamente, resume-se às refeições ofertadas nos horários anteriormente citados, energia elétrica, água durante quatro horas por dia e uma “pedra”, cama de alvenaria ou o chão para dormir. Não há qualquer programação por parte da administração no sentido de envolver a população dos pavilhões, a não ser o ócio. Essa visão do informante citado, é compartilhada por outros internos, que de maneiras diferentes apontam as precariedades dessa área e população carcerárias: Depósito de presos (Jaime, 36 anos, condenado por recepção de carro roubado, cumpriu 1,7 anos); formatura da tristeza (Lek); escola para ser marginal (Cássio).

Coincidências à parte, os três últimos presos moram na parte inferior e não desenvolvem qualquer atividade de confiança da administração. Vejamos então a visão de outros internos com situações distintas. Chicó, que desenvolve trabalho começa falando:

Aqui dentro você vai ter contato com seqüestrador, com estuprador, com toda qualidade de gente. Então se você não tiver uma mentalidade bem formada, certo, às vezes você entra aqui uma pessoa que errou, que praticou um erro na vida, mas aqui dentro você vai aprender muitos erros. Você praticou um, mas quando você chega aqui na cadeia, você vai aprender muitos. Tá entendendo? Então você tem que ter a mentalidade formada, certo, para conseguir cumprir seu tempo, para sair e não conseguir se envolver com outros. Então é o seguinte, que o sistema, a sociedade. Você ver que o seguinte, é, é, nas penitenciárias criar era muitos cursos, coisas para procurar ocupar, tá entendendo? É, é, os apenados. E outra coisa, eu acho muito importante o seguinte. É, se tivesse condição de se separar. Fulano aqui foi preso, é reincidente? Não. É primário. É. O seguinte, qual foi o crime? Praticou um crime pelo outro, pronto. Então esse rapaz aqui vai morar aqui. Fulano chegou aqui, saiu esses dias da cadeia. Ele tem outro crime, voltou, esse vai morar aqui.. tá entendendo? Porque é o seguinte, ficaria melhor de recuperar esse pessoal assim, agora aqui não tem condições. O Estado não tem condições de, de separar. o próprio sistema em todo Brasil é, é penitenciária superlotada, é uns dormindo por cima dos outros, que é a

realidade, que vive aqui dentro sabe que é a realidade. Então é o seguinte, de certa forma a recuperação de apenados hoje no Brasil, né. com todos esses obstáculos, então é muito difícil.

Parece não haver diferenças entre a perspectiva apresentada por Chicó, que trabalha na casa e os três anteriores. Será? Continuemos a observá-lo e vejamos o que ele diz:

...estando aqui, achei muito bom, porque tou aprendendo a conviver como se eu estivesse empregado numa repartição. Quer dizer, eu sou um apenado, ajudo aqui na repartição, na parte do serviço social também, inclusive vou fazer o vestibular para serviço social. Então, a gente procura, é, é, é se manter assim num meio. aqui é um meio melhor. Trabalha aqui, ajuda, tá entendendo? Para quando eu voltar ao convívio, é, ou então o seguinte, já voltar adaptado a uma certa convivência no trabalho. Tá entendendo? Então é melhor. Eu tou me dando muito bem, graças a Deus. Eu acho que com a cabeça que eu tinha, se eu estivesse na rua, eu não estaria, é, com esse pensamento, de arranjar um emprego, todo dia ir trabalhar de manhã, depois do expediente, a noite ficar em casa. Então de certa forma a casa está me ajudando.

A condição de trabalhador na penitenciária faz com que o interno projete para o futuro um modo de vida distinto do passado.

rapaz, é como eu já disse aqui, né? É, eu vou ter um contato por exemplo, eu tou trabalhando aqui, então de certa forma eu encaro esse meu trabalho aqui, até como se eu tivesse trabalhando em uma repartição pública, né? Um negócio certo, então essa mesma seriedade que eu encaro aqui dentro, eu quero encarar o meu trabalho lá fora. Tá entendendo. E continuar a viver, criar meus filhos e dar uma certa independência a eles e mostrar a verdadeira dignidade.

Ao falarem sobre suas vidas e situações de trabalhador e moradores do alojamento especial, Malthus e Chicó enfatizam aspectos diferentes das relações internas, daqueles apontados por Lek Jaime e Cássio, mostram como os benefícios podem ser conseguidos, como mudaram suas perspectivas iniciais. Todavia, ao se referirem à situação vivenciada pelos demais nos pavilhões, não há distinção em relação à visão da tríade.

Sem o apoio da administração através de trabalho e privilégios, a trajetória de cada interno torna-se uma caminhada apoiada em outros grupos existentes no interior da instituição ou uma caminhada “solitária” onde cada qual precisa tomar conta da sua própria vida a cada instante. Nesse sentido último, a fala de Malthus, que teve um apoio inicial de um diretor é bastante singular:

Eu acho que nenhum ser humano, ao tomar uma pancada ele vai ficar sem o desejo de dá aquela pancada em que lhe bateu. Então eu acredito que se você está sofrendo, você vai procurar uma maneira para, para poder sair forain.....mas quando você tá sofrendo e sabe que alguma pessoa pode fazer algo por você e não faz, aí a tendência lá fora é voltar tudo, sabe, mesmo que alguémin.....eu tenho. justamente é esse meu pensamento, que aqui é uma universidade de bandido, e justamente aí, depois daquele portão, na parte inferior, onde fica o maior número de preso, quem não tem a tendência para sair e voltar, porque são poucos também, né? São poucos que chegam aqui que tem esse pensamento. Não, eu vou chegar aqui, mesmo que eu sofra, mas eu saio. Se ele sofrer, aí sai lá fora e realmente. Se sofrer muito, quando tem tendência para não voltar a esse mundo, mas ele envereda pelo mundo do crime.

É interessante perceber que o pensamento do informante mudou após ele ter tido apoio, como podemos ver, mesmo assim, ele continua vendo a vida na penitenciária como de sofrimento, embora seja um sofrimento diferenciado dos que não tem apoio. Para suportar esse “brando” sofrer, ele busca apoio em exemplos de reintegração:

...chegar num presídio, ser condenado a 12, 15, 20 anos, saber que já se passaram uns três anos e não poder passar o portão, né? E são tidos como vitoriosos passar por um lugar desse aqui e ter a ficha limpa, como eu conheço que tem uns que passaram até 11 anos aqui e não tem, meu amigo Trovão, que hoje trabalha no Fórum. E passou 11 anos aqui, não tudo aqui dentro, né, passou uma parte no presídio de Pernambuco, depois foi transferido para cá. Passou 11 anos com a ficha limpa, sempre trabalhando e tudo,

ficou velho dentro da penitenciária, hoje tem uns 51 anos e deve ter sofrido muito.

O próprio informante observa que muitos vivem situações no interior do Serrotão que provavelmente lhe conduzirão a caminhos distintos do percorrido por Trovão, revelando, inclusive, como muitos são tratados por aqueles que são agentes de recuperação.

Vejamos:

Se você pegar um apenado, começar muito a apertar, castigar,in.....sem dizer aquelas diretrizes por onde ele deve caminhar, a tendência meu amigo, é prejudicar, pode chegar aqui com um crime de um ano e seis meses, mas sein.....ele não completa nem um ano ele já tá junto com pessoas ai embaixo e tudo, porque o demônio está solto. Principalmente naquela área ali, quem não.....in.....quem não tem Deus no coração, entendeu, chega ali é um incentivo, rapaz, faça isso, rapaz fulano fez assim, assim, igual ao demônio, sabe? Hei, fulano fez isso contigo, hei ai você vai lá, o cara discute, por, chega, o que foi, dá um chute nos ovos, dá uma furada num. Rapaz, tu foi foda mesmo, viu, tu matou fulano, tu. Juri, para 16 anos, ai com 1.6 meses, 16, 17 , 18 anos, ai vai aumentando, quando vai olhar ai o camarada fica um profissional, chega lá fora não tem medo mais de ninguém não, mete mesmo e ele que fez um assalto, quando chega lá fora, não vai fazer um roubozinho não, vai logo fazer e vai matar; quando voltar para cá, vai voltar com um latrocínio qualificado, ai fica ai, vai sofrer, tá entendendo? O que faz é realmente não ter pessoas adequadas para reeducar o preso.

E Cássio corrobora, apontando não só para os processos relacionais vivenciados pelos presos, mas para as possíveis conseqüências sofridas pelos familiares com a ausência do pai provedor:

você ver, às vezes chega um ladrão de galinha, quando ele sai daqui, ele sai um profissional do crime. Aqui é assim, o próprio sistema carcerário brasileiro se encarrega de transformar o ladrão de galinha em um assaltante de banco. Ele se encarrega de transformar um pai de família em um marginal. Porque você veja

só, você está na sua casa, aí chega um ladrão, pá, pá, pá, com sua porta aberta, né? Aí você pó, atirou, matou, mas aquele cara era um cleptomaniaco. Agora, ladrão mesmo, por natureza e tinha às costas quentes. E você? Para cadeia. Você deixa 3 filhos: uma menina de 15 anos, por exemplo. E dois meninos, um com 11 e um com 12. Sua mulher tá lá fora. Você vai cumprir uma pena assim de 15 anos, vai ter que tirar 5 para sair da condicional. Conclusão: sua filha vai trabalhar como empregada doméstica na casa de uma outra pessoa, tem um filho do patrão. O patrão come ela. A menina vai se tornar uma prostituta. Os meninos vão precisar de uma camisa, de uma bicicleta, não vão ter, vão ter que roubar. Quer dizer, invés do sistema melhorar, ir atrás daquilo, o sistema tem que ir na raiz do problema, não no problema, na raiz do problema. É como a planta, né? Aquele processo da fotossíntese, tem que ir lá embaixo mesmo.

Para um outro preso informante, Ferreira (29 anos, condenado por assalto a mão armada, cumpriu 4 anos), a família representou o apoio necessário à sobrevivência no interior da prisão, assim como foi uma fonte de ajuda para sua transformação em uma 'nova pessoa', dando-lhe suporte necessário, para ele não se marginalizar no interior da penitenciária. Paradoxalmente, a prisão é vista como uma instituição que não lhe "ajudou" em nada, porém, como é possível perceber em sua fala, foi depois que encontrava-se preso que ele pôde sentir de maneira enfática a solidariedade familiar.

O mundo penitenciário é uma escola na qual Daniel (49 anos, condenado por homicídio, pegou 12 anos, cumpriu 6 anos) pôde "fazer vestibular para melhor". Uma espécie de escola que procura tirar o indivíduo de um mundo, colocá-lo em outro e, se possível, transformá-lo, fazendo com que ele reveja o seu passado a partir das marcas do presente. A mesma visão é compartilhada por Valdir (26 anos, condenado por assalto a mão armada, pegou 8 anos, cumpriu 2,6 anos)

Se eu não tivesse vindo parar numa penitenciária, eu jamais teria aprendido. Talvez eu tivesse sido morto ou praticado coisas absurdas. Então eu vejo a penitenciária como uma lição de vida.

perspectiva do mundo externo à prisão, com seus poderes oficiais e suas configurações “marginais”.

V: agora fale um pouquinho, depois a gente retoma para Caicó e Campina Grande. Lá em Salvador, como era o sistema das celas? Como é?

D: não, o sistema da cela a gente fica com 10 pessoas, com 5, tem cela que fica com 1, 2, né? As coisas lá são normais, todo mundo trata todo mundo bem, o negócio só que, o tratamento lá é mais rigoroso, né? Nas celas, quer dizer, a gente respeita todo mundo, todo mundo respeita a gente. Tem funcionário lá preso; o pessoal respeita quase tudo totalmente igual, porque a gente procura ter uma certa disciplina lá, quando a gente chega preso lá, eles dizem o regulamento da cadeia como é que é, como é que não é, para que a pessoa chegue lá dentro e não caia em contradição para não sofrer as conseqüências, né? E lá é um lugar que a gente fala pouco, tem de ouvir mais e falar menos, né? Porque as coisas lá não são tambémin.....cada cadeia tem um sistema diferente, né? Tem um regime, um regulamento, né?

A fala do informante revela também uma percepção e prática conservadora e subserviente em relação à instituição e suas normas.

Eu graças a Deus, eu todo canto que eu passei sempre o regulamento foi bom para mim porque eu sempre trato as pessoas bem, sempre trato os meus companheiros bem, também, respeito todo mundo para eles me respeitarem. Funcionários eu respeito todos eles e eles me respeitam, inclusive tem muitos ai que, o senhor pode até procurar informações de minha pessoa a ele que eles podem dar para o senhor também. Companheiro meu também o senhor querendo procurar qualquer um sobre o meu comportamento na cadeia, ele também pode informar para o senhor, né? Inclusive aqui mesmo no Serrotão. Há 4 anos que eu estou aqui, convivendo aqui, tanto no sistema penitenciário quanto com o sistema carceral que a gente se encontra preso, eu não tenho falta nenhum a eles, né. Eu sempre tratei eles bem, eles sempre me trataram, e hoje tão me tratando também. Eu acho que a convivência é normal, né? Que a convivência quem procura é a gente mesmo conviver com ela. Se a gente procura uma má referência, a gente vai encontrar aquela má referência; se a gente procura uma boa amizade, a gente procurando aquela boa amizade a gente encontra, né. Só que cada vez mais a procurar(?) a mente de cada um, que têm uns que tem um problema de família, às vezes

Um indivíduo que passa por um lugar desse, ele só não muda se ele não quiser, porque as conseqüências são inúmeras.

As conseqüências sentidas por cada interno são resultados das relações que estabelecem com um mundo que tem como objetivo tornar os indivíduos mais tolerantes ou mais subservientes, conforme diz Isaias (24 anos, Art. 155, pegou 2,6 anos, cumpriu 1,3 ano):

A gente na rua não agüenta humilhação, não, né? A gente não faz por onde agüentar humilhação. E aqui dentro a gente agüenta humilhação sem fazer por onde. Tudo gente. E aquilo, a gente vai botando na cabeça é que não adianta nada a pessoa vim pra um lugar desse, porque a gente é tão humilhado.

As humilhações sofridas pelos presos procuram dizer a ele quem ele é, o que pode fazer e quem poderá ser após ter deixado o mundo penitenciário: alguém que levará para sempre a marca estigmatizada deste mundo.

A citação a seguir, longa e importante, do informante Dorivaldo, parece-nos expressar e sintetizar bem a trajetória de um preso que visto como cadeeiro, raposa velha, por já ter cumprido mais de uma década de sentença e que soube, como poucos, percorrer as entranhas do mundo carcerário, conquistando e cedendo espaços, ocupando posições, tornado-se referência, líder de pavilhão, intermediário de conflitos entre os internos; alguém que desempenha função importante e paradoxal nesse mundo. Necessário à administração, porque lidera e controla um setor da penitenciária; perigoso porque é a face de um outro poder, não planejado nem previsto nos códigos disciplinares. Um poder que nasce da capacidade de alguns de se colocarem frente aos seus próprios problemas e de outros e tentar encontrar soluções. Uma expressão penitenciária que faz emergir a

que descarregar no companheiro, já tem outros que tem problemas mentais, tem outros que outros problemas particulares. Então cada sistema daquele a gente tem que procurar. Né? Tem que ver a experiência de cada um e, a pessoa para conviver no sistema penitenciário muitos anos ele vai tirar uma experiência de bom para ele, né? Agora quando é aquele que só procura o meio da bagunça, então ele nunca que vai aprender as coisas boas. Só vai aprender o que não presta, então quer dizer que quanto mais ele pensa, só vai tirar cadeia, né? Então se sirva de uma escola, de uma aula para mim, essa cadeia que eu estou tirando, é uma aula para mim, porque eu aprendi o que é bom, eu aprendi o que é ruim.

Falando, mas sobretudo ouvindo muito, Dorivaldo tornou-se cordial, respeitador e aprendiz no universo da prisão. Pôde conhecer o bom o ruim, e procurou escolher de acordo com cada situação, aquilo que mais lhe interessava.

Aqui eu aprendi a sair dos problemas e aprendi a tirar aqueles que querem sair dos problemas também; que cada um que eu converso, acho que só entra num problema se quiser. Primeiro, eu gosto muito de conversar com as pessoas, principalmente aqueles que vem chegando agora, que estão com certos problemas de se resolver, inclusive a pessoa que estupra e cai com outras coisas aqui, entendeu? Ai muitas vezes a pessoa quer desfazer daquela pessoa. A gente tenta dar uma idéia a ele, ajudar aquela pessoa para que ela não cometa mais aquilo e aquela pessoa deixa aquela pessoa tirar a cadeia dela. A pessoa que erra, para pagar pelo erro dele na cadeia no dia-a-dia. Porque que julga não é a gente, né? Quem julga é a justiça e Deus lá no céu. Eu acho que ele está vendo cada dia que a gente passa aqui dentro e o que é que a gente deve fazer e o que é que a gente não deve. Agora cabe a gente mesmo cumprir aquele determinação que é pagar o pagamento(?) né? É, eu já passei por váriasin.....dentro da cadeia, inclusive veio um vampiro(?) comin.....eu já pedi muito a Deus e ele já me ajudou bastante, inclusive eu arrumei um trabalho agora para mim, dar para eu ganhar, muito não, mas pouco, mas já dar para eu tirar ao menos o dinheiro do leite. (...)porque se a gente tá preso, a gente tem que reunir, tirar nossas cadeias, as nossas setenças, porque a justiça quis que a gente, né? Quero ter uma coisa na vida, né? Ao menos eu gostaria de trabalhar mais, quanto mais o serviço pesado mais eu gostaria que é para eu aprender aquilo que eu não aprendi ainda.In.....a pessoa com 15 anos dentro de um lugar desse, eu acho que é a mesma coisa da pessoa ter tirado 100 anos de cadeia.

O aprendiz tornou-se professor. Ouvindo a voz de Deus procurou orientar os recém chegados que ainda não conheciam os caminhos possíveis a serem seguidos.

Quando explicava para Dorivaldo o caráter facultativo da entrevista, ele respondeu que não tinha problema, já que sóalaria “apenas o possível”. Boa parte dos entrevistados pode até não ter dito tais palavras, mas é provável que tenham feito o mesmo, pois nas mãos de quem iria cair aquela entrevista? Mas é verdade também que muitos nem se preocuparam com isso, até deram entrevistas em momentos de grande revolta, a exceção do diretor, não polparam ninguém com suas críticas.

A entrevista com Dorivaldo pareceu, de início, pouco interessante. Seu jeito sonso e de palavras medidas me pareceram pouco reveladoras. Foi essa a impressão que tive durante e depois de entrevistá-lo. Até me perguntei como é que alguém com essas características podia ser líder de pavilhão. Tinha conhecido outros, e todos, embora também fossem moderados em suas palavras, me pareceram mais espertos.

A análise da entrevista me fez ver outros aspectos da figura desse interno. Ao contrário do que pensei, ele não chegou a líder por acaso. Aliás, como observa Abraão, personagem de Estação Carandirú *“Aqui não é como na rua, que um louco pode ser chefe de seção, gerente de firma, chegar até presidente da república que nem aquele, que diz que cheirava farinha e tinha cara mesmo. Aqui, o líder é o que sabe ouvir a voz da razão, debater com os companheiros e se agrupar para ficar forte, porque, como é o dito, contra a força não há resistência”*

Dorivaldo havia aprendido desde o tempo em que esteve preso na terra de Dorival Caimi, que cadeia é um lugar onde se deve ouvir muito mais do que falar, não só porque **preso é preso**, mas para não demonstrar vacilo frente aos companheiros ou aos

funcionários. Diante desses, o líder de pavilhão sempre procura conquistar o respeito; viver como um aluno, sempre disposto a aprender. Ensinar? ajudar? aos mais novos, de preferência, pois eles têm coisas a serem resolvidas: cela para morar, apoio contra inimigos, exploradores, etc.

Num mundo que congrega uma parcela significativa dos socialmente rejeitados, não atendidos em suas necessidades, sonhos e aspirações, cada um procura juntar-se com as “melhores” companhias possíveis. E há tantas conceituações possíveis para melhor companhia. Contudo, de acordo com as observações feitas por Dorivaldo, é possível encontrar um meio termo. Cada um pode ouvir as determinações de Deus e seguir o seu caminho de acordo com a mensagem divina. Dorivaldo tem procurado fazer isso.

Esse não é um informante especial, totalmente distinto de outros, ao contrário, com os demais partilha sua vida e com eles se relaciona, negocia, ganha, cede, intercede, etc. Não é tampouco um líder incomum. Outros entrevistados também são ou foram líderes de pavilhões ou de facções no interior do Serroão: Lek e Cássio, por exemplo, mantendo um poder de influência entre os próprios internos e tendo o amargo respeito dos agentes e funcionários. A prática cotidiana de Dorivaldo não é, provavelmente, muito distinta da de muitos internos que ali vivem. Contudo, em nenhum outro discurso coletado durante essa pesquisa, as singularidades puderam aflorar de forma tão disfaçada e ao mesmo tempo tão aparente.

Através do discurso Dorivaldo se mostra para além de um conceito identitário único que aprisiona o indivíduo numa única possibilidade, de ser apenas bandido ou mocinho. Dorivaldo mostra-se como pertencente aos dois mundos, sem se deixar reduzir a nenhum deles em particular. Segue as “leis” divinas sem fechar os olhos para os códigos terrestres.

Não julga, pois isso cabe a Deus e a justiça dos homens, mas procura conhecer a visão de cada um para lhes ensinar um melhor caminho pelas pedras do mundo prisional.

No cotidiano do Serrotão, creio, muitos internos através de suas práticas e discursos procuram se identificar com um dos dois mundos aqui citados: da lei e da ordem institucional representados pela administração e o mundo dos internos, expresso através das formas de organização e conflitos que se dão, via de regra, a partir das relações entre esses. Contudo, suas práticas cotidianas seguem e constroem múltiplos referenciais, pois, como se observa, alguns falam de apoio, sem fazer referência ao dinheiro desembolsado para ser apoiado e pensar diferente. Outros, condenam a exploração existente entre as negociatas desenvolvidas pelos internos sem citar a cobrança de pedágio feita por ele próprio para proteger e controlar os mais fracos. Outros ainda, condenam a exigência feita por alguns agentes para conseguir um lugar um pouco melhor para internos sem se declarar concorrentes direto do agente nesse aspecto. Para muitos, os que trabalham na casa são cagüetas, mas também meio para fazer chegar alguma reivindicação até a administração. Para outros, os que não trabalham são vagabundos e ganhadores de dinheiro ilícito, mas fonte de recursos em troca de favores conseguidos junto aos diretores e funcionários.

Talvez a singularidade do discurso de Dorivaldo resida no fato de mostrá-lo como estando não apenas de um lado. Ele não é só mocinho e nem só bandido, mas se faz a partir da congruência e incongruência que une e separa essas perspectivas. Mesmo procurando falar apenas o possível, esse informante aponta para aquilo que os outros desejaram não dizer.

3.3 “SAUDADES, INDIFERENÇA, DECADÊNCIA E MAU HUMOR”

Uma vez recolhido a uma penitenciária, o preso vê-se não só afastado da sociedade mais ampla, mas observa ao mesmo tempo uma redução drástica nas relações mantidas com pessoas de fora desse novo mundo. Em muitos casos, essa comunicação com pessoas anteriormente conhecidas chega a cessar. Por vezes porque a família e os amigos moram em cidades distantes da prisão, ou mesmo porque na prática o preso viu amigos e familiares indispostos a continuarem as relações com um preso.

Seja como for, a maneira através da qual o interno se comunica com o mundo externo constitui um dos elementos influentes no seio das relações sociais no interior da penitenciária. Aí, o apoio financeiro e psicológico de familiares e amigos representam fatores importantes para o interno “tirar a cadeia”. Sem isso, ela parece “pesar” mais ainda.

O tempo passado na penitenciária e a presença ou ausência dos amigos durante as visitas faz o preso rever suas relações de amizade, conforme assevera o informante Romualdo (28 anos, art. 178, pegou 2,10 anos, cumpriu 1,3 anos).

os meus amigos foram colocados numa peneira assim, eu era cheio de amigos. Uma pessoa muito conhecida, mas daí, com certeza só ficaram dois, que ficaram dando assistência até hoje, que na hora que eu precisar eles vem. O resto não tem dado notícia.

Para Edu (28 anos, estar preso a 2,6 anos), o preso é visto pelos amigos como um vivo que está morto, habitando um outro mundo distante e pouco convidativo:

...todo mundo esquece da gente,no caso, aquele ali morreu.....depois que a gente tá aqui, cai aqui num lugar desse, a gente é discriminado de uma vez, morreu. Ninguém. Eles só se lembram da gente, quando ver a gente na rua, que a gente

tiver com uma condição, que a gente sirva a eles, ai ele tem.....

Essa visão, é também compartilhada por Jaime para quem *“para perder os amigos é só cair na cadeia. Caiu, ninguém conhece mais a pessoa.”*

Robson e Lek acreditam que a ausência de amigos que façam visitas serve para mostrar quem eram os verdadeiros amigos, assim como para revelar que as amizades construídas fora da penitenciária eram amizades tolas, que não adiantavam nadinha. Analisando o sentimento de rejeição sentido pelos internos em instituições tais como as penitenciárias, CORKLE & KORN (apud Op. Cit., 1974:57) observam que *“Sob muitos aspectos, o sistema social do internado pode ser considerado como capaz de dar uma forma de vida que permite ao internado evitar os efeitos psicológicos destrutivos do internamento e converter a rejeição social em auto-rejeição. Na realidade, permite que o internado rejeite aqueles que o rejeitaram, em vez de rejeitar a si mesmo”*

Para quem recebe visitas como o ex-policia Valfredo, eles, os amigos policiais que tiram guarda no Serrotão representam uma fonte intermediária de comunicação entre ele e outras pessoas de fora.

Após ter peneirado os amigos, Robson constata *“que o verdadeiro amigo é a família”*. Enquanto Malthus vê os amigos mais distantes do que nunca: *“até os familiares são obrigados a virar as costas para gente, né? Dirá os amigos.”*

A medida utilizada pelos internos para considerar amigos e familiares como participantes das relações consigo e vice-versa parece ser as visitas realizadas. Lek, em tom filosófico fala da sensação que a visita produz:

não existe coisa alegre e triste, porque nada se divide. É uma alegria que começa na hora que ela chega e é uma tristeza que começa também na hora que ela se vai.

Cacimiro (37 anos, art. 213, pegou 4 anos, cumpriu 1,1 anos) sente a visita como se tivesse dado uma saidinha lá fora e voltado. Igualmente Pablo (48 anos, condenado por estelionato e tráfico de drogas, pegou 5,4 anos, cumpriu 3,6 anos) acredita que a visita serve como alimento para a solidão do preso. Contrariamente, não ser visitado, não ser alimentado por essas relações com o mundo externo é um elemento que não passa despercebido pelos internos, como observa o próprio Pablo: “quando o elemento é abandonado pela família, já está dizendo, pessoa sem consideração no próprio meio familiar, né?”

À medida que os visitantes trazem novos ares para os presos com suas visitas, eles se solidarizam com estes, e ao manter tais laços eles também se mantêm numa espécie de “prisão, como magistralmente afirmou Maximiliano:

Se por um lado os visitantes também estão de algum modo “presos” através dos laços que mantêm, por outro, para o preso, não ter acesso a essa solidariedade pode representar um convite a buscá-la além dos muros da prisão, como diz o próprio informante.

*V: aí eles vem em dia de visita em que dia?
M: todo quarta, todo domingo. Eu sou feliz, graças a Deus, porque eu sou assim: já sou feliz porque eles tem a mim, entendeu? Sabe que se eu não tiver visita, se eu não tiver uma coisa, eu faço uma doídice. Eu pulo o muro, eu faço qualquer coisa aqui.*

Em todas as entrevistas realizadas, os informantes foram unânimes em afirmar que as pessoas que não recebem visitas se sentem abandonadas pelos amigos e familiares, e que muitas das fugas e conflitos ocorridos entre internos são decorrente da ausência de visitas, já que a não visita provoca sensações de abandono e por conseguinte, de revolta.

Chicó, que não recebe visitas nem de amigos nem de familiares relata sua experiência:

V: com relação às visitas, nos dias em que você não recebe visitas, o que é que você sente vendo outras pessoas recebendo visitas?
C: rapaz, é muito ruim, me sinto mesmo assim, uma pessoa, não me sinto nem uma pessoa. Eu sofro muito aqui nas visita, inclusive minha família não vem porque não tem condições e é muito ruim, que é muito ruim você ver muita gente tendo sua visita, né? E você não tendo. Isso, se você não tiver, é aquela, tal, se você não tiver uma mentalidade muito formada, você faz besteira.

Os visitantes expressam para o preso a continuidade das relações anteriores e exteriores à prisão. Concomitantemente, representam também uma fonte de ajuda, através de alimentos, móveis, dinheiro e apoio psicológico, para o interno se manter no cotidiano penitenciário com um pouco mais do que aquilo que é fornecido pela instituição. O visitante expressa para o mundo penitenciário um bem relacional, a ser utilizado apenas por seu dono. Constitui regra entre os internos, a proibição de se dirigir a um visitante desconhecido se não for autorizado pelo preso “proprietário” a fazê-lo ou mesmo pelo visitante. Num mundo onde “o pessoal (de fora) se assombra com o ambiente”, como diz Valdir, o visitante é um bem raro e como tal, tudo deve ser feito para mantê-lo.

Durante os dias em que realizava as entrevistas e desejava conhecer o interior dos pavilhões e celas (para o qual não tinha autorização judicial), vários informantes me disseram que há um acordo entre os internos para que não ocorra qualquer perturbação durante o horário das visitas. Qualquer acontecimento incomum deverá ocorrer antes ou depois, mas nunca durante, sob o risco de punição para os que desobedecerem o acordo imposto pelos próprios internos. Os visitantes não devem sofrer qualquer espécie de constrangimento. Mesmo quando a mulher de um preso vem trazendo sacolas pesadas e onde o cavalheirismo, em um outro universo, seria uma atitude cordial bem vinda, os

presos não se oferecem como ajudantes. Essa tarefa cabe ao esposo/companheiro ou ao irmão detento.

A luta desenvolvida pelos internos para manter seus visitantes, em especial as mães e mulheres, campeãs em visitas, como freqüentadoras semanais ou ocasionais daquela instituição, expressa a aspiração em procurar conservar as relações que lhes restam como possíveis.

3.4 CAMINHOS PARA O AMANHÃ

Uma das tensões principais geradas cotidianamente nas relações entre os presos é aquela gerada pela separação entre os internos que trabalham, desenvolvendo alguma atividade reconhecida como tal e os que passam o dia na ociosidade, na perspectiva da administração. Como tudo que ocorre na penitenciária, nada ocorre por acaso. O acaso também não faz parte da escolha dos internos que são escolhidos para trabalhar. Quando não se paga antecipadamente pela escolha através de subserviência, dinheiro, relações pessoais, a dívida é protelada para ser paga no futuro, quase sempre cobrada com exigências de um comportamento subserviente por parte dos presos frente a tudo que expressa o poder oficial.

Ao ser escolhido para trabalhar o interno sabe a importância do que vem agregado a tal escolha: morada em uma cela diferenciada da grande maioria; possibilidade de transitar na parte superior da penitenciária; receber algum dinheiro no final do mês; estar mais próximo dos serviços burocráticos e assim poder acompanhar mais facilmente a tramitação

dos pedidos solicitados; ter a remissão da pena em 1/3 do tempo trabalhado entre outros privilégios concedidos.

A sensação vivenciada por boa parte dos trabalhadores é de que estão no caminho mais curto que os levará até à liberdade. Eles se sentem “presos de confiança” do poder oficial. E isso se expressa através dos privilégios recebidos comumente pelos trabalhadores.

Paralela e complementariamente, os trabalhadores e todos os que mantêm relações de proximidade com agentes e administradores são vistos por boa parte dos que habitam o setor dos pavilhões como cagüetas, delatores em potencial daquilo que ocorre longe dos olhos da administração.

A situação de trabalhadores coloca seus realizadores numa situação de corda bamba. Por um lado, são presos de confiança dos agentes, ao mesmo tempo, objeto de desconfiança constante desses mesmos agentes, que procuram eventualmente surpreender tentativas de tráfico e fugas por parte dos trabalhadores. Por outro, são o alvo comum das desconfianças de boa parte dos internos, em especial quando algo considerado proibido pela administração chega até os ouvidos dessa. Para os delatores confessos, os internos geralmente lhe dão uma pisa corretiva, isso quando não matam. Se antes o cagüeta conseguir salvar-se da punição dos companheiros, poderá solicitar seguro e passar a morar na parte superior, evitando assim contato com os internos dos pavilhões. Ao mesmo tempo que são constituídos enquanto objetos de desconfianças dos colegas, os trabalhadores são também os mediadores entre o mundo dos internos e o mundo da administração. É através deles que muitos solicitam, trocam e compram a possibilidade de poder conversar com as assistentes sociais; com os agentes; de ir para a enfermaria; de poder extrair dentes ou de ganhar um colchão da pastoral ou do governo paraibano.

A postura de quem trabalha é curiosamente de subserviência frente a uns e esperteza frente a outros, de humildade e desprezo; de paciência para se recuperar e de pressa para sair pelo portão cada vez mais próximo de si. Uma caminhada diariamente construída de maneira paradoxal, exigindo do interno um comportamento diferenciado de acordo com o sujeito com o qual interage. De um lado, esforçando-se para mostrar-se diferente dos demais presos diante dos agentes; de outro, esforçando-se para se fazer um igual diante dos colegas internos. Falante, se exigido, para demonstrar agradecimento aos privilégios retribuídos, silencioso para não ser visto como traidor.

O trabalhador carrega consigo as marcas de uma contradição interna, de não ser um preso comum, mas privilegiado e, de ser, ao mesmo tempo, um preso. Sua saga, tal como a dos demais internos que compõe a população penitenciária do Serrotão é a de ser vivo, mesmo sendo considerado "morto" e estando "morto" ter que lutar para mostrar que permanece vivo.

O mundo penitenciário parece produzir, em muitos dos internos, creio, a sensação que tão bem o poeta Ferreira Gullar soube expressar e que no Serrotão, como em qualquer outra instituição prisional pode-se sentir-se tão intensamente. "... *que a vida vale a pena, apesar do pão tá caro e a liberdade pequena*". É um mundo no qual as vidas são tecidas a cada instante; reinventadas de acordo com as situações vivenciadas; impulsionadas por desejos que mobilizam os indivíduos para antigas e novas possibilidades dentro e fora da prisão.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, pudemos perceber o mundo penitenciário do Serrotão enquanto um universo relacional, no qual elementos das mais variadas ordens estão presentes: jurídica, econômica, religiosa, geográfica e emocional, entre outras. Pudemos também, acompanhar as várias histórias de vida relatadas pelos informantes e perceber aí, indivíduos de origens e trajetórias culturais as mais distintas possíveis. A penitenciária do Serrotão reúne entre seus internos, pessoas das mais variadas cidades do Estado da Paraíba e da região Nordeste.

A chegada de cada um desses internos, ou a "queda" no mundo penitenciário, como se costuma dizer no Serrotão, marca, sem dúvida alguma, um momento singular na vida de cada um dos presos que ali cumprem pena de reclusão, seja de modo positivo, quando as experiências enquanto penitenciário acabam sendo interpretadas e utilizadas como uma espécie de entrada ou rito de passagem para o mundo do crime. Seja de maneira negativa, quando o penitenciário encara sua experiência nessa instituição enquanto um mal desnecessário às suas existências. Contudo, seja qual for o caso, a "queda" na penitenciária não representa um rompimento total com a vida anterior do interno. Ela provoca, certamente, uma redefinição no grau das relações anteriormente estabelecidas com pessoas de fora do mundo penitenciário, expressa quase sempre, por uma diminuição no número de tais relações.

Ao contrário do que poderia se pensar, a vida de um penitenciário não (re) nasce quando um indivíduo é tornado preso, ela tem aí, a colocação de novos elementos sociais que poderão se agregar à sua trama existencial, de acordo com o caminho a ser seguido,

com as imposições recebidas e as escolhas feitas no cotidiano penitenciário. O indivíduo preso passa a viver a partir de então, em um cenário social distinto, com novas possibilidades relacionais e itinerários a serem seguidos e construídos. O interno que chega, não é um ser passivo, incapaz de negociar, escolher, fazer opções dentre as alternativas apresentadas, não é tampouco, um ser desprovido do poder de criação e reapropriação dos valores sociais. Contrariamente, ele traz consigo, as experiências de suas etapas de vida anteriores à prisão, as marcas de sua existência. O modo como cada um age e reage frente a esse novo mundo é o resultado provisório de junções e disjunções feitos entre as experiências do passado e as alternativas do presente.

Nesse cenário, os lugares ocupados por cada um, não são moradas fixas e definitivas, onde se pensa e se age sempre de um único modo, motivado por uma única lógica e coerência. As possibilidades relacionais configuradas estão para além de posições sociais fixas (que sejam apenas e tão somente coerentes). As escolhas realizadas e os papéis assumidos por cada indivíduo, variam de acordo com as circunstâncias, os desejos e interesses presentes em cada momento do cotidiano institucional. O indivíduo que em uma circunstância se define como "homem preso", realizador de boas ações para seus companheiros, pode ser o mesmo que em outro instante, executa tarefas classificadas por ele mesmo como "atitudes de gente do mal", "criminosa", de "preso homem".

Essas possíveis variações comportamentais não implicam que os indivíduos que agem estejam sendo, necessariamente, incoerentes com as definições que por vezes elaboram sobre si mesmos e sobre os demais, inversamente, elas apontam para o fato de que as definições e práticas assumidas pelos penitenciários podem variar de acordo com as circunstâncias nas quais se encontram inseridos e nas quais são edificadas. Assim, o lugar

de onde se fala, o momento em que se anuncia, o que se pretende dizer ou fazer com que outros saibam, acabam influenciando as visões e práticas dos internos do Serrotão.

Ao eleger tal interpretação, não estou reduzindo os sujeitos investigados, nessa pesquisa, a atores passivos, frente a roteiros sociais previamente escritos ou a vítimas das circunstâncias sociais. Não é isso que defendo, em absoluto. Trata-se, na verdade, de reconhecer, primeiro, que enquanto seres sociais, os internos do Serrotão não se constroem sozinhos, de modo isolado, mas se configuram enquanto tal, a partir do convívio que estabelecem com outros, tendo por base valores e regras sociais. Segundo, implica em perceber que a apreensão e reprodução desses valores e normas variam de indivíduo para indivíduo, que alguns interiorizam esses códigos sociais de maneira alienada e opressiva, sem lhes acrescentar elementos de sua própria singularidade pessoal, enquanto outros, se expressam de modo ativo e criativo frente aos valores e regras sociais, se reapropriando de tais elementos para lhes acrescentar novas características. É isso que torna o mundo penitenciário do Serrotão dinâmico em suas alternativas e possibilidades relacionais. É isso que faz com que as ações aparentemente mais simples e corriqueiras, tal como a transferência de um interno de uma cela para outra, seja, a bem dizer, o resultado de um conjunto de desejos, conflitos e negociações que entram em cena, a cada circunstância, para determinar os resultados construídos, de acordo com os elementos presentes, utilizados, manipulados e rejeitados.

Para além das normas disciplinares que procuram enquadrar os internos dentro de determinados caminhos, há, no caso do Serrotão, um conjunto amplo de alternativas criadas pelos internos, feitas à margem de tais normas. São expressões de desejos e anseios individuais e grupais que afloram e provocam, por conseguinte, conflitos que vão se estabelecendo entre os próprios internos e entre esses e os representantes da ordem

institucional penitenciária. A existência desses conflitos expressa a presença plural de interesses de indivíduos e/ou grupos com visões e práticas distintas no cotidiano dessa instituição penitenciária.

As incessantes entradas e saídas de presos, bem como as transferências de pavilhões ou de celas são algumas das circunstâncias tão recorrentes na penitenciária que contribuem para tornar esse universo relacional numa instituição dinâmica e heterogênea. As expectativas de cada interno que chega, assim como os conflitos e acordos que estabelecerá com os demais, lhe permite reconhecer e até certo ponto construir caminhos possíveis a serem seguidos nessa etapa de sua trajetória. O reconhecimento da existência de múltiplos lugares, onde quase sempre se imaginava um, e por conseguinte, a existência de múltiplas possibilidades de definição e atuação, faz com que os internos do Serrotão se dêem conta, a cada instante e de acordo com as alternativas e possibilidades a serem construídas, quais os elementos dos quais poderão fazer uso para continuar compondo trajetórias, dando continuidade às suas existências, compondo suas vidas e tecendo seus destinos.

A penitenciária do Serrotão é uma instituição formada por indivíduos com histórias de vida as mais variadas possíveis e onde há múltiplas formas de poder, conflitos, relações, territórios, a partir dos quais os indivíduos pensam e agem de acordo com os vários elementos de referência, que podem, a cada circunstância, ser utilizados, manipulados, rejeitados, construídos, etc. Portanto, pensá-los como seres que se definem e se comportam sempre de maneira idêntica, recorrente e previsível, é trabalhar com uma noção de identidade que aprisiona os indivíduos como se fossem meros reprodutores de textos sociais, por outros configurados. E, como vimos ao longo desse trabalho, as histórias e destinos que cada um constrói para si, em meio à vida coletiva, está para além de um único referencial.

BIBLIOGRAFIA:

- ABOTT, Jack Henry. 1982. *No Ventre da Besta. Cartas da prisão*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- ADORNO, Sérgio. 1998. *Conflitualidade e Violência. Reflexões sobre a anomia na contemporaneidade* IN *Tempo Social; Revista de Sociologia USP*, São Paulo, 10.1. pp. 19-47. (maio)
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. 1993. *Vidas por um fio, vidas (entre) laçadas: rasgando o pano da cultura e descobrindo o rendilhado das trajetórias culturais*, Uberlândia, *História e Perspectiva*, nº 3, jan/jun 1993.
- _____. 1999. *A Invenção do Nordeste e outras artes*, Recife: FJN, Editora Massangana; São Paulo: Cortez
- AUGÉ, Marc. 1994. *Não- Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas/SP, Papirus.
- BARTH, Fredrik .1998. *Os grupos Étnicos e Suas Fronteiras* IN POUTIGNAT, Philippe & FENART-STREIFF, Joceyne. *Teorias da Etnicidade*, São Paulo, Unesp.
- BECKER, Howard .1997. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, 3ª ed., São Paulo, Hucitec.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas .1994. *A Construção Social da Realidade*, 11ª ed., Petropolis, Vozes.
- BERREMAN, Gérard .1980. *Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia* IN GUIMARÃES, Alba Zaluvar .org.. *Máscaras Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 37-92
- BETO, Frei .1977. *Cartas da Prisão*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BOURDIEU, Pierre .1999. *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine .1991. *Introdução à Análise do Discurso*, Campinas, SP, Editora da Unicamp.
- BRASIL, Ministério da Justiça. *Censo Penitenciário* (material coletado no endereço eletrônico: www.aids.gov.br/prevencao/presos.htm.)
- _____. 1989. *Constituição da República Federativa do Brasil*, São Paulo, Editora Atlas.
- _____. 1984. *Lei de Execução Penal* IN *Diário Oficial*, 11.07.1984, Imprensa Oficial (Brasil)

- CADERNO de Direitos Humanos No Brasil. 1995. Núcleo de Estudos da Violência. São Paulo, USP.
- CALVINO, Ítalo .1994. *As Cidades Invisíveis*, São Paulo, Cia das Letras.
- CARDOSO, Ruth 1988. *Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método* IN CARDOSO, Ruth .org.. *A Aventura Antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 95-105.
- CHAUÍ, Marilena. 1982. *O que é Ideologia*. 10^a ed, São Paulo, Brasiliense.
- CERTEAU, Michel .1995. *A cultura no Plural*, Campinas, SP, Papirus
- _____.1994. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*, vol. 1, 3^a ed, , Petrópolis, RJ, Vozes.
- COELHO, Edmundo .1987. *A oficina do Diabo: Crises e Conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ IUPERJ.
- CNBB. 1998. *Manual da Campanha da Fraternidade*, CNBB, São Paulo.
- DAMATTA, Roberto .1978. *O Ofício do Etnólogo ou como ter Anthropological Blues* IN NUNES, Edson .Org., *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 26-35.
- _____.1991. *A Casa e a Rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil, 4^a ed.,Rio de Janeiro, Editora Record.
- _____.1990. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro, 5^a ed., Rio de Janeiro, Guanabara.
- DEBERT, Guita .1986. *Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral* IN CARDOSO, Ruth .org.. *A Aventura Antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 141-156.
- DONATO, Eronildes Câmara. 1995. *Identidade, identidades: um estudo sobre os trabalhadores do Serrotão*, campina Grande. UFPB .Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural.
- DOSTOIEVSKI, Fiódor .1956. *Recordações da Casa dos Mortos*, 5^a ed., Rio de Janeiro, José Olympio.
- DUMONT, Louis .1993. *O Individualismo. Uma perspectiva antropológica da Ideologia Moderna*, Rio de Janeiro, Rocco.

- DURHAM, Eunice .1986. *A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: problemas e perspectivas* IN CARDOSO, Ruth .org.. *A Aventura Antropológica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 17-37.
- DURKHEIM, Émile .1995. *A Divisão Social do Trabalho*, Rio de Janeiro, Martins Fontes.
- _____.1996. *As Formas Elementares da vida Religiosa*, Rio de Janeiro, Martins Fontes.
- ELIAS, Nobert .1990. *O Processo Civilizador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar. Vol 1.
- _____.1994. *A Sociedade dos Indivíduos.*, Rio de Janeiro. Jorge Zahar.
- EVANGELISTA, Maria Dora Ruy .1983. *Prisão Aberta. A volta à sociedade*. São Paulo, Cortez.
- FELINTO, Marilene .1998. *Presídios, cadeias, o mundo das bestas-feras*. Folha de São Paulo, São Paulo, 1º de dez/1998. Cotidiano. p. 2.
- FOOTE-WHITE, Willian .1980. *Treinando a Observação Participante* IN GUIMARÃES, Alba Zaluar .org.. *Máscaras Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 144-156.
- FOUCAULT, Michel .1987. *Vigiar e Punir*, 15ª ed., Petrópolis, Vozes.
- _____.1996. *Microfísica do Poder*. 12ª ed. Rio de Janeiro, Editora Graal.
- _____.1996. *A ordem do Discurso*, 4ª ed., São Paulo, Edições Loyola.
- FREYRE, Gilberto .1996. *Casa-Grande e Senzala*, 31ª ed., Rio de Janeiro, Editora Record.
- FREUND, Julien .1987. *Sociologia de Max Weber*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- GEERTZ. Clifford .1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro. Koogan/Guanabara.
- _____.1997. *O Saber Local*. Novos ensaios em antropologia interpretativa, Petrópolis, RJ, Vozes.
- GOFFMAN, Erving .1992. *Manicômios, Prisões e Conventos*, 4ª ed., São Paulo, Perspectiva .
- _____. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara.
- GONTIJO, Márcio .1999. *A Questão Penitenciária e a Visão da Sociedade*. Textos e Artigos coletado no endereço eletrônico:

www.utopia.com.br/anistia/textos/penitenciaria.html

- GIDDENS, Anthony .1996. *Para Além da Esquerda e da direita*. São Paulo, Unesp.
- GIRARD, René .1990. *A Violência e o Sagrado*, São Paulo, Editora Unesp/Paz e Terra.
- GLUCKMAN, Max .1987. *Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna* IN FELDMAN-BIANCO .Org.. Antropologia das Sociedades Contemporâneas, São Paulo, Global, pp. 35-95.
- GUATARI, Félix & ROLNIK, Suely .1988. *Micropolítica, cartografias do desejo*, Petrópolis, RJ, Vozes.
- GULLO, Álvaro de Aquino e Silva .1998. *Violência Urbana. Um Problema Social* IN Tempo Social; Revista de Sociologia USP, São Paulo, 10.1. pp. 105-119, maio.
- HALL, Stuart .1999. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, 3ª ed. Rio de Janeiro, DP&A.
- HOBBSAWM, E. J. .1976. *Bandidos*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- HUGHES, Everett C. .1971. *Good People and Dirth Work* In The sociologica eye, Chicago, Aldine, v 1-2, pp. 87-97.
- HUXLEY, Aldous. 1997. *Admirável Mundo Novo*, São Paulo, Circulo do Livro.
- JANKOWSKI, Martin Sánchez .1991. *Islands in The Street. Gangs and American Urban Society*, London, England, Univesity of Califórnia Press, Ltd, .
- LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. .1996. *O Que é Imaginário*, São Paulo, Brasiliense .
- LÉVI-STRAUSS, Claude .1996. *Tristes Trópicos*, São Paulo, Cia das Letras.
- LIMA, Roberto Kant .1996. *A Administração dos Conflitos no Brasil: a lógica da punição* IN VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos .Orgs.. Cidadania e Violência, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, editora FGV.
- MACÉ, Eric .1999. *As Formas de Violência Urbana. Uma comparação entre França e Brasil* IN Tempo Social; Revista de Sociologia USP, São Paulo, 11.1. pp. 177-188, maio.
- MACHADO, Roberto .1981. *Ciência e Saber: A trajetória arqueológica de Michel Foucault*, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- MAFFESOLI, Michel .1981. *A Violência Totalitária. Ensaio de Antropologia Política*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- MAINGUENEAU, Dominique .1997. *Novas Tendências em Análise do Discurso*, 3ª ed., Campinas/SP, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- MALINOWSKI, Bronislaw .1984. *Argonautas do Pacífico Ocidental*, 3ª ed., São Paulo, Abril Cultural .
- MARINO, Juan Mario Fandino .1999. *O ciclo moral da violência altruísta e egoísta: cem anos de sangue na Colômbia* IN Sociologias .Revista., Porto Alegre, ano 1, nº 1, jan./jun. 1999, pp. 34-63.
- MARTUCCELLI, Danilo .1999. *Reflexões Sobre a Violência na Condição Moderna* IN Tempo Social; Revista de Sociologia USP, São Paulo, 11.1. pp. 157-175, maio de 1999.
- MIRANDA, Orlando de .1996. *A Sociabilidade na Teoria de Tonnies* IN Revista Sociabilidade, pp. 19-24, São Paulo, LASC/USP.
- MORAIS, Regis de .1983. *O Que é Violência Urbana*, 3ª ed., São Paulo, Brasiliense.
- N/a . *Presos se Refugiam nas Drogas*. 1999. DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 07 de fev. policial p, 4.
- NORONHA, E. Magalhães. 1968. *Direito Penal*, São Paulo, Saraiva.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso .1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, São Paulo, Editora Pioneira.
- PÊCHEUX, Michel .1997. *O Discurso. Estrutura ou Acontecimento*, 2ª ed.,Campinas, SP, Pontes.
- PERLONGUER, Nestor .1996. *Territórios marginais*, São Paulo, Hucitec. Revista Saúde e Loucura nº 4 pp. 49-69
- _____.1987. *O negócio do Michê*, São Paulo, Brasiliense
- RAMALHO, José Ricardo .1979. *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro, Biblioteca de Filosofia e História das Ciências.
- RAMOS, Graciliano. 1998. *Memórias do Cárcere*, 34ª ed., vols., 1 e 2 Rio/São Paulo, Record.
- RAMOS, Hosmany. *Punição e Castigo*. Folha de São Paulo, 8/4/2000.Folha ilustrada., p. 10 caderno 5.

- READON, Francisco .1999. *Pior que Auschwitz*. Entrevista à Revista Caros Amigos, pp.22-29, abril de 1999.
- RODRIGUES, Wilson Muller. .1989. *A Pena de Morte é Uma Falsa Solução*. Entrevista, Mundo Joven 12.132. agosto/89.
- ROLNIK, Suely .1996. *Novas Figuras do Caos: mutações da subjetividade contemporânea*, III Congresso Latino Americano de Semiótica. PUC-SP.
- RIELLA, Alberto .1999. *Violencia y control social: el debilitamiento del orden social moderno* IN Sociologias .revista., Porto Alegre, ano 1, nº 1. jan./jun. 1999, pp. 122-145.S
- SCHILLING, Flávia .1996. *Indivíduo e Sociedade, um recorte não polarizado de Nibert Elias* IN Revista Sociabilidade, pp. 25-30, São Paulo, LASC/USP.
- SILVA, Vanderlan Francisco da. 1996. *Visões de Liberdade. Realidade de Prisão. Estudo das Representações Sociais dos Penitenciários do Serrotão em Campina Grande Sobre a Liberdade*. Campina Grande-PB., UFPB (trabalho final de curso. Bacharelado em Ciências Sociais - mimeo).
- _____. 1998. *Senhores do Destino. Estudo do processo de construção de identidade e territorialidade dos penitenciários do Serrotão do Alto Serrotão*. Campina Grande-PB. (Projeto de Pesquisa: Sociologia)
- _____. 1993. *Um Olhar Pelo Retrovisor. Discussões Antropológicas Acerca da Teorias do Bom e Mau Selvagem em Rousseau e Hobbes*, Campina Grande, UFPB/CAPES/PET-Antropologia, (mimeo).
- TORRAZZA, Julio .1993. *Trajectoria social y procesos de identidad en prisión*. Barcelona, España. Editora master en Sistema penal y problems Sociales.
- THOMPSON, Paul .1992. *A Voz do Passado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. 1998. *Costumes em Comum*. Estudo sobre a cultura popular tradicional, São Paulo, Cia das Letras.
- VARELLA, Drauzio .1999. *Estação Carandiru*. São Paulo, Cia das Letras.
- VEJA: São Paulo, Abril Cultural, edição nº 1396, ano 28, nº 23, 7 de junho de 1995.
- _____. 1998. 26 de agosto de 1998.
- VELHO, Gilberto .1996. *Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica* IN _____ & ALVITO, Marcos .Orgs., *Cidadania e Violência*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, editora FGV, pp. 12-25.

- _____.1989. *Desvio e Divergência. Uma crítica da patologia social*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- _____.1978. *Observando o Familiar* IN NUNES, Edson .Org..., A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 36-46.
- _____. *Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, 4ª ed., Jorge Zahar Editores.
- VISCARDI, Nilia .1999. *Disciplinamiento, control social y estigma? Tres conceptos para una sociología del conflicto: el caso de la violencia en el espacio escolar en Uruguay* IN Sociologias .revista., Porto Alegre, ano 1, nº 1, jan./jun. 1999, pp. 168-199.
- WAIZBORT, Leopoldo .1996. *Georg Simmel: sociabilidade e moderno estilo de vida*. IN Revista Sociabilidade, pp. 25-30, São Paulo, LASC/USP.
- WEBER, Max .1987. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, 5ª ed., São Paulo, Pioneira.
- _____.1982. *Ensaio de Sociologia*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara/Koogan.
- ZALUAR, Alba .1996. *A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local* IN VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos .Orgs., Cidadania e Violência, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, editora FGV, pp. 44-55.
- _____.1994. *A Máquina e a Revolta*, 2ª ed., São Paulo, Brasiliense.